



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIA HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA LÍVIA ALVES DIAS

A ESCRITA DO TEMPO E A ESCRITA DA MEMÓRIA:
PROCESSO HISTÓRICO E MASCULINIDADE EM JOSÉ LINS DO REGO
(1924-1934)

JOÃO PESSOA – PB

2023

ANA LÍVIA ALVES DIAS

**A ESCRITA DO TEMPO E A ESCRITA DA MEMÓRIA:
PROCESSO HISTÓRICO E MASCULINIDADE EM JOSÉ LINS DO REGO
(1924-1934)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Telma Cristina Delgado Dias Fernandes

Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História e Ensino de História

JOÃO PESSOA – PB

2023

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e

D541e Dias, Ana Livia Alves.

A escrita do tempo e a escrita da memória : processo histórico e masculinidade em José Lins do Rego (1924-1934) / Ana Livia Alves Dias. - João Pessoa, 2023.
128 f.

Orientação: Telma Cristina Delgado Dias Fernandes. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História. 2. Literatura brasileira. 3. José Lins do Rego - Romance - Masculinidade. I. Fernandes, Telma Cristina Delgado Dias. II. Título.

UFPB/BC

CDU 94(043)

Classificação



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ata nº 282 de defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba de autoria do mestrando ANA LÍVIA ALVES DIAS, área de concentração História e Cultura Histórica, linha de pesquisa em ENSINO DE HISTÓRIA E SABERES HISTÓRICOS.

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 09 horas, em sessão virtual realizada na Sala <https://meet.google.com/dst-fjuz-kpt>, atendendo aos princípios ordenadores dos Artigos 67 a 72 do Regulamento do Programa de Pós- Graduação em História do CCHLA da UFPB, foi realizada a Sessão de Defesa e Julgamentoda Dissertação de autoria da mestranda **ANA LÍVIA ALVES DIAS** matrícula **20211014324**, junto ao PPGH/CCHLA/UFPB, requisito final para obtenção do título de Mestre em História na área de concentração em História e Cultura Histórica, linha de pesquisa ENSINO DE HISTÓRIA E SABERES HISTÓRICOS, conforme encaminhamento do Professor GUILHERME QUEIROZ DE SOUZA, vice-coordenador do PPGH, e cumprimento do exame de qualificação, pré-requisito para esta apresentação, segundo registrado na secretaria do Programa. O trabalho da mestranda foi avaliado pela Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) doutores(as): TELMA CRISTINA DELGADO DIAS FERNANDES (UFPB – Orientadora e Presidenta da sessão), LUCIANA CALISSI (UEPB - Examinadora Externa) e SURYA AARONOVICH POMBO DE BARROS (UFPB – Examinadora Interna). A realização da sessão de Julgamento e Avaliação ocorreu virtualmente na Sala <https://meet.google.com/dst-fjuz-kpt>, divulgado previamente pelo PPGH e com acesso permitido aos interessados em acompanhá-la em tempo real. Iniciada a sessão, a presidenta **TELMA CRISTINA DELGADO DIAS FERNANDES** apresentou os membros da Comissão e, em seguida, indicou à mestranda para que fizesse, oralmente e pelo tempo de 20 minutos, a apresentação do Trabalho Final intitulado *“A escrita do tempo e a escrita da memória: processo histórico e masculinidade em José Lins do Rego (1924-1934)”*. Concluída a apresentação, procedeu-se à arguição pelos membros da Banca. Ao final da arguição, foi solicitado ao público presente que saísse da sala a fim de que a banca pudesse deliberar sobre a apresentação da mestranda. Após discussão, a Banca emitiu o seguinte parecer:

A Banca considera que o trabalho cumpriu as exigências para aprovação.

Assim, decidiu-se pelo conceito **APROVADA**. Deve a secretaria do PPGH, após homologação desta ata pelo Colegiado deste Programa, solicitar à Pró-Reitoria de Pós- Graduação da Universidade Federal da Paraíba a emissão, na forma da lei, do

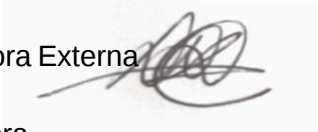
respectivo diploma de Mestre em História. Terminada a sessão foi encerrada a reunião, da qual, eu, GUILHERME QUEIROZ DE SOUZA, vice-coordenador do PPGH, lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da banca e pela mestranda.

João Pessoa, 22 de dezembro de 2023.



Handwritten signature of the Orientadora, appearing to read "Fernandes".

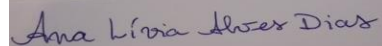
Orientadora



Handwritten signature of the Examinadora Externa.

Examinadora Externa

Examinadora
Interna



Handwritten signature of the Mestranda, appearing to read "Ana Livia Alves Dias".

Mestranda

ANA LÍVIA ALVES DIAS

**A ESCRITA DO TEMPO E A ESCRITA DA MEMÓRIA:
PROCESSO HISTÓRICO E MASCULINIDADE EM JOSÉ LINS DO REGO
(1924-1934)**

Trabalho de Dissertação de Mestrado a ser apresentado em dezembro de 2023.

Área de concentração: História e Cultura Histórica

Linha de Pesquisa: História e Ensino de História

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Telma Cristina Delgado Dias Fernandes (PPGH – UFPB)

Examinadora interna: Profa. Dra. Surya Aaronovich Pombo de Barros (PPGH – UFPB)

Examinadora externa ao programa: Profa. Dra. Luciana Calissi (DH – UEPB)

Examinadora interna (Suplente): Profa. Dra. Ana Maria Veiga (PPGH-UFPB)

Examinadora externa (Suplente): Profa. Dra. Elisa Mariana Medeiros da Nóbrega (DH-UEPB)

JOÃO PESSOA – PB

2023

A impressão que eu tenho é de não ter envelhecido, embora eu esteja instalada na velhice. O tempo é irrealizável. Provisoriamente, o tempo parou para mim. Provisoriamente. Mas eu não ignoro as ameaças que o futuro encerra, como também não ignoro que é o meu passado que define a minha abertura para o futuro.

O meu passado é a referência que me projeta e que eu devo ultrapassar. Portanto, ao meu passado eu devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades, as minhas relações, a minha cultura e o meu corpo. Que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade hoje? Não sou escrava dele.

O que eu sempre quis foi comunicar da maneira mais direta o sabor da minha vida. Unicamente, o sabor da minha vida. Acho que eu consegui fazê-lo. Vivi num mundo de homens guardando em mim o melhor da minha feminilidade. Não desejei nem desejo nada mais do que viver sem tempos mortos.

Simone de Beauvoir

AGRADECIMENTOS

Nós nunca fazemos nada sozinhos, e que bom por isso! A vida seria, realmente, um completo tédio sem a presença de pessoas ao nosso lado. Por isso, fico feliz em ter para quem escrever esses agradecimentos sinceros.

Fica aqui registrada, portanto, a minha gratidão a Deus, meu Criador, a quem devo, antes de tudo, minha própria existência. A fé tem sido um elemento imprescindível ao meu jeito de conceber meu lugar no mundo, as minhas relações, a vida, o amor e a busca pelo conhecimento.

Agradeço à minha família, meus pais, Ailton e Lúcia. Vocês estão presentes em todas as minhas trajetórias, inclusive, nesta que percorro na academia. Minha mãe me ensinou a ler. E meu pai me ensinou a gostar de história. Muitas histórias! Reconheço que ainda não consigo mensurar o peso disso em minhas escolhas. Vocês estão em tudo, na forma e no conteúdo!

Sou grata também a Isac (meu irmão) e à Juliana (minha cunhada). Quando lembro de nossos momentos juntos meu rosto se enche de sorrisos. Quero estender essas palavras também à Marília Raulino, com quem aprendi muito sobre persistência, determinação, força e coragem.

Às/aos amigas/os Poli, Kelly Potter, Vilker e Anderson – o quarteto fantástico (mais uma, eu); à minha querida irmã (do útero de outra mãe), Nayara Pinheiro, todo o meu afeto e gratidão a vocês.

Sou grata também à instituição onde tenho construído minha carreira acadêmica até aqui, UFPB, ao Departamento de História, aos/às professores/as e, em especial, à minha orientadora, Telma Dias Fernandes. Agradeço também à Biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH-USP), pelo acesso aos seus acervos que me foram tão úteis nesta pesquisa, e onde passei muitas horas.

Às queridas e queridos da USP que me ofereceram os ouvidos para as minhas lamentações (risos), e me cobriram com palavras de força e coragem, agradeço. E, em especial, todo meu afeto e gratidão à turma do Vôlei (manhã) do CEPE-USP. As segundas, quartas e sextas nunca mais foram as mesmas depois que conheci vocês!

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Lígia e Ailton, sempre.

RESUMO

A partir dos contatos entre dois campos discursivos diversos, História e Literatura, esta dissertação buscou compreender as práticas de ser homem vivenciadas no interior da sociedade de engenho, como foram concebidas e inventadas pelo escritor José Lins do Rego. Entre os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX o processo de modernização do país se fez sentir pelo avanço da industrialização e urbanização, bem como no estabelecimento da República e pela Abolição. Nesse período de transição, em que o espírito da modernidade provocava mudanças em muitos aspectos nacionais, as sensibilidades masculinas também foram afetadas. Na composição da personagem Carlos de Melo, José Lins do Rego buscou exprimir a emergência de um novo perfil de masculinidade nas elites agrárias canavieiras. Utilizase como fonte para essa pesquisa os primeiros três romances do autor e seu livro de memórias, além de cartas, diários, entrevistas, depoimentos de outros romancistas e, seus ensaios de crítica literária. No aspecto metodológico, partimos de conceitos da História Cultural e do diálogo com a teoria literária. Analisamos elementos narrativos como a estruturação dos enredos que Carlos de Melo protagoniza, a caracterização do espaço agrário do engenho e das personagens que participam dele, bem como das relações sociais travadas entre patrões e empregados. Percebemos que o autor articulou a relação entre passado e presente, tecendo um sentido que explicasse o processo de decadência da estrutura de mando patriarcal, a partir das práticas de ser homem de Carlos de Melo – um sujeito entre dois mundos, o rural e o urbano, mas também entre duas temporalidades, o passado e o presente.

Palavras-chave: História. Literatura. José Lins do Rego. Masculinidade

ABSTRACT

Starting from contacts between two diverse discursive spaces, history and literature, this thesis aimed to understand the practices of being a man, which were experienced inside of a mill society, as they were created by the writer José Lins do Rego. By the end of the 19th century and in the first decades of the 20th century, Brazil's modernization process was noted through the increasing industrialization and urbanization processes, its abolition of slavery and in the establishment of its republic. In this shift period, when the spirit of modernity produced changes in many national aspects, the male sensibilities were also affected. In the character shaping of Carlos de Melo, José Lins do Rego aimed to express the emergence of a new masculinity profile on the sugarcane elites. In order to do this investigation, we use the following sources: three novels of the author and his memories, letters, diaries, interviews, besides the other novelists' testimonies and literary criticism about the author's work. In the methodology, we use concepts of culture history and dialogue with literary theory. We analyze narrative aspects such as the structuring stories starred by Carlos de Melo, the characterization of the agrarian sugar space and the characters that made part of them, and social relationships between bosses and employees. We noticed that the author articulated a relationship between the past and the future, weaving a meaning that could explain the decadence process of the patriarchal mandate structure from the practices of being a man of Carlos de Melo. He is a person between two worlds (the rural and the urban ones) and two temporalities (the past and the present).

Keywords: History. Literature. José Lins do Rego. Masculinity

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	JOSÉ LINS DO REGO: A CONSTRUÇÃO DE UM ROMANCISTA.....	22
1.1	Os primeiros arroubos de escritor: do internato à Faculdade de Direito.....	28
1.2	“De lá pra cá minha vida foi outra”: José Lins e Gilberto Freyre.....	34
1.3	José Lins e as rodas literárias de Maceió.....	44
1.4	Os primeiros romances e a mudança para o Rio de Janeiro	50
2	DO MENINO AO HOMEM: A INVENÇÃO DA MASCULINIDADE NO DISCURSO LITERÁRIO DE JOSÉ LINS DO REGO.....	55
2.1	2.1 Carlos de Melo: autobiografia de personagem de ficção.....	55
2.2	2.2 Modelos de masculinidade: o pai, o avô e os outros.....	66
2.3	2.3 As mulheres na construção da masculinidade de Carlos de Melo.....	83
3	A ESCRITA DO TEMPO E A ESCRITA DA MEMÓRIA: JOSÉ LINS E A INVENÇÃO DE UM PASSADO.....	92
3.1	Entre Carlos e o avô: uma questão de continuidade.....	97
3.2	Os ventos da mudança: a chegada de Maria Alice no Santa Rosa.....	108
3.3	O anti-herói: Carlos e o engenho Santa Rosa.....	115
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS.....	125

INTRODUÇÃO

Foi em uma aula da disciplina de Historiografia Brasileira, ainda na graduação em História na UFPB, que me veio o interesse pela relação entre História e Literatura. Em minha memória ficou a voz do professor afirmando que ninguém conseguiria entender as mudanças e permanências ocorridos no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX, sem passar pelas narrativas literárias produzidas nesse período em nosso país.

A abolição e a Proclamação da República marcaram esse período, afetando a economia, as relações de trabalho e o cenário político brasileiro da época. Na Europa vivia-se com intensidade os impactos da segunda revolução industrial nas invenções tecnológicas, máquinas mais eficientes para a indústria, o surgimento do telefone, da luz elétrica, entre outras criações. No Brasil, as elites buscavam acompanhar e se inserir naquele horizonte de modernização – a Belle Époque europeia.

Imigrantes chegavam ao país em busca de construir uma vida melhor, à medida que, nas cidades, industrialização e urbanização tornavam mais complexas as teias sociais, acelerando o ritmo de vida das pessoas. Porém, as antigas elites ligadas à produção do café continuaram a fazer valer seus interesses, contribuindo para a manutenção de seus privilégios na sociedade, bem como da desigualdade econômica e política. Assim, a Primeira República funcionou a partir de um jogo de trocas entre as oligarquias do café e o governo em âmbito nacional e local.

Enquanto ouvia o professor defender enfaticamente tal afirmação, minha memória resgatou as falas de outra professora que, ao explicar seus métodos de pesquisa e análise, comentou sobre a importância da literatura para o labor dos(as) historiadores(as), deixando escapar que era por meio da literatura que ela conseguia entrar na casa das personagens históricas, sentir o cheiro da comida, enxergar melhor o cotidiano deles(as) e os seus sentimentos.

Naqueles dias eu estava lendo “Menino de engenho”, primeiro romance do escritor paraibano José Lins do Rego, publicado em 1932, quando me veio o desejo de pesquisar e compreender um pouco melhor sobre os possíveis diálogos entre a história e a literatura de José Lins. Na medida em que lia seus primeiros romances, muitos aspectos de sua obra tocavam minha sensibilidade, bem como meu intelecto, tais como: a linguagem do autor, a situação das pessoas negras, as relações de trabalho, a

decadência dos engenhos substituídos pelas usinas, o lugar de mulheres e de homens na dinâmica daquela sociedade, apresentada por José Lins de Rego.

Os comentários da orientadora deste trabalho, professora Dra. Telma Dias Fernandes, bem como da professora Dra. Ana Maria Veiga foram muito importantes para que esta pesquisa se direcionasse a analisar as masculinidades nos romances do ciclo da cana-de-açúcar¹, publicados entre 1932 e 1943. A partir desses comentários, minha atenção passou a se concentrar nos aspectos da subjetividade de Carlos de Melo, personagem principal em “Menino de engenho” (1932), “Doidinho” (1933) e “Banguê” (1934).

A forma como se dão os modos, percepções, ações e palavras, que materializam os sentimentos e impressões do menino criado no interior de uma família patriarcal, na decadente sociedade constituída em torno da economia do açúcar, são indicativos das compreensões do próprio autor sobre o ser homem. E, também sugerem os elementos que foram constitutivos das subjetividades masculinas no Nordeste nas primeiras décadas do século XX.

É possível chegar a esse pressuposto ao levar em consideração que as memórias do autor foram sua principal fonte de inspiração para a invenção das personagens e da espacialidade do engenho. José Lins passou a infância no engenho Corredor, pertencente, na época, ao avô materno, e irrigado pelas águas do rio Paraíba. A importância fundamental desse ambiente para a imaginação do autor foi afirmada em reportagem concedida a Clóvis de Gusmão, em 1941, após ter revisto as paragens onde passou a infância,

“A terra é que manda nos meus romances. O Engenho Corredor foi minha grande fonte literária. Lembrando-me dele fui escritor, contando a sua história escrevi os meus romances, fiz viver criaturas. Foi a terra que me deu força para trabalhar em dez livros e realizar em dez romances o que nunca imaginei ser possível. Dizem que sou um instintivo, narrador como são todos os cantadores nordestinos. Agrada-me o instintivo, e gosto de ouvir esta palavra pregada aos meus livros. Vim da terra, sou da terra e quero continuar da terra. O velho Engenho Corredor continua a me

¹ Em nota à primeira edição de “Usina” (1936), José Lins passou a chamar seus primeiros cinco romances de “ciclo da cana-de-açúcar”, que são: “Menino de engenho” (1932), “Doidinho” (1933), “Banguê” (1934), “O moleque Ricardo” (1935), e “Usina” (1936). Algum tempo depois, retirou “O moleque Ricardo” dessa classificação, até abandonar completamente o uso dessa categorização para seus romances. Entretanto, a crítica literária continuou dividindo os romances de José Lins em “ciclos”. Em 1943 ele publicou “Fogo Morto”, seu romance de maior destaque. Para os críticos literários, “Fogo morto” encerra os romances do “ciclo da cana-de-açúcar”. Ver: AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. José Lins do Rego: “literato da cabeça aos pés”. In: *As cidades de Zé Lins: um passeio crítico pela geografia sentimental do autor*. João Pessoa: Editora A União, 2022.

alimentar, a me dar o que minha imaginação carece. O massapê Paraibano tem muito o que dar. A cana que se acama na várzea e se repete em socas e ressocas. O instintivo não quer outra vida”. (COUTINHO, 1990, p. 53)

Em outra entrevista, dessa vez concedida a Francisco de Assis Barbosa, também no ano de 1941², ao comentar sobre a produção de seu primeiro romance, José Lins acrescentou: “o certo é que naquele mesmo ano de 1931 comecei a escrever *Menino de engenho* com a intenção de fazer uma espécie de biografia do meu avô” (COUTINHO, 1990, p. 67). Já em 1936, a fim de responder às críticas feitas à produção romanesca que havia realizado até então, o autor incluiu uma nota na primeira edição de seu quinto romance, *Usina*, na qual afirmou:

A história desses livros é bem simples – comecei querendo apenas escrever umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos. Seria apenas um pedaço de vida o que eu queria contar. Sucede, porém, que um romancista é muitas vezes o instrumento apenas de forças que se acham escondidas no seu interior. (Rego, 2012, p. 29)

A memória das sensações experienciadas pelo autor é o baú do qual são retiradas as referências para construção das personagens e suas relações numa sociedade fortemente marcada pela dominação masculina³. A partir daí são elaborados, através da linguagem peculiar empregada por José Lins do Rego, os enredos que buscam atingir verossimilhança com as primeiras décadas do século XX no Brasil. Ao observar as técnicas mobilizadas pelo escritor paraibano em seus romances, Fernandes comenta,

A forma de expressão desse autor se relaciona com uma literatura de imagem. Ao trabalhar a linguagem, os hábitos, a religiosidade e as perspectivas e expectativas de suas personagens, baseado em uma vivência da qual não se aparta em momento nenhum, José Lins do Rego tece uma literatura fotográfica do mundo rural dos engenhos de açúcar e das usinas paraibanas, inventa um cotidiano e neste empresta às

² Conforme Francisco de Assis Barbosa, no ano de 1941, José Lins do Rego era o maior sucesso de livreria de 1941. Ver: COUTINHO, Eduardo F.; CASTRO, Ângela B. (Orgs.). *Fortuna crítica: José Lins do Rego*. Rio de Janeiro/João Pessoa: Civilização Brasileira/Funes, 1991.

³ Partimos aqui do conceito de “dominação masculina” apontado por Bourdieu. De acordo com esse autor, a dominação dos homens sobre as mulheres, bem como sobre toda a ordem social ocorre num sentido simbólico, impondo todo um arcabouço de signos e significados que justificam e naturalizam a posição de comando do masculino e um lugar de subalternidade ao feminino, em nível social, mas também ontológico. Ver: BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

personagens os sentimentos que conseguia perceber através da sua experiência do passado (...). (FERNANDES, 2012, p. 225)

O mundo de José Lins, seja na ficção ou na memória, foi povoado de sensações as mais diversas. Sabores, imagens, sons, odores são comumente descritos em detalhes vívidos, trazendo para nossa reflexão e pesquisa um conceito a respeito do qual os historiadores da cultura no Brasil vem se debruçando, aproximadamente, desde os anos 1980, qual seja, o conceito de *sensibilidades* na história (PESAVENTO, 2003).

Como, entretanto, os(as) historiadores(as) podem se debruçar sobre os sentimentos das pessoas do passado? Como analisar as subjetividades dos indivíduos de outrora para compreender os sentidos e significados que estes conferiam a lugares, objetos, à própria época vivida e, sobretudo, a si mesmos e aos outros que com eles compartilharam o mesmo período histórico? Dito de outra forma, como se historiciza um sentimento?

Em prefácio ao livro de Diego Fernandes freire, o historiador Albuquerque Júnior defende que é possível fazer história de algo tido como tão individual, privado e íntimo, uma vez que os sentimentos se expressam por códigos, gestos e linguagens que são socialmente constituídos e condicionados. Portanto, deve-se observar sua materialidade, isto é, como os sentimentos e subjetividades se expressam nas ações, formas e enunciados e, desse modo, situar os sentimentos e sensações no tempo e no espaço (FREIRE, 2015, p. 20)

Buscamos, então, historicizar as subjetividades masculinas que constituem o ser homem nordestino nas primeiras décadas do século XX. Focalizamos, portanto, nesta pesquisa, a visibilidade e a dizibilidade do ser homem na sociedade do engenho, a partir da construção da personagem Carlos de Melo dentro de determinado contexto social, econômico e cultural. Partimos, desse modo, da problemática em torno de como a produção literária de José Lins do Rego pode contribuir na compreensão das masculinidades? Como o ser homem foi constituído por esse autor? E a que propósitos essa representação poderia ter servido no período de sua produção?

Ao analisar a história do gênero masculino no Nordeste, Albuquerque Júnior observa que “o ser masculino é definidor não só da identidade de gênero de seus habitantes, como também um importante elemento na definição da própria identidade regional” (2013, pp. 22-23).

Sem perder de vista a historiografia do período, e a análise das sensibilidades da personagem Carlos de Melo, inventado por José Lins, tem competência para iluminar aspectos da vida social e cultural que os documentos e fontes oficiais, pela sua própria natureza, não alcançam. A respeito do uso da literatura para a compreensão do passado histórico, Ferreira afirma que,

Se esse tipo de expressão é capaz de constituir algum conhecimento do mundo e alargar a visão do leitor, é por meio da transfiguração da realidade. No entanto, toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem. (FERREIRA, 2015, p. 67)

Para Ferreira, a literatura tomada enquanto produção humana datada e elaborada dentro de determinadas condições sociais e culturais, mobiliza novas compreensões acerca do passado, podendo nos aproximar de determinados aspectos da época estudada. Essa abordagem metodológica da leitura de romances abre caminhos de diálogo entre a historiografia e a literatura, fazendo emergir outras interpretações sobre o passado.

De acordo com a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, a narrativa literária não se encontra desassociada do processo histórico, outrossim, estabelece contato com as diversas temporalidades na medida em que também é parte de seu contexto. Desse modo, Pesavento afirma,

A sintonia fina de uma época, fornecendo uma leitura do presente da escrita, pode ser encontrada em um Balzac ou em um Machado, sem que nos preocupemos com o fato de Capitu, ou do Tio Goriot e de Eugène de Rastignac, terem existido ou não. Existiram enquanto possibilidades, como perfis que traçam sensibilidades. Foram reais na “verdade do símbolo” que expressam, não no acontecer da vida. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida. Porque falam das coisas para além da moral e das normas, para além do confessável, por exemplo. (PESAVENTO, 2006, p. 3)

Por meio da memória, José Lins do Rego busca reproduzir em imagens construídas pela linguagem que utiliza, as sensações e sentimentos que vivenciou quando criança. Sentimentos esses que ele busca reviver e, nisso se manifesta ao leitor

atento o saudosismo, a nostalgia que atravessa seu livro de memórias, bem como sua ficção. Para Foucault, a realidade se constitui a partir dos discursos, dito de outra forma, não existe uma realidade *a priori*, e sim um jogo de práticas discursivas, historicamente datadas e elaboradas pelos homens⁴ que emprestam algum significado ao vivido. Qual sentido José Lins está propondo à experiência de ser homem na sociedade do engenho nos primeiros anos que se seguiram à abolição da escravidão no Brasil?

Entendemos, portanto, a literatura e o saber histórico como discursos datados, elaborados em determinadas condições de produção, que não são ingênuos, isto é, despidos de intencionalidades, que por sua vez, orientam suas interpretações acerca do mundo e das experiências humanas. Com afirmou Chartier,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p. 17)

O ofício da/o historiadora/es é circunscrito pelas fontes e as regras de seu manuseio, bem como pelas determinações do lugar de onde realiza a sua pesquisa. Ainda que a historiografia não deva assumir qualquer caráter dogmático, as pesquisas da/os historiadora/es precisam se mostrar plausíveis, sendo essa plausibilidade avaliada a partir do uso feito das fontes, e de critérios próprios da verossimilhança. A literatura⁵ tem seus modos estéticos específicos, não requer precisão ou comprovação de seus enunciados.

Na elaboração de um romance literário a imaginação encontra maior liberdade para se expressar na narrativa, todavia, esta possui suas determinações próprias. Ao comentar sobre o papel da imaginação em “Menino de engenho”, Sobreira comenta que,

Valendo-se, ostensivamente, da memória como fonte de sua narrativa, Menino de engenho é uma construção em que se sente a lenta substituição do puro memorialismo pelos acentos da obra de imaginação. E, no final de contas, ‘a imaginação é uma memória deformada’”. (SOBREIRA, 1977, p. 41)

⁴ Ver: FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

⁵ Muito embora existam diversos tipos de literaturas, e nesse sentido amplo do termo, a própria produção historiográfica também pertence ao universo literário, aqui ao utilizar o termo “literatura” ou “literário” nos referimos estritamente ao romance.

Um olhar perspicaz ao sensível permite às/aos pesquisadoras/es historicizar o sensível performado na literatura. A isso se aplicam as palavras de Ferreira quando, ao se referir à fonte literária, afirma: “seja lá qual for o assunto escolhido pelo historiador, a interpretação dos textos literários exige algo além do método: um modo especial de sensibilidade, que só é possível alcançar quem gosta de ler esse tipo de escritos” (2015, p. 83).

Pesavento (2007), ao discutir sobre a importância e os desafios de se lidar com as sensibilidades, destaca o esforço da história cultural por resgatar nas fontes legadas pelos atores históricos do passado, os rastros e vestígios deixados em variadas documentações, entre as quais, a literatura se inclui. De acordo com a autora, quando historiadoras/es, em seu ofício, estabelecem relações de verossimilhança com o passado, constituindo a produção historiográfica, são as fontes que circunscrevem a pesquisa histórica, bem como as versões delas decorrentes.

E, nestas fontes, as experiências, sentimentos e sensações individuais podem ser captadas, como também as sensações e sentimentos que povoam o imaginário coletivo de uma determinada sociedade e época. A partir de seu lugar social, dos procedimentos que determinam a escrita historiográfica e das fontes⁶, historiadoras/es elaboram representações do passado.

Devemos considerar, todavia, que as próprias fontes históricas também são representações inventadas em dado momento por indivíduos, grupos sociais, ou instituições que viveram no passado. Nesse sentido, as fontes podem nos falar do que ocorreu, mas, nos falam, sobretudo, de quem as produziram, das práticas discursivas em cada época, que buscaram fazer prevalecer suas próprias versões e significações dos acontecimentos.

Nesse sentido, podemos afirmar também que não existe neutralidade nas fontes históricas. Dito de outra forma, as fontes históricas são atravessadas por intencionalidades e, faz parte do labor historiográfico buscar discerni-las até onde houver possibilidade para tal. Como afirma Chartier,

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios

⁶ Para De Certeau o labor historiográfico está relacionado ao lugar social da/a historiadora/or, e às regras impostas por esse lugar às práticas de pesquisa e escrita da história. Ver: CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social — como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas —, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 2002, p. 17)

Em razão do objeto recortado para esta pesquisa e das problemáticas já esboçadas anteriormente, os romances de José Lins que serão nosso conjunto principal de fontes são: *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933), e *Banguê* (1934), visto que é somente neles que a personagem Carlos de Melo está presente como personagem central. A vida dessa personagem é acompanhada desde a perda de sua mãe, quando ainda estava nos primeiros anos da infância, passando por suas vivências escolares em Itabaiana, chegando até a fase adulta quando volta para o engenho e herda as propriedades canavieiras do avô.

Para além de seus romances de fundo memorialístico, José Lins escreveu um livro de memórias intitulado *Meus verdes anos: memórias*, publicado em 1956, um ano antes de sua morte aos 56 anos. Para Luciano Trigo, jornalista que teve seu livro sobre os romances do ciclo da cana-de-açúcar premiado Pela Academia Brasileira de Letras, José Lins caminhou de forma contrária, uma vez que partiu da ficção e depois de um longo tempo, já amadurecido pelos anos decorridos, chegou à realidade recortada pela memória. Nas palavras de Trigo,

É como se o autor voltasse do outro lado do espelho em que mergulhara mais de 20 anos antes: mas a imagem refletida continua a mesma, a da meninice no engenho do avô. É como um espelho em que a imagem está afastada do seu objeto por várias décadas, e como se este intervalo de tempo tivesse promovido essa metamorfose: de ficção em verdade. Metamorfose inversa à trilhada habitualmente na literatura dita realista, já que geralmente a arte imita a vida. Em “Meus verdes anos”, a vida imita a arte que imitara a vida. (TRIGO, 2002, p. 266)

Para que possamos compreender melhor nossas fontes literárias e, encontrar respostas para as problemáticas a respeito da experiência de ser um homem na

sociedade patriarcal dos engenhos nordestinos no momento em que a modernidade impunha transformações às relações sociais e nos códigos culturais, precisamos também tomar a literatura de romance por si mesma, como explica Pesavento,

A literatura é testemunho de si própria, portanto, o que conta para o historiador não é o tempo da narrativa, mas sim o da escrita. Ela é tomada a partir do autor e sua época, o que dá pistas sobre a escolha do tema e do seu enredo, tal como sobre o horizonte de expectativas de uma época. (PESAVENTO, 2014, p. 83)

Para escrever seus primeiros romances José Lins não contou unicamente com suas memórias, outras influências se fizeram sentir na trajetória do nosso autor. A temporalidade projetada nas narrativas diz respeito às primeiras décadas do século XX, período marcado no âmbito político nacional pela República Velha ou República Oligárquica em que o governo federal era revezado entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. No entanto, os primeiros anos da década de 1930 é o tempo presente da escrita dos romances analisados nesse trabalho.

Consideramos que compreender o lugar social e cultural do autor e, as condições históricas da produção de sua ficção constituem elementos importantes à historicização das fontes literárias mobilizadas nessa pesquisa. Esse pressuposto é plausível em se tratando da ficção produzida por José Lins do Rego que, assumiu a relação entre os romances denominados *ciclo da cana-de-açúcar* e as memórias próprias de suas experiências de infância e juventude. Ele produziu romances sob o signo do realismo literário.

Por isso, partimos, no primeiro capítulo, da trajetória de José Lins do Rego focalizando certos aspectos de suas experiências, aqueles relacionados à sua vida enquanto escritor de romances. Consideramos sua origem social no seio de uma família aristocrática, detentora de terras. Ele conviveu desde a infância com senhores de engenho, sendo o avô o mais notável entre eles. Essa origem lhe permitiu as condições objetivas necessárias à uma educação formal recebida comumente pelos filhos das elites agrárias no Nordeste.

No segundo capítulo nos deteremos na caracterização da masculinidade de Carlos de Melo, bem como na sua posição dentro dos enredos como narrador personagem. Observaremos como dessas estruturas literárias emerge uma percepção das práticas de masculinidade vivenciadas na época em que os senhores de engenho

dominavam com suas famílias, a produção econômica e as relações políticas no Nordeste.

No último capítulo, a partir de uma análise de Banguê, buscaremos compreender na composição narrativa desse romance, a articulação entre tempo, memória e masculinidade. Intentaremos desvelar, na estratégia discursiva autor, o sentido que ele conferiu ao passado. Trata-se de analisar como, em sua compreensão do processo histórico que culminou na derrocada daquele velho mundo, o autor mobilizou a relação entre passado e presente, nos elementos que escolheu para compor a estrutura de seus romances e a caracterização de suas personagens.

O foco dessa pesquisa, portanto, é analisar as práticas de ser homem na sociedade de engenho nesse momento de transição geracional, e como essas práticas incorporam as sensibilidades masculinas da elite agrária nordestina. Compreendendo que, os romances de José Lins desvelam valores e ideias culturais compartilhados por esse grupo social, intentamos analisar, a partir de sua ficção, de assumidos traços memorialísticos, como se fazia um homem da elite rural, dito de outra maneira, quais eram os códigos legados à formação das sensibilidades e práticas dos “meninos de engenho” no Nordeste nas décadas iniciais do século XX.

CAPÍTULO 1

JOSÉ LINS DO REGO: A CONSTRUÇÃO DE UM ROMANCISTA

No engenho Corredor, em 03 de junho de 1901, na virada do século XIX para o século XX, nascia José Lins do Rego Cavalcanti, filho de João do Rego Cavalcanti e Amélia do Rego Cavalcanti. Não dispôs de longo tempo para conhecer sua mãe e reter uma memória vasta de suas feições e modos, visto que a morte a levara de sua companhia quando ele ainda era um menino.

A pedido de Amélia, o filho seria criado por seus parentes, ali mesmo no engenho Corredor, próximo ao município de Pilar, na Paraíba. José Lins Cavalcanti de Albuquerque era o nome do homem que mais próximo chegou de uma figura paterna, figura de autoridade e austeridade e, sobretudo, de masculinidade na vida do menino Dedé⁷. No entanto, um ano antes de sua morte, José Lins recorda em uma introdução à *Meus verdes anos: memórias*, o que teria representado para ele, ser criado sem o pai.

A ausência do pai que não era bem visto pelos parentes maternos fez de mim uma criatura sem verdadeiro lastro doméstico. Sempre fui um menino criado pelo avô, assim como um enjeitado, apesar de todas as grandezas do avô. (REGO, 1956, p. 9)

Em entrevista, Maria das Neves Falcão Pessoa⁸ que, em sua própria infância conheceu José Lins, ainda menino e, participava, juntamente com sua família, das festas de aniversário do velho José Lins Cavalcanti, descreveu o patriarca como “um homem bom, muito calmo. Um homem da casa dele. Muito rico, tinha nove propriedades. Deu à mãe de Zé do Rego a propriedade Tamará. Ele era alto, usava chapéu de chile” (SOARES, 2000, p. 19).

⁷ Em sua infância, José Lins do Rego era chamado por familiares e amigos de “Dedé”. A esse respeito conferir entrevista concedida por Maria das Neves Falcão à Mariana Soares em 1987, publicada no jornal O Norte e republicada no livro escrito pela entrevistadora, “Parayba: segredos e revelações”, em 1994, pela editora FUNESC. Ver: SOARES, Mariana. Paraíba nomes do século [Série história]: José Lins do Rego. João Pessoa/PB: A União Editora, 2000.

⁸ A jornalista Mariana Soares conversou com Maria das Neves Falcão Pessoa em entrevista que foi publicada pelo jornal O Norte em 1987. De acordo com Maria das Neves seus avós eram primos do avô de José Lins do Rego. Em sua infância, a entrevistada frequentava o engenho Corredor nas festas de aniversário do velho Cazuza – como era chamado o avô de José Lins. Em 1994 Mariana Soares publicou essa mesma entrevista em seu livro “Parayba: segredos e revelações”. Ver: SOARES, Mariana. *Paraíba nomes do século*: José Lins do Rego. Série História, v. 18. Paraíba: A União Editora, 2000.

Essas e outras imagens, a respeito do avô, estariam descritas nos romances que apresentaram José Lins ao mundo como literato, constituindo a personalidade, feições e modos de ser homem da personagem José Paulino. Esse mundo da infância do autor foi a matéria prima de uma parte substancial de sua obra romanesca, como afirma José Aderaldo Castello.

Ora, é sabido que todo romancista é um memorialista, no sentido em que o romance é a libertação de um estado interior profundo, soma de experiências observadas e vividas. E, sendo esse também o caso do romancista José Lins do Rego, é importante, para melhores esclarecimentos de sua obra, que se considere, acima de tudo, o seu processo de reconstituição vivencial das experiências pessoais da infância e da adolescência, cujo esquema, sem maiores complexidades, é o próprio roteiro da evocação espontânea, muito mais acumulativa do que surpreendentemente associativa, e intensamente emotiva. (CASTELLO, 1961, p. 180)

Após a morte de Amélia, o menino José foi morar distante do pai, mas podendo vê-lo em visitas esporádicas que este lhe fazia no engenho Corredor. Na ficção, José Lins imaginou, na personagem Carlos de Melo, as experiências dos meninos de engenho. Mas, a figura paterna aparece como um homem distante, repetidamente associado com o desequilíbrio de um louco, passional, iracundo, que num acesso de fúria matara a própria companheira, indo, em seguida, amargar a curta vida que lhe restara em hospital psiquiátrico, amarrado por camisa de forças.

Era alguém com quem, o menino criado no engenho, Carlos de Melo não queria ser associado, não queria se parecer, sofrendo envergonhado quando os garotos da escola descobriram sobre o pai que ele tanto se esforçou para esconder. Isso pode ser percebido no segundo romance de José Lins, intitulado *Doidinho*, apelido que foi dado a Carlos de Melo no internato em Itabaiana⁹.

Essa narrativa comoveu os leitores do romancista paraibano, mas, fora da literatura, a mãe do menino José Lins não fora assassinada pelo marido. De acordo com o depoimento de Maria das Neves Falcão Pessoa: “Ela morreu de parto dele [de outra gravidez]. Dizem até que o velho Zé Lins não gostava do genro por causa disso. Zé do Rego não conheceu a mãe” (SOARES, 2000, p. 20). Na autobiografia, José Lins parece

⁹ REGO, José Lins do. *Doidinho*. 50ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018. pp. 99-101.

confirmar esta declaração ao dizer, “As negras falavam de minha mãe morta: dona Amélia morreu de menino nascido morto (...)” (REGO, 1956, p. 15).

Poderia ser esse um dos fatores que explicaria a presença constante da morte nos romances do *ciclo da cana-de-açúcar*. Após a morte de dona Amélia, que ele recordava através dos relatos das mulheres negras que trabalhavam na casa-grande, veio a morte do primo Gilberto. O menino José deitou-se ao lado do cadáver do primo, não tendo ainda, naquele instante, a consciência do que estava ocorrendo. Mas, a despeito disso, o efeito desse contato mórbido esteve guardado nele ao longo dos anos de sua vida como, “recordações que ficaram muito vivas, pegadas à minha lembrança” (REGO, 2011, p. 21)¹⁰.

Já sabia o que era a morte. As negras falavam de minha mãe morta: ‘Dona Amélia morreu de menino nascido morto’. ‘Seu Gilberto morreu de dor de lado’. Era a morte que me cercava. Lili morta. Vivíamos os dois a brincar pela calçada. Corríamos pela horta quando para lá nos levava tia Maria. Quis chorar. Uma dor me entrava pela alma. A primeira diferente daquela das palmadas e dos puxantes de orelha das tias. (REGO, 2011, p. 22)

Um conjunto variado de imagens da infância do escritor serviram de substância inspiradora para a elaboração ficcional do seu primeiro romance, *Menino de engenho*, publicado em 1932. Todavia, a despeito das experiências dolorosas da perda de entes queridos, não deixou de ser, por isso, um menino da casa-grande tal qual outros de sua idade, como sugerem as recordações de Maria das Neves Falcão Pessoa,

Era um menino bonitinho, engraçadinho, mas não queria estudar. Tinha horror ao estudo. Foi por isso que o velho Zé Lins o mandou para um colégio em Itabaiana. Era desleixado com as roupas, as meias, os estudos... Não ligava para nada. Foi um menino muito travesso. Mais conhecido por Dedé, ninguém chamava ele de Zé do Rego. (SOARES, 2000, p. 19)

O período em que José Lins do Rego viveu sua primeira infância esteve marcado por intensas e rápidas transformações econômicas, políticas, culturais e sociais. No contexto econômico daquele momento, o café figurava como o principal produto

¹⁰ A primeira edição de “Meus verdes anos” foi publicada pela editora José Olympio em 1956. Em nossa pesquisa estamos usando a 9ª edição, publicada também pela José Olympio em 2011, com o texto original totalmente preservado.

agroexportador do Brasil desde meados da segunda década do século XIX. As elites paulistas, que construíram seus gigantescos patrimônios financeiros a partir da utilização da mão de obra escravizada nas fazendas de café, ficaram insatisfeitas com o governo imperial quando a lei áurea foi assinada. Apesar de possuir uma economia basicamente agrária e focada na exportação, surtos de industrialização já vinham ocorrendo também desde a segunda metade do século XIX. Mas, a despeito disso, a indústria foi se desenvolvendo lentamente, sempre retardada pelos interesses das elites agrárias latifundiárias.

O fim da escravidão representou um grande impacto na economia brasileira como um todo, afetando também as elites do açúcar e seus engenhos no Nordeste, que na década de 1930 sucumbiam diante do crescimento acelerado das usinas com suas novas relações baseadas no trabalho livre e assalariado. De acordo com Arias Neto, a partir da abolição da escravidão houve um considerável desenvolvimento em outros setores da economia, como o autor explica,

Esse desenvolvimento foi particularmente acelerado depois de 1888 graças a três fatores principais: com a abolição da escravidão o governo imperial liberou créditos para a lavoura e adotou uma política emissionista mais flexível que, ao lado da enorme safra cafeeira e da entrada de capitais estrangeiros, provocou uma euforia nos negócios. (ARIAS NETO, 2018, p. 197)

No âmbito político, o governo imperial foi substituído por uma estrutura de governo republicana em 1889, momento marcado pela influência de intelectuais brasileiros imbuídos pelo espírito da modernidade da Belle Époque¹¹, com suas modas, teorias políticas, e invenções oriundas da segunda revolução industrial, e do positivismo francês. Para os representantes dessa elite intelectual que, realizavam seus estudos nos centros acadêmicos europeu, era urgente que o Brasil entrasse na marcha pelo progresso, era preciso modernizar-se, adaptando essas ideias ao contexto brasileiro.

¹¹ Chama-se de Belle Époque o período da história cultural europeia que compreende a segunda metade do século XIX até meados da Primeira Guerra Mundial. Essa época foi marcada por avanços tecnológicos oriundos da Segunda Revolução Industrial, e pelo desenvolvimento de ideias como utilitarismo, positivismo e liberalismo. Esse termo também designa o clima cultural do período em questão, marcado pela moda francesa, bailes e festas, bem como por toda uma estética urbana que visava exprimir as novas descobertas no campo das ciências. Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Como afirma Roberto Schwarz (2000, p. 15), a presença da escravidão no Brasil representava o descompasso do país com as ideias liberais defendidas na França, Inglaterra e nos Estados Unidos. Mas, ainda assim, a lógica escravista seguia a ideologia do lucro, visto que sua produção estava voltada a atender as demandas do mercado externo. Assim, eram justificadas as práticas de violência que ultrajavam a dignidade da população negra, em nome dos interesses econômicos da aristocracia em todo o território nacional.

A abolição e o estabelecimento de um governo republicano no país foram compreendidos pelos intelectuais da época como passos imprescindíveis na direção da modernização econômica do Brasil. O tempo acelerava-se com a chegada das máquinas, a abertura das fábricas, e a criação de grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Enquanto isso, a população empobrecida era varrida dos centros das cidades para áreas periféricas num obscuro movimento de higienização dos espaços que as elites iriam reconstruir à imitação das capitais europeias, como analisou Nicolau Sevcenko (1999, p. 34).

No Nordeste, nas regiões agrárias, paisagens muitas vezes formadas pelos vastos canaviais, pelas casas-grandes e engenhos, os latifundiários (re)sentiam-se, ameaçados pelas mudanças daquele novo tempo que despontava no horizonte do Brasil. As usinas se tornavam uma realidade cada vez mais pungente, impondo-se com suas grandes máquinas e sua capacidade produtiva acelerada e em maior escala.

Ao contrário do que ocorreu no sudeste e no sul do país, o Nordeste não teve a mão de obra escravizada substituída por imigrantes europeus que, conforme Emília Viotti da Costa, foram encarados pelas elites intelectuais “não como substitutos dos escravos, mas como agentes civilizados” (COSTA, 2010, p. 16). Mesmo após a Abolição muitos libertos permaneceram nas propriedades de seus antigos senhores, vivendo em situação precária e em relações de trabalho ainda análogas à escravidão.

A lei Áurea foi assinada, os escravizados foram alforriados, mas, na prática do dia a dia dessa gente explorada, os tempos e modos da escravidão ainda marcavam as relações entre os indivíduos negros e os demais grupos sociais, e suas subjetividades. O fim legal da escravidão não findou o racismo, e desse modo, a população negra continuou legada à marginalidade. Nesse sentido, Costa explica,

A abolição exigia a elaboração de uma nova autoconcepção de status e papéis sociais por parte dos negros e mestiços, a formação de novos

ideais e padrões de comportamento. Ela implicava também a mudança de comportamento do homem livre e branco diante do liberto, do negro não mais escravo. Impunha-se um novo ajustamento inter-racial. A súbita equiparação legal entre negros e brancos, em 1888, não destruiu de imediato o conjunto de valores que se elaborara durante todo o período colonial. (COSTA, 2010, p. 13)

Essas transformações não marcaram somente as experiências materiais, mas incidiram também nas subjetividades, mudando as formas de sentir e dizer o mundo da sociedade e, que de certa forma, também alcançou a produção cultural. A esse respeito Sevcenko afirma,

As décadas situadas em torno da transição dos séculos XIX e XX assinalaram mudanças drásticas em todos os setores da vida brasileira. Mudanças que foram registradas pela literatura, mas sobretudo mudanças que se transformaram em literatura. Os fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir. (SEVCENKO, 1999, p. 237)

Quando menino, José Lins ainda pôde conviver com rastros vívidos dessas velhas estruturas escravistas e patriarcalistas que, por tanto tempo, sustentaram o edifício econômico e cultural do Brasil no período colonial e durante todo o império. A sociedade dos engenhos se mostrou renitente a tais mudanças, e isso é denunciado, de certo modo, pelos romances do *ciclo da cana-de-açúcar*, na linguagem das personagens, na maneira como estas eram descritas sempre a partir do gênero, cor da pele, e pelo trabalho que exerciam naquela estrutura, sinalizando a importância desses marcadores para a identificação e posição desses indivíduos na hierarquia social.

Mesmo tendo vindo desse mundo agrário que relutava diante dos novos ventos da modernidade que despontavam nos horizontes urbanos, inclusive, das capitais nordestinas, o escritor paraibano, que escreveu seus primeiros romances já em contexto citadino, expressou nos enredos que construiu em seus escritos literários, a mudança de mentalidade que os novos tempos vinham provocando na elite intelectual do país.

Seu olhar para as relações entre os homens e mulheres das casas-grandes e das senzalas, bem como dos meninos de engenho e os moleques da bagaceira, entre outros indivíduos que transitaram nessa sociedade que ele conheceu, representou nos romances um estranhamento crítico àquela “ordem das coisas”.

Concordamos com a compreensão de Sevcenko quando afirma que, “O ponto de intersecção mais sensível entre a história, a literatura e a sociedade, está concentrado evidentemente na figura do escritor” (1999, p. 246). Por isso, nos voltamos nesse capítulo inicial à vida do literato no que tange os aspectos que consideramos centrais para compreender sua visão de mundo repleta de tensões, muito próprias de um homem que viveu e foi testemunha de uma sociedade em transição.

1.1 Os primeiros arroubos de escritor: do internato à Faculdade de Direito

Em 1909, José Lins iniciou seus estudos no Internato Nossa Senhora do Carmo, localizado na cidade de Itabaiana há, aproximadamente, quatorze quilômetros de Pilar. Três anos mais tarde, já em 1912, foi transferido para João Pessoa, dando continuidade aos seus estudos no Colégio Diocesano Pio X. Lá começou suas primeiras tentativas desajeitadas de escritor.

Entrou para uma sociedade literária que havia no Colégio chamada de “Arcádia Pio x”. Escreveu alguns poucos artigos no jornal escolar produzido por esse grupo de alunos, do qual também faziam parte Roberto Lira, Octacílio Guimarães e Cacambo Maciel. Sobre essa experiência, José Lins relembrou, em reportagem de Francisco de Assis Barbosa em 1941,

Cancambo Maciel era orador. Fez um discurso no dia da instalação da Arcádia. O discurso começava assim, ‘A quimera deixou de ser quimera...’ Octacílio Guimarães, hoje médico em Cajazeiras, tinha a mania das palavras difíceis. Não sabia escrever sem empregar dois ou três ‘incognoscível’, quatro ou cinco ‘metempsicose’. Meu primeiro artigo, publicado em letra de forma, no jornalzinho do Colégio, chamado Pio X, foi corrigido por ele. E é por isso que está cheio de ‘apocalipses’, ‘incoercíveis’ etc. Escrevi outros artigos no Pio X, um sobre o Rei Alberto I, outro sobre Joaquim Nabuco. Oliveira Lima era meu patrono na ‘Arcádia’”. (COUTINHO, 1990, p. 59)

Nota-se que o jovem rapaz já possuía inclinação para as letras, ainda não sabia, porém, o quão forte essa inclinação se mostraria dentro de si mesmo e, tampouco, o quão conhecido seus escritos lhe fariam, algumas décadas depois. Escolhera dedicar um de seus primeiros artigos a Joaquim Nabuco. Importante intelectual abolicionista, Nabuco, estudou na mesma instituição onde José Lins faria o curso de Direito anos mais tarde, como veremos adiante. Além de seu conhecido livro *O Abolicionismo* (1883),

escreveu também um livro de memórias intitulado *Minha formação*, publicado em 1900, um ano antes do nascimento de José Lins.

Provavelmente, na época em que o jovem Zé do Rego escreveu seu artigo sobre Nabuco, já conhecia o livro *Minha formação*, obra em que Nabuco descreveu sua própria experiência como menino de engenho. Para Freire, ao escrever sobre o lugar de sua infância, o engenho Massangana, Joaquim Nabuco estava inaugurando uma literatura de engenho¹², portanto estava “lançando, pioneiramente, as bases para uma visão gloriosa do engenho” (FREIRE, 2015, p. 160).

Certamente, viver seus primeiros anos de vida em um engenho, em uma família ligada às velhas estruturas patriarcais e escravocratas, é um ponto de identificação notável entre o jovem Zé do Rego e o experiente intelectual. A escolha por escrever sobre Nabuco pode ser um indicativo de tal identificação, e um ponto de partida para a definição dos significados que atribuiria ao engenho Corredor e a si mesmo vivendo nele. Outras leituras também foram importantes na sua formação, como *O Ateneu* (1888) de Raul Pompéia e *Dom Casmurro* (1899) de Machado de Assis.

Após estudar dois anos em João Pessoa, ele foi transferido para Recife, onde cursou o ginásio no Instituto Carneiro Leão. Foi nos primeiros anos morando na capital pernambucana que, além de ampliar seu horizonte literário, estabeleceu importantes vínculos de amizade que lhe garantiriam um determinado capital social, imprescindível à publicação de seus primeiros textos em jornais de ampla circulação. Sobre sua participação no Jornal do Recife, em entrevista concedida a Francisco de Assis Barbosa, em 1941, José Lins afirmou:

Em 1918-19, Oliveira Lima era a grande figura mental de Pernambuco. No jornalismo, destacavam-se Barbosa Lima Sobrinho, Múcio Leão e Olívio Montenegro. Nesse tempo eu me assinava Lins do Rego, apenas. Achava mais eufônico. Pois o Lins do Rego um dia acabou por substituir Barbosa Lima Sobrinho na crônica dominical do Jornal do Recife. Philemon de Albuquerque, que era secretário, indicou meu nome. O diretor não gostou muito: ‘seu’ Philemon, este

¹² O historiador Diego José F. Freire, lançando mão de conceitos foucaultianos, classificou como “literatura de engenho” uma gama de discursos. Nas palavras do próprio autor, “Entendemos por *literatura de engenho*, inicialmente, uma variedade de enunciados provenientes de diversas áreas de saber, mas que se unificam em torno de uma valorização comum do engenho, que entendem a propriedade açucareira muito além de sua dimensão produtiva. Trata-se de um conjunto de semelhantes, de discursos aparentados entre si. Tal noção tenta cobrir os discursos romanescos, memorialísticos, históricos e sociológicos que circulam nos anos iniciais do século XX e que expressaram uma visão saudosa e idealizada do engenho. Estes discursos acabam por forjar uma nova identidade para o engenho, espacialidade não vista unicamente como um centro de produção açucareira” (FREIRE, 2015, p. 27).

moço não sabe português’... mas acabou concordando”. (COUTINHO, 1990, p. 60)

Em 1919, quando se matriculou na Faculdade de Direito do Recife, José Lins já era conhecido pelos leitores do Diário do Estado – um jornal paraibano – no qual escrevia semanalmente na coluna “Ligeiros Traços”. De acordo com César Braga (2007, p. 19), o autor começou essa atividade jornalística nos primeiros meses de 1919, pouco antes de ingressar no curso de Direito.

Conforme Freire (2015), os escritos de José Lins na coluna *Ligeiros Traços* podem ser agrupados em duas categorias, sendo uma de textos relacionados à crítica literária e outra que reunia um conjunto de escritos dirigidos a comentar temas da atualidade. Como iremos perceber, antes de se tornar um romancista conhecido nacionalmente, e até fora do Brasil¹³, ele se engajou numa intensa atividade jornalística.

O período que José Lins passou na faculdade foi intensamente marcado por disputas políticas em Pernambuco. A despeito de não ter sido um aluno dedicado aos estudos jurídicos, em seus breves artigos, o jovem escritor parecia acompanhar de perto as novidades no âmbito da política, como explica Freire,

Tais colaborações ao Diário do Estado indicia que José Lins estava atento a sua época e procurava tecer reflexões sobre determinados fatos de seu tempo. De certa forma, o jovem engajado e preocupado com as questões sociais e políticas já aparecia um pouco aqui, já se desenhava timidamente. (FREIRE, 2015, p. 71)

Os textos de José Lins, naquele momento, não ofereciam robustez argumentativa, mas já demonstravam o espírito impetuoso e apaixonado, como afirma César Braga (2007). Ele foi, naquele momento, um panfletário político ainda inseguro, mas não parecia ter receio de expressar suas opiniões pessoais num cenário sensível a conflitos, passando também, na mesma época, a escrever para o Jornal do Recife.

De acordo com o historiador Eric Hobsbawn (1995), nesse período, o mundo vivia sob os efeitos do pós-guerra. A derrota dos Aliados se consolidou quando a

¹³ Em carta escrita para José Lins do Rego em 10 de setembro de 1935, após tecer elogios ao livro “O moleque Ricardo”, Graciliano Ramos reconhece os tempos promissores vividos pelo literato. “Enfim, você está aí coberto de glória, em véspera de ser lido em russo e preparando-se para escrever o quinto romance, segundo me diz Aurélio numa a carta à lápis” (COUTINHO, 1990, p. 51). Este romance, ao qual Graciliano se referiu, foi “Usina”, publicado em 1936.

Alemanha foi subjugada pelas forças da Aliança Entente e, em seguida, responsabilizada e obrigada a indenizar os países vencedores. Muito embora o conflito houvesse findado, a Europa não poderia respirar totalmente aliviada, uma vez que, seria necessária a criação dos meios para se refazer economicamente.

E, enquanto na América do Norte, os EUA saíam do conflito ainda mais ricos, o Brasil estava sob o governo de Epitácio Pessoa e de uma política intervencionista que incomodava determinados atores políticos. Em Pernambuco, nos primeiros anos da década de 1920, o governador José Bezerra havia falecido e as disputas pela chefia do estado se acirravam cada vez mais entre a família Borba (borbistas) e a família Pessoa de Queiroz (pessoistas).

O senador e ex-governador Manoel Borba defendia a candidatura de Henrique Carneiro da Cunha, que também recebeu o apoio de Joaquim Pimenta, um professor da Faculdade de Direito do Recife. Na oposição, apoiado pelos pessoistas, estava Lima Castro, prefeito de Recife, candidato da preferência política do próprio presidente Epitácio Pessoa. Desse modo, podemos perceber que esse quadro político conflituoso não estava circunscrito somente ao âmbito local, mas também reverberava nacionalmente.

Outra faceta dessa disputa dizia respeito à posição desses dois grupos quanto à postura do governo federal. Os borbistas criticavam a política intervencionista de Epitácio Pessoa nos estados, sendo representantes em Pernambuco de um movimento autonomista que se opunha ao centralismo do presidente. Do outro lado desse conflito, os pessoistas eram centralistas¹⁴. Sobre isso, Freire comenta que, “Assim, de uma sucessão governamental a nível estadual passou a uma discussão sobre a estrutura do Estado Brasileiro e acerca das suas supostas intenções” (FREIRE, 2015, p. 63).

José Lins e seu professor Joaquim Pimenta, eram próximos e através dele conheceu Osório Borba. Juntamente com eles passou a participar de viagens ao lado do senador Manoel Borba, se envolvendo em discursos políticos ardorosos. Por essa época, conforme Francisco de Assis Barbosa, os discursos e palestras em público eram a maior ambição de José Lins, como ele próprio confirmou em entrevista dizendo,

¹⁴ Desde o período imperial, os principais partidos políticos no Brasil dividiam-se entre aqueles que defendiam uma postura mais centralizadora por parte do governo e aqueles que defendiam maior autonomia para os estados. A esse respeito ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Era a de ser um grande orador. A oratória me fascinava. Vivia promovendo greves só para fazer os meus discursos de dó de peito. A história dessas greves, aliás, está mais ou menos relatadas no *Moleque Ricardo*. Saí pelo interior do Estado com o senador Manoel Borba, na campanha de sucessão do governo de José Bezerra, contra a intervenção de Epitácio Pessoa. Foi durante essa viagem política que fiquei amigo de um repórter do *Jornal Pequeno*, chamado Osório Borba” (COUTINHO, 1990, p. 60).

Juntamente com Osório Borba, no calor daquele momento, José Lins fundou um pequeno jornal semanário chamado *Dom casmurro* – notemos a referência ao romance machadiano aqui – com o objetivo de combater os pessoistas e defender os borbistas. A oposição de José Lins a Epitácio existira desde a época da eleição. De acordo com César Braga (2007, p. 20), o presidente Rodrigues Alves (1848-1919) morreu de febre amarela, na época em que José Lins escrevia no *Diário do Estado*. Na reportagem de Francisco de Assis Barbosa, José Lins recorda,

Eu, porém, não desistia de ser orador. Na Paraíba fiz um discurso contra Epitácio, defendendo a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. José Américo de Almeida e Olívio Montenegro me ouviram falar. Olívio, de fraque e anel de advogado, todo chique, não gostou do meu discurso. No dia seguinte, o *Diário do Estado* publicava um artigo meu, com este título ‘Ave, Rui’”. (COUTINHO, 1990, p. 61)

Na disputa entre Epitácio Pessoa e Rui Barbosa (1849-1923), o aspirante a jornalista dedicou textos em sua coluna no *Diário do Estado* defendendo a candidatura de Rui, e ignorando a participação de Epitácio na Conferência de Paz em Paris. Na crônica *Pela Conferência de Paz*, publicada no dia 26 de janeiro de 1919, na *Ligeiros Traços*, é dito,

Terminou a gigantesca guerra da democracia. E a conferência para assegurar o estado de paz começou pela aristocracia (...). O Brasil, o platônico aliado, mandou três representantes, os quais poderiam ser substituídos pela figura genial de Rui Barbosa, se este formidável cristal de inteligência não resolvesse ficar no remorso poético de sua pátria (...). Se Rui Barbosa, o príncipe gentil das mais sublimes ideias, que em Haia conseguiu derrubar as pretensões dos grandes, lá, estivesse, talvez, com a força de sua lógica conseguisse estas injustiças que se dão pela Conferência de Paz. (CÉSAR BRAGA, 2007, pp. 53-55)

Há vários outros textos publicados na *Ligeiros Traços* em que José Lins menciona Rui Barbosa e a/o leitor/a não precisará de grande esforço para perceber a sua devoção por ele. Podemos citar, por exemplo, os textos escritos em 1919, *Cariolano Medeiros*, publicado em 30 de janeiro; *Um paraibano ilustre* de 05 de fevereiro; *Ave, Rui* de 15 de fevereiro; e *Mocidade vitoriosa*, de 21 de fevereiro.

Anos mais tarde, quando já havia abandonado seus dias de panfletário e ativista político de discursos apaixonados, escreveu para a Revista Era Nova, publicada em 1924, a respeito do mesmo Rui Barbosa.

Não nos valeu nada, porque todos concordamos que aquilo fora um fim de vida. Rui Barbosa, que foi este homem, pecara demais para um arrependimento fácil. A sua contrição deveria ser como a de um Brunetière para seguro reflexo nos que viveram dele. Porque a todos nós que íamos atrás de seus discursos nada nos dera ele para nos refazer. Deixou-nos com a sua morte os mesmos: os que iam ao Senado ouvir o demagogo. (CÉSAR BRAGA, 2007, p. 273)

A trecho acima pode nos causar estranheza diante de uma mudança tão radical no discurso de José Lins a respeito de Rui Barbosa. Poucos anos foram suficientes para provocar essa diferença de pensamento no autor. O que mudou entre 1919 e 1924 para José Lins? O que o fez modificar suas opiniões sobre uma personagem que fora tão louvada por ele?

O próprio título do texto do qual extraímos essa citação nos aponta uma resposta possível, “Carta de uma geração aos srs. Gilberto Freyre e Jackson de Figueiredo”. José Lins concluiu o curso de Direito em 1923 e, é sabido o seu total desinteresse pela ciência jurídica, levando-o a tratar com desleixo os estudos acadêmicos. Por outro lado, foi apaixonado pela discussão política, crítica literária e jornalismo, isto é, pela força interior das letras que o moveram na direção de se tornar um escritor.

Nesse mesmo ano deu-se o seu encontro com Gilberto Freyre, que chegara ds anos de estudos acadêmicos nos EUA e na Europa. A partir daí as ideias e percepções de ambos sofreriam o impacto daquela amizade que estava nascendo. No prefácio ao livro *Região e tradição*, publicado por Freyre em 1941, José Lins reconheceria as profundas influências que o diálogo com Gilberto trouxera ao seu modo de pensar, de interpretar e dizer o mundo.

1.2 “De lá pra cá minha vida foi outra”: José Lins e Gilberto Freyre

“...e de lá pra cá minha vida foi outra, foram outras as minhas preocupações, outros os meus planos, as minhas leituras, os meus entusiasmos.” (Prefácio de José Lins ao livro Região e Tradição)

Em 1915 que José Lins chegou no Recife e em 1919 ingressou na Faculdade de Direito da capital pernambucana, em um contexto de efervescência política, mas, também, de entusiasmos com a literatura. A Faculdade de Direito era um espaço propício para os filhos das elites do Norte¹⁵ estabelecerem contatos, compartilharem ideias, enquanto se preparavam para atender às expectativas de suas famílias.

Estudar na Faculdade de Direito garantia aos jovens acadêmicos uma posição de privilégio naquela sociedade. Somente os filhos das oligarquias ligadas principalmente à produção açucareira, conseguiam adentrar suas portas e compor suas turmas. A maior parte das famílias à época não dispunham das condições econômicas necessárias para manter os custos da educação formal de seus filhos.

As primeiras Faculdades de Direito foram criadas no Brasil a partir de 1826, em projeto de lei aprovado pela Câmara Legislativa, que determinou a abertura de dois cursos de direito, em São Paulo, polo da produção cafeeira, atendendo à região sul, e em Olinda, no mosteiro de São Bento para atender o Norte, principal região de produção açucareira do país. Em 1828 a unidade do Norte passou a funcionar no mosteiro de São Bento (Olinda), mas somente em 1854 passou a se instalar em Recife.

De acordo com Carvalho (2017), é nesse período que passam pelo curso de direito da Faculdade de Recife Tobias Barreto, Castro Alves, e Joaquim Nabuco. As primeiras mulheres formadas em direito estudaram na Faculdade de Recife, e somente a no final do século XIX, a partir de 1888. Sendo pouquíssimo o número de alunas, despertava a atenção dos rapazes quando uma moça era matriculada no curso¹⁶.

¹⁵ Até as primeiras décadas do século XX a região Nordeste era também chamada de “Norte”. Ver: ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2011.

¹⁶ Maria José de Carvalho, em sua dissertação de mestrado, menciona um comentário feito por Polycarpo Feitosa, em seu livro “Dois Recifes”, em que o autor comentou a respeito de uma moça em sua turma na FDR. “Outro caso extraordinário, tanto que até creio não tinha precedente no Brasil – uma caloura. No primeiro dia da aula de Dr. Albino Meira. Quando entramos na sala acompanhando o mestre, já estava ela sentada em uma cadeira próxima à tribuna dolente, sisuda, muito elegantemente vestida, com uma sombrinha atravessada sobre o joelho e a saia cobrindo até o bico das botinas. (Quem era que então

Na década de 1870, as teorias raciais vindas da Europa tinham considerável presença nas aulas e produções acadêmicas da FDR, como afirma Schwarcz: “Recife foi talvez o centro que se apegou de forma mais radical tanto às doutrinas deterministas da época quanto a uma certa ética científica que então se difundia” (1993, p. 197). Os intelectuais da FDR, bem como do restante do país, se colocavam na posição de explicar as origens da criminalidade, da pobreza e outros fatores sociais que pudessem estar impedindo o progresso da nação.

Nos primeiros anos da década de 1920, período dos estudos jurídicos de José Lins, a discussão sobre o progresso civilizacional do Brasil passou a incluir outras questões além da raça e mestiçagem, como esclarece Schwarcz, “Um novo argumento se esboçava. Higienizar o país e educar seu povo é assim que se corrige a natureza e se aperfeiçoa o homem” (1993, p. 219).

Apesar do despontamento de outras perspectivas para a discussão sobre o progresso nacional e das críticas que começaram a ser feitas às teorias raciais, elas ainda vigoravam na FDR. Entretanto, na década de 1920, os intelectuais estavam buscando extrair dessas teorias aquilo que pudesse se adequar à realidade brasileira, evitando radicalizações. Objetivavam uma atitude relevante diante dos problemas enfrentados pela sociedade como a pobreza, a violência, e a saúde pública.

Como podemos perceber, o contexto no qual José Lins estudou em Recife foi de intensos e calorosos debates, não somente no âmbito político, mas também acadêmico. Em seus breves artigos produzidos naquele período, o neto de senhor de engenho também escrevia sobre suas preocupações sociais, como o cuidado com as crianças pobres, com as árvores e a liberdade da imprensa.

Escrevia também para o Jornal do Recife textos de crítica literária, demonstrando estar atento ao ambiente cultural de Pernambuco e Paraíba. Criava também seus próprios enredos curtos e personagens nos quais imprimia as experiências da vida ordinária. Como Freire observou,

De fato, os primeiros textos de José Lins no jornal ora em análise [Jornal do Recife] tem um ar ficcional, beirando a contos. São textos que ficcionavam situações reais da vida, a partir da criação de alguns personagens. Assim, observamos José Lins contar as experiências amorosas e narcóticas de personagens como João Eduardo (A confissão de um artificial, 06.11.21), Mário (A última carta, 25.10.1921) e, Carlos (Miss fragilidade. 04.09.1921). Nestes textos de criação de personagens e

ousaria imaginar sequer a possibilidade de verem dois ou três dedos acima do cano das ditas botinas?)”. (CARVALHO, 2017, p. 31 Apud FEITOSA, Polycarpo. Dois Recifes. 2. ed. Recife: Cepe, 2010).

pela narração das experiências que estes passavam, mas também a certos locais da cidade de Recife. (FREIRE, 2015, pp. 74-75)

José Lins não deu aos estudos na FDR dedicação, pois, suas energias e a força da sua imaginação direcionavam-se para a escrita jornalística panfletária e a crítica literária. Viveu como um boêmio, dissolvendo os recursos que recebia do avô nas noites agitadas da cidade, pelas quais discutia sobre literatura e política com os amigos da Faculdade, como ele mesmo recordou,

A princípio, levei a sério o curso jurídico. Frequentava a Biblioteca da Faculdade e já admirava Machado de Assis e João do Rio. No segundo ano, porém, conheci Raul Bopp. José Ferreira de Souza e eu fomos morar com ele nos fundos de uma venda, em Olinda. Bopp foi uma bomba para mim. Ensinou-me a beber uísque. Ele foi a minha primeira grande amizade literária. Outros grandes amigos, como José de Queiróz Lima e Mário Guimarães, eu tive na Faculdade de Direito. Queiroz Lima vivia falando de Oscar Wilde. E, eu, metido a jornalista, escrevia de graça uma seção permanente no Jornal do Recife. (COUTINHO, 1990, p. 60)

As amizades encontradas ao longo desses anos de estudo foram marcantes na vida de José Lins. Entre esses amigos também é importante mencionar José Américo de Almeida e Olívio Montenegro com os quais manteve uma grande comunicação por cartas. Eles muito contribuíram com o amadurecimento intelectual do jovem boêmio entusiástico do jornalismo político.

O contato com Olívio começou em uma viagem de trem a caminho de Recife. Olívio embarcou em Nazaré da Mata, cidade em que trabalhava, e no restaurante da viagem seguiu-se uma longa conversa regada a muita cerveja (COUTINHO, 1990, p. 62). A nenhum outro amigo, entretanto, José Lins demonstrou tamanha veneração quanto a Gilberto Freyre, que conheceu, segundo ele mesmo contou, “numa tarde do nosso querido Recife”¹⁷. Freyre teria influenciado o pensamento de José Lins, que decidiu abandonar as noites boêmias e os escritos panfletários, bem como seus discursos inflamados de críticas aos adversários políticos.

Gilberto Freyre nasceu em Recife no ano de 1900, filho do professor e juiz Alfredo Freyre e de Francisca de Melo Freyre, foi estudar no EUA em 1918, dando

¹⁷ José Lins escreveu o prefácio do livro *Região e Tradição*, em que relata como o conheceu e a importância de sua amizade para ele. Cf.: FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

continuidade à sua vida acadêmica na Europa. Retornou ao Recife em março de 1923, mas, mesmo quando ainda vivia no exterior, escrevia constantemente artigos para o Diário de Pernambuco. Entre seus leitores assíduos estava José Lins do Rego.

No mesmo ano do retorno à cidade de origem, Freyre e José Lins se conheceram e a partir daí compartilharam uma profícua amizade que durou ao longo de todos os anos seguintes até a morte de José Lins, na madrugada do dia 12 de setembro de 1957, no Rio de Janeiro. Com o passar do tempo, mesmo separados pela geografia, visto que José Lins saíra de Pernambuco após casar-se, mantiveram contato regular por meio de cartas.

Para José Lins, sua existência literária se deu realmente a partir desse encontro com Gilberto¹⁸, que voltou para o Recife imbuído de um sentimento de apego às tradições, ao passado dos avós, senhores de engenho. Freyre engajou-se com o discurso tradicionalista, tornando-se um dos principais intelectuais a representar a vertente regionalista do modernismo no Nordeste.

Em 1924, José Lins retornou à Paraíba, ao engenho do avô. Isolado, passava os dias produzindo diversos artigos para a revista local Era Nova. Entre os textos está, “Carta de uma geração aos srs. Gilberto Freyre e Jackson Figueiredo”, na qual salientava a importância de Freyre não somente em sua própria vida, mas também sobre aquela geração de jovens.

Em uma carta de José Lins ao seu recente amigo, escrita nesse mesmo ano, ele afirma: “Escrevi para a Era Nova, que está uma horrível revista, essas notas que lhe mando. Teve muito de você, de suas ideias. Pelo que seria quase dispensável sua leitura” (REGO, 1924). O breve período de isolamento de José Lins foi um ponto de inflexão em sua vida, a partir do qual decide tomar novos rumos. No entender de César Braga,

Em busca de nova orientação pessoal e intelectual José Lins mergulha nas suas origens de proprietário rural, rompe com o noivado de quase dois anos com uma tal de Naninha Dedier (filha de José Dedier, supostamente um ilustre industrial pernambucano), e decide casar-se com D. Naná, filha do senador Antônio Massa. (CÉSAR BRAGA, 2022, p. 100)

¹⁸ Prefácio de José Lins do Rego ao livro “Região e Tradição, de Gilberto Freyre, publicado em 1941. Ver: REGO, José Lins. Dias idos e vividos [antologia]. Organização: Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

José Lins estava disposto a abandonar as noites boêmias por uma vida em família, de homem sério e ordeiro. Para Freire (2015), essa nova postura adotada por José Lins já pode ser apontada como influência de Freyre e pelo impacto provocado, no paraibano, por uma conferência proferida pelo sociólogo, “Apologia pro generatione sua”, na qual defendeu a necessidade de uma geração de jovens dedicados a lutar pelas tradições culturais e religiosas de seus avós.

O fato é que na carta, escrita no mesmo ano de seu período de isolamento no engenho da família, José Lins informa sobre seu casamento com a filha do senador Antônio Massa, D. Naná. O retorno às suas origens telúricas é um indicativo de que José Lins buscou responder ao apelo de Gilberto em sua conferência.

Freyre conseguiu convencer seu amigo de que os valores e tradições daquela geração dos seus avós estavam sendo ameaçados por um mundo em ruínas, legado pelo pós Guerra. O grande inimigo a ser combatido, então, seria a sociedade moderna e seu interesse em apresentar o passado como uma mera etapa que precisava ser ultrapassada em função do progresso.

A melhor estratégia de combate aqueles tempos de transformação e apagamento das tradições seria arraigar-se, apegar-se com firmeza às tradições familiares, legadas pelos antepassados, senhores de engenho, legado da sociedade patriarcal que, para Freyre e para José Lins, representava um mundo de solidez e segurança. Em carta ao amigo, José Lins expressa seus passos dados nessa direção,

Preciso de ordem, meu caro Gilberto. Ordem e ordem. Acabei com este meu ridículo casamento de Recife. Aqui na Paraíba encontrei uma criatura interessante. E sobretudo da melhor família da terra. Família rural dos começos da Paraíba. (REGO, 15.06.1924)

Em outra carta, escrita em 30.09.1924, quando José Lins havia há pouco tempo se casado, ele escreveu para Freyre dizendo,

Casei no dia 21 de setembro, como lhe mandei dizer. Casei-me mais por necessidade de ordem que de coração. Américo de Almeida compreendeu muito bem a minha situação. Estou ainda em experiência. Tenho lido muita coisa. Eu quero por todo este ano escrever o meu ensaio sobre você. Por isso cuido ir aí conversar. Tenho por este trabalho toda uma volúpia de passar a minha vida inteira trabalhando nele. Porque se existe escravidão mental eu sou

um seu escravo. Tenho por você um arrebatamento a que Deus há de dar bastante espírito para não se dissolver em ridículo. (REGO, 1924)

Anos mais tarde, em 1928, quando José Lins já morava com sua família em Maceió, ele manifestou o desejo de escrever sobre o pensamento tradicionalista e regionalista de Gilberto. A princípio, essa ideia agradou ao pernambucano, que tinha em mente muito mais que uma simples narração a respeito dos momentos de sua vida até ali, pretendendo que José Lins retratasse no texto que intentava escrever, a relação do biografado com toda uma geração que fora influenciada por ele (César Braga, 2022).

O projeto, entretanto, não se realizou, pois Gilberto convenceu seu amigo a não o concluir e publicá-lo. Para Freyre, o que Lins estava escrevendo sobre ele não passava de “uma admiração de um adolescente por outro adolescente a transbordar em entusiasmos de modo algum persuasivos” (apud César Braga, 2022, p. 103).

A amizade entre esses dois intelectuais é uma das mais conhecidas e comentadas no âmbito literário. De acordo com Odilon Ribeiro Coutinho, foi na ocasião da morte do avô de José Lins que o romancista e Gilberto tiveram seus vínculos de amizade estreitados¹⁹. Para ambos, a convivência, muito mais por cartas do que pessoalmente, foi fundamental para o desenvolvimento de ideias e percepções que apresentaram em seus escritos.

Décadas depois dos anos 1920, Gilberto Freyre continuava a analisar retrospectivamente os efeitos de sua amizade com o paraibano, bem como sobre toda uma geração de romancistas que viera a ser conhecida como a “Geração de 1930”. Na percepção freyreana, entretanto, a geração de romancistas nordestinos teria recebido a maior influência dele próprio e do seu mais conhecido livro, *Casa-grande e Senzala* (1933).

No entender de Freyre, em segundo plano, José Lins teria exercido também grande influência sobre os romancistas nordestinos naquele período, com seus primeiros romances, produzidos a partir de suas memórias dos tempos idílicos no engenho Corredor. Tais influências intelectuais e artísticas teriam sido irradiadas por José Lins tanto na Paraíba, onde alcançou José Américo de Almeida, que em 1928 publicou A

¹⁹ Revista Ciência e Trópico, Recife, 1982, p. 158.

*bagaceira*²⁰, quanto em Maceió entre todos aqueles escritores jovens do movimento regionalista²¹.

O sociólogo pernambucano também reconhece a influência de seu terno amigo em sua vida. Quando recorda José Lins do Rego, pensa nele como alguém com quem esteve ligado, com quem se complementava. Ambos tinham muito em comum, foram educados no ambiente do engenho. E, logo após a conferência “Apologia pro generatione sua”, viajaram juntos por algumas daquelas propriedades, relembrando o mundo em que, um dia, viveram, que experimentaram.

As subjetividades dos dois amigos estavam intimamente conectadas por um passado semelhante. E, ali, visitando os engenhos com suas casas-grandes, tomado por um sentimento nostálgico, José Lins consolidou dentro de si a mensagem tradicionalista que ouvira Freyre pronunciar naquela conferência em 1924, ano de inflexão para Lins. Sobre essa confluência de interesses entre eles, Freyre reconheceu,

Os dois – José Lins e eu – nos completamos em várias das atividades que desenvolvemos e em diversas das tendências que desde 1923 – o ano em que começou nossa amizade – exprimimos com maior ou menor gosto ou ênfase, conforme o temperamento de cada um. Contemplamo-nos na influência que, juntos, exercemos sobre escritores, artistas, homens de estudo e até homens de ação, tanto mais velhos como mais novos do que qualquer de nós, da nossa região e do nosso país. Contemplamo-nos através das influências que eu recebi dele e das que ele recebeu de mim. Sua vida e a minha tornaram-se, desde que nos conhecemos, duas vidas difíceis de ser consideradas à parte uma da outra, um complexo fraternalmente simbiótico, de tal modo se interpenetram, sem sacrifício do temperamento de um ao outro. (FREYRE, 1962, p. 35)

Para o historiador Diego José Fernandes Freire, naqueles dias das viagens pelos engenhos, os dois amigos “estavam em busca das marcas do passado patriarcal, revelam uma sensibilidade antiquária, sempre atenta ao que de pretérito resiste no presente” (2015, p. 114). As memórias de menino de engenho se estamparam naquelas paisagens,

²⁰ De acordo com Gilberto Freyre, o livro “A bagaceira” de José Américo de Almeida, nasceu sob a influência do Regionalismo de Recife. Ver: FREYRE, Gilberto. *Vida, forma e cor*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

²¹ A fase de apogeu do movimento regionalista na literatura nordestina deu-se ao longo da década de 1930. Ver: CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo*. São Paulo: EDART, 1961.

e José Lins pode recordar do velho Bubu²², sua autoridade sobre a propriedade e seus moradores e dentro de casa, no seio familiar. Toda uma sociedade que se estruturava em torno do homem, do patriarca.

Foi a partir da interlocução com Freyre que José Lins vivenciou uma verdadeira conversão de seus posicionamentos panfletários e da vida boêmia que vivia. Para o historiador Diego Fernandes Freires (2015), bem como para César Braga (2022), Freyre omitiu em seus textos sobre José Lins a produção de crítica literária que já vinha sendo realizada pelo amigo antes mesmo de se conhecerem. De acordo com Freire (2015), José Lins buscou, com seus textos, se inserir nesse lugar do sujeito crítico literário.

Para César Braga, Freyre exagerou sua importância na vida de José Lins. No entender de Freyre, a transformação maior foi ocorrida na vida do amigo, “graças a sua influência e a seus ensinamentos que o jovem panfletário e aprendiz de demagogo encontrara, finalmente, sua verdadeira vocação” (CÉSAR BRAGA, 2022, p. 99).

Gilberto Freyre se percebia mestre e professor de José Lins e seu orientador nas leituras que despontariam um horizonte de reflexão abrindo o caminho que o levou a ser um grande romancista, talvez até o maior de sua geração. “Quase todos os textos de Freyre sobre José Lins estão imbuídos de uma intenção consagradora de seu próprio papel junto ao escrito paraibano” (FREIRE, 2015, p. 67).

É preciso mencionar, entretanto, que nem sempre o pensamento de José Lins esteve alinhado às opiniões de seu mais íntimo amigo. Não pretendemos aqui fomentar uma perspectiva de José Lins como um ator passivo no processo de formação de sua produção literária, e, sobretudo, de seu olhar para o passado.

José Lins abraçou o tradicionalismo por decisão própria e se manteve atento às notícias do que ocorria no Brasil e no mundo. Quando já estava em Maceió, em 1935, publicou pela editora José Olympio o romance *O moleque Ricardo*, quando produziu uma (re)leitura do Recife e de suas demandas sociais no período em que ele estudou na Faculdade de Direito, posicionando Ricardo, um rapaz afrodescendente, como personagem principal de sua narrativa.

Freyre parece não ter se agradado da representação feita por José Lins a respeito do Recife dos primeiros anos da década de 1920. Em sua opinião, a visão do amigo não passou de uma caricatura fantasiosa dos eventos que marcaram aquele período. O

²² De acordo com Odilon Ribeiro Coutinho, os netos chamavam o velho José Lins Cavalcanti de Albuquerque por esse apelido carinhoso. Ver: *Revista Ciência e Trópico*. Recife, 10(2), jul/dez, 1982.

Recife marcado pelas greves, líderes sindicais e uma representação da luta dos operários por melhores condições de trabalho, entre eles o próprio Ricardo.

A despeito de seu conservadorismo e de ter se mostrado simpático à Ação Integralista Brasileira, José Lins chegou a sugerir a irrelevância do catolicismo para a produção literária brasileira e mencionou o destaque que o socialismo leninista estaria tendo no mundo naqueles dias (CÉSAR BRAGA, 2022). Em *O moleque Ricardo* a temática da greve e a luta dos operários por melhores condições de trabalho é abordada, e as injustiças que acometiam essas personagens.

Ricardo não gozou como os usuários o contato com o seu tesouro. Fazia cálculos de todos os tamanhos. No começo pensara em mandar buscar o seu povo. Isto, porém, foi por conta das primeiras saudades. Passou esta preocupação para que lhe viessem outras. Afinal de contas ele não sabia bem o que queria. Florêncio uma vez ou outra estava precisando de auxílio do negro. Fome em casa, remédio para a menina, e toda a desgraça do masseiro, que tanto tocava o amigo. (...) O operariado continuava agitado. A casa do socialista era um centro de figurões. Os operários viviam por lá às escondidas. (REGO, 2004, p. 101)

Não podemos dizer que José Lins se tornou um socialista, entretanto, não deixou de representar, em seus personagens, as lutas operárias de 1919 e de indicar, na personagem de Ricardo, seu próprio interesse pela cultura afro-brasileira, que vinha sendo discutida na década de 1930. Conforme Bueno explica, entre os anos de 1933 e 1936, em meio a um intenso clima político de polarização, o tema das lutas operárias se tornou central na produção literária da Geração de 1930 (2006, p. 162). No entanto, após a leitura do romance urbano do romancista já consagrado, Gilberto Freyre comentou,

O próprio José Lins chegou a ser integralista sem que nossa amizade se alterasse. Chegou depois a escrever *O moleque Ricardo* sem que minha crítica ao livro fosse ao seu conteúdo ou sua intenção política, mas aos seus artifícios de romance propriamente dito, com um xangô a gritar de falso, com um Recife prejudicado em suas cores características por outras que não o caracterizavam, mas o artificializavam. Nunca fomos, José Lins e eu, do mesmo parecer diante de todos os assuntos. (FREYRE, 1948b, p. 4)²³

²³ FREYRE, Gilberto. Recordações de uma amizade. *Correio do Povo*. Porto Alegre, p. 30-5, 1948.

De acordo com Bueno, “O fascínio de José Lins pelo integralismo havia sido passageiro e não chegara a arranhar sua reputação” (2006, p. 217). Freyre não acompanhou esses passos de José Lins, tampouco concordava com os interesses que o amigo estava demonstrando. O romance *O moleque Ricardo*, entretanto, foi bem aceito pela crítica da época, que a recebeu como, “a evolução natural de uma obra rumo à consciência política e à revolução popular” (BUENO, 2006, p. 217). Graciliano Ramos, em carta de 10 de setembro de 1935, parabeniza o escritor paraibano pela perspicácia de seus personagens negros.

O livro é excelente, como os outros, mas o que achei admirável foram as páginas 268, 269, 282 e 283. Nunca você escreveu coisa igual às duas últimas páginas. Achei interessante serem as personagens quase todos negros e mulatos. Influência americana? Nada de imitação, está claro. Não encontrei figura semelhante às dos romances negros que aqui lemos. Os seus negros e os seus mulatos são muito diferentes. Ótimo. (COUTINHO, 1990, p. 51)

O ano de 1935 representou um momento de sucesso na carreira de José Lins. *O moleque Ricardo* estava às vésperas de ser traduzido para o russo e o autor já estava se preparando para a escrita de seu quinto romance, *Usina*. Nesses dois romances, Carlos de Melo não aparece como personagem principal.

Até aqui, analisamos a formação de José Lins a partir do ambiente onde se deu sua primeira infância, bem como seus anos na escola até a conclusão do curso de Direito em Recife. Percebemos também sua participação em revistas e jornais da Paraíba e em Recife entre os anos 1919 e 1923 e seu engajamento no ativismo político que o posicionava contrário à Epiácio Pessoa.

Notamos sua falta de comprometimento com os estudos jurídicos inversamente proporcional ao seu interesse pelos discursos políticos e pela crítica literária. Constatamos que, ainda na faculdade, José Lins arriscou-se, mesmo inseguro, a construir personagens em artigos breves que retratavam as vivências do cotidiano, e como ele estava atento ao âmbito das produções literárias desse período.

Nada disso estava ocorrendo, porém, de forma isolada, pois José Lins cultivava amigos por onde passava. Amizades que se mostraram importantes para a formação das opiniões políticas do romancista, pelas trocas de indicações de livros, mas, sobretudo,

pela simples e tão indispensável presença de pessoas ao seu redor. De acordo com as palavras de Gilberto Freyre,

Se houve mistério que José Lins do Rego não compreendeu nunca, nem mesmo no mais íntimo dos seus amigos, foi o gosto – que ele chamava ‘capacidade’ e até ‘coragem’ – de ser alguém só: ser e não apenas estar só, durante grande parte de sua vida. O pendor para a introspecção era, em José Lins do Rego, anulado pela incapacidade de solidão. (COUTINHO, 1990, p. 107)

Todo esse percurso de sua formação intelectual, no entanto, estaria incompleto se deixássemos de mencionar os nove anos que ele viveu em Maceió, onde participou intensamente do convívio com vários escritores como Raquel de Queiroz, por exemplo, que publicou seu primeiro romance aos vinte anos de idade. Novos amigos passaram a fazer parte de sua vida e ele foi afetado por eles ao passo que também teve participação preponderante na formação de uma geração de romancistas que vieram a ser conhecidos como “a geração de 1930”.

1.3 José Lins e as rodas literárias de Maceió

*“E sempre digo que enquanto existir um amigo de José Lins do Rego que o amou, que com ele conviveu, ele estará sempre vivo; assim como ele não morreu para mim, ele vive em cada amigo que deixou, porque ele foi um homem extremamente ligado aos amigos”.*²⁴

Elizabeth Lins do Rego

Após seu casamento com Filomena Massa, mais conhecida como dona Naná, filha do então senador Antônio Massa, político de destaque e proprietário de terras na Paraíba, José Lins e sua esposa vão morar em Minas Gerais, na cidade de Manhuaçu. Ele foi indicado pelo senador para o cargo de Promotor Público, tomando posse em 1926.

²⁴ Trecho do depoimento de Elizabeth Lins do Rego, primeira filha de José Lins. Ver: *Revista Ciência e Trópico*. Recife, 10(2), jul/dez, 1982, p. 194.

No ano seguinte, também por indicação do sogro, José Lins se transfere para Maceió, onde assumiria a função de Fiscal de Bancos. Ele chegou na capital alagoana com certo prestígio e reconhecimento em razão dos artigos que publicara no Jornal do Recife, bem como por seu convívio e amizade nas rodas literárias de Recife. Maceió também vivia um momento de entusiasmo cultural, como afirma Freire:

Como muitas capitais do Nordeste, os anos 1920 na capital de Alagoas foi marcado pela polêmica entre aqueles que concordavam com o modernismo e aqueles outros que repudiavam tal movimento estético, visto como futurismo, destruidor do passado e das tradições. (FREIRE, 2015, p. 125)

Quando chegou à Maceió, aos 25 anos de idade, José Lins deparou-se com uma cidade de contexto literário e cultural prolífero. Alguns jovens escritores da mesma idade também estavam chegando e sendo apresentados uns aos outros através de amigos em comum. Desse modo, uma roda literária foi se formando e José Lins começou a participar, levado pelo escritor e poeta Jorge de Lima.

Do grupo, os mais velhos eram Graciliano Ramos e Jorge de Lima, este último, entretanto, logo mudou-se para o Rio de Janeiro. Os jovens escritores reuniam-se diariamente e José Lins já era visto por eles com admiração e respeito, em razão das já citadas participações em jornais. Sua posição num cargo público também era um fator que favoreceu o paraibano, como explica Rogério Ferreira:

A ocupação de um cargo na esfera pública estadual de Alagoas e a colaboração nos jornais alagoanos possibilitou a José Lins se colocar em contato com o circuito cultural que reunia amigos intelectuais cujas trajetórias-processos eram análogas. (FERREIRA, 2022, p. 165)

Além de Graciliano e Jorge de Lima, o grupo era formado também por nomes como, Alberto Passos Guimarães, Raquel de Queiroz e seu marido José Auto, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Carlos Paurílio, Márcio Brandão, Raul Lima, Théó Brandão, Aluísio Branco, Manoel Diegues Júnior, Jorge Amado, Santa Rosa, Amando Fontes, Valdemar Cavalcanti e José Lins do Rego.

Foi através de Amando Fontes que José Lins foi apresentado ao editor e livreiro José Olympio, dono de uma livraria com o seu nome localizada na Rua do Ouvidor 110,

no Rio de Janeiro. O editor passaria a publicar os romances de José Lins a partir de 1935. Valdemar Cavalcanti foi a pessoa que datilografou os originais do primeiro romance de José Lins, *Menino de engenho* (1932), e Santa Rosa foi quem elaborou a capa do livro *Doidinho* (1933) e de outros livros do escritor paraibano.

Jorge Amado conheceu a roda literária de Maceió a partir de 1931, quando foi à cidade convencer Graciliano Ramos a permitir a publicação de “Caetés” seu primeiro romance. Sobre esse encontro, Jorge Amado recorda:

Fui encontrá-lo num bar; tomava café preto em xícara grande, cercado pelos intelectuais da terra – todos eles conheciam a ascendência do autor ainda inédito, era o centro da roda. Ficamos amigos imediatamente. (...) Fiquei amigo também de todo o poderoso grupo de escritores que viviam em Maceió. Digo vivia, pois além dos alagoanos, ali residiam, na ocasião, José Lins do Rego e Raquel de Queiroz, dois dos mais importantes entre os jovens romancistas. (SENNA, 1996, p. 265)

Como podemos notar, Raquel de Queiroz é o único nome feminino a fazer parte desse grupo de jovens escritores. Não era comum, e muito menos bem visto pela sociedade de meados da década de 1920 e 1930, a presença de uma mulher, ainda que casada, em bares a tomar chopes e cafés com amigos. Entretanto, Raquel parece ignorar os preconceitos sociais de sua época. Ela foi uma das poucas mulheres escritoras de romances desse período, ao que também podemos acrescentar sua pouca idade. Raquel tinha 20 anos quando publicou um de seus mais conhecidos romances, *O Quinze*, em 1930. Ela nasceu em Fortaleza em 1910, seu pai era Promotor e a família possuía propriedade em Quixadá. Aos 15 anos diplomou-se professora, em 1925.

Havia aspectos de identificação entre os participantes das rodas literárias de Maceió. Podemos citar a origem familiar, pois alguns eram filhos de proprietários de terras no Nordeste. Mas, o tema em comum e que mantinha a existência do grupo era a literatura, além do interesse, motivo de suas conversas, pelo retorno às demandas específicas da região.

Temas como a seca, o cangaço e a pobreza se faziam presentes nas obras de todos. A participação na roda literária foi importante para a recepção do grupo no campo literário e contribuiu para construir as trajetórias individuais. Sobre a importância do convívio em Maceió, Rogério Ferreira afirma que, “Podemos dizer que a existência e a trajetória do escritor José Lins do Rego no campo literário brasileiro

abrangem de modo crucial a sua integração à roda literária de Maceió” (FERREIRA, 2022, p. 151).

Entre as contribuições que produziram juntos está a criação do Grêmio Literário Guimarães Rosa, em 1927; a Canjica Literária organizada principalmente por José Lins do Rego e Jorge de Lima; a Festa da Arte Nova, que ocorreu em 1928 como uma crítica à Semana da Arte Moderna de 1922; e a elaboração da revista “Novidade”, que teve suas edições publicadas entre 11 de abril e 26 de setembro de 1931. De acordo com Ferreira,

A Roda de Maceió teve importância capital na disputa entre as ideias semeadas em 1922, pelo Movimento Modernista, e o projeto Regionalista preconizado em 1926, pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, ao se posicionar pela busca da conformação de uma estética e de uma linguagem estritamente racionais, através da literatura que se desenvolveu no período conhecido como o do ‘surto nordestino’ ou ‘aluvião sertanejo’ no mercado editorial brasileiro. (FERREIRA, 2022, p. 150)

Procuraram, portanto, se diferenciar do grupo dos modernistas de São Paulo que promoveram a Semana de Arte Moderna em fevereiro de 1922. Nas décadas de 1920 e 1930, num momento em que se buscava compreender o Brasil, sua identidade e suas demandas sociais, os modernistas de São Paulo, partindo das vanguardas artísticas europeias, buscaram representar o Brasil ao seu próprio modo.

Em outras partes do país, entretanto, o modernismo já vinha despontando não em razão da Semana de 1922, mas anteriormente a ela. Como explica Velloso, o modernismo deve ser compreendido “como um processo e movimento contínuo que vai desencadear vários outros movimentos no tempo e no espaço” (VELLOSO, 2018, p. 338)²⁵.

Os modernistas de São Paulo que organizaram a Semana de 1922 se auto representaram como os arautos desse movimento, que não foi homogêneo, outrossim,

²⁵ Velloso demonstra que o modernismo é anterior à Semana de 1922, uma vez que desde 1870 uma geração de escritores – entre eles, Tobias Barreto, Silvio Romero e Euclides da Cunha – já vinham percebendo mudanças provocadas pelas transformações tecnológicas que estavam alcançando o Brasil. Tais mudanças afetaram as sensibilidades dos indivíduos, levando à reflexão sobre o tempo antigo e o moderno. Para a historiadora, não associamos esses autores ao modernismo “porque acostumamos a pensar o modernismo como um movimento espaço-temporal definido: São Paulo, 1922” (VELLOSO, 2018, p.338). Ao mencionar as crônicas de Machado de Assis, nas quais ele indaga a respeito do significado do tempo, Velloso afirma que “É nítida nessa geração de intelectuais a mudança da percepção e sensibilidade sociais traduzidas no anseio de mudança no mundo da política” (VELLOSO, 2018, p. 339).

multifacetado, diverso. Em uma crônica do livro “Poesia e vida”, publicada anos mais tarde, em 1945, José Lins apontou que o escritor paulista, Mário de Andrade, confundiu a história do modernismo com a sua própria história²⁶.

Com isso, não pretendemos negar a importância do grupo de São Paulo, mas atentar para outras expressões do modernismo que estavam despontando em várias regiões do Brasil. De acordo com Velloso: “Apesar de defenderem ideias distintas, esses movimentos expressavam uma mesma inquietação social, definir o regional em face do nacional, avaliando sua inserção singular na modernidade” (VELLOSO, 2018, p. 343).

Foi dentro dessa perspectiva que, em 1926, no mesmo ano em que José Lins se mudara para Maceió e teve início a roda literária da qual ele fez parte na capital de Alagoas, Gilberto Freyre estava lançando seu projeto dentro do modernismo que ficou conhecido como “Manifesto Regionalista”, apresentando sua percepção tradicionalista de resgate e valorização do passado. De acordo com D’Andrea, o regionalismo que Freyre protagonizou no Nordeste, a partir de Pernambuco,

Fortaleceu-se como um ideário cultural de matizes ideológicas evidentemente tradicionalistas, defensores do status quo da hegemonia rural do Nordeste. Em contra partida, e um tanto à sua revelia, dialeticamente, implicou o movimento de renovação do romance brasileiro a partir da matriz dos chamados romances do Nordeste, ou romance de Trinta, na medida em que materializa as contradições da decadência da elite rural nordestina e o subdesenvolvimento da região Nordeste. (D’ANDREA, 2010, p. 19)

José Lins compactuava desse projeto de Freyre e, de certo modo, foi seu principal divulgador na roda literária de Maceió, como já mencionado nesse capítulo anteriormente. Freyre se percebia como formador ideológico dessa geração de jovens escritores de Maceió, que vieram a ser conhecidos como “geração de 30”. Esses autores teriam impresso em suas obras o regionalismo preconizado pelo intelectual de Apipucos. Numa análise retrospectiva, o próprio Freyre, em 1962, afirmou:

Eu seria, entretanto, mais do que exagerado em minha galantearia de vivo para com os mortos, se me prestasse à farsa de aceitar em silêncio aquela suposta coincidência, omitindo-me nos acontecimentos daquela época e

²⁶ Ver: REGO, José Lins. Dias Idos e Vividos [Antologia]. Organizador: Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. Pp. 126-127.

fingindo-me expectador do aparecimento, em nosso País, de uma nova literatura de ficção e de uma nova poesia que tivesse surgido no Nordeste por geração espontânea; ou apenas como repercussão do Modernismo Rio-São Paulo. Não surgiu. Também o Recife contribuiu para o aparecimento de semelhante literatura através de um José Lins do Rego como que irradiante e até evangélico na influência que, do Recife, transmitiu a vários pontos do Nordeste; e que confessa não em uma, mas em várias cartas, que possuo dele – e algumas das quais não devo ainda publicar – ter sido influência recebida por ele de alguém que prezou então como o maior de seus amigos e o mais completo dos seus guias. Influência sob a forma de sugestões que lhe teriam dado um novo sentido de suas relações com o seu país, com a sua região, com o seu tempo, com os clássicos, com os românticos, com os modernos. Sugestões que transmitiu a outros; que espalhou entre outros. (COUTINHO, 1990, pp. 94-95)

Gilberto Freyre esforçou-se para circunscrever a interpretação historiográfica a respeito de seu lugar na tendência literária nascente entre a segunda metade da década de 1920 e a primeira metade da década de 1930. E, não deixou de determinar o papel de José Lins do Rego nesse processo. No entender de José Lins, tradicionalismo e regionalismo eram dois conceitos indissociáveis, como afirma Freire (2015, p. 122). Essa perspectiva é formadora dos significados que ele atribuiu aos eventos presentes em sua memória e depois inseridos em sua ficção, que também contemplava o aspecto da crítica social no mundo que o autor construiu em seus romances.

Esse tempo era o vivido e manifestado no nordeste dos engenhos, das casas grandes, da arquitetura e culinária herdeiras dos aspectos coloniais deixados pelos portugueses. Um passado que estava sob a ameaça das transformações e mudanças trazidas pela modernidade. As tradições estavam sob a ameaça do esquecimento, da rejeição ao antigo, podendo culminar na descaracterização da própria região que, aderindo ao modelo cosmopolitano, perderia sua especificidade, seu lugar na identidade nacional.

As rodas literárias de Maceió eram alimentadas pelo contexto intelectual da cidade na qual tradicionalismo e regionalismo eram temas que estavam na ordem do dia. Ao mesmo tempo em que isso ocorria, Maceió vivia um surto de industrialização fomentado pelo crescimento econômico da cidade, que acompanhou a modernização do setor açucareiro de Recife.

José Lins já escrevia para o Jornal de Alagoas e era convidado a participar de eventos relacionados à arte literária, como a festa da “Arte Nova”, que ocorreu em

1928, organizada pelo Cenáculo Alagoano das Letras para discutir e celebrar o movimento modernista. Nesse mesmo ano, as rodas literárias de Maceió se agitam com a chegada de Mário de Andrade.

Mário de Andrade foi um dos principais articuladores da Semana de Arte Moderna. O autor de *Macunaíma* (1928) foi recebido em um almoço regado pela culinária da terra. O evento foi documentado pelo Jornal de Alagoas e José Lins do Rego participou desse momento, recepcionando o ilustre visitante. Esses fatos demonstram o prestígio que o paraibano desfrutava entre a elite intelectual maceioense.

1.4 Os primeiros romances e a mudança para o Rio de Janeiro

Em 1932 foi a vez de José Lins estreitar como romancista ali mesmo no estado alagoano. Seu primeiro romance, como se sabe, foi *Menino de engenho*, publicado inicialmente como uma novela. O próprio autor custeou as despesas da publicação que contou com uma tiragem de dois mil exemplares, esgotada rapidamente. José Lins, pode-se dizer, foi bem aceito pela crítica desde o início de sua carreira como romancista.

É preciso considerar que o mercado editorial impunha suas dificuldades, uma vez que não era uma tarefa simples manter uma editora numa época em que o analfabetismo ultrapassava as raias dos 50% da população brasileira (FREIRE, 2015, p. 153). Mas, José Lins contou com a inestimável ajuda de seus amigos das rodas literárias da cidade. Valdemar Cavalcanti datilografou os manuscritos, o que foi um verdadeiro desafio tendo em vista a letra miúda de Zé Lins em caderno escolar.

Outro amigo, também das rodas literárias, fez a interlocução entre o autor de “Menino de engenho” e o editor. Jorge de Lima, seu amigo mais próximo em Maceió, apresentou o romance recém escrito do amigo ao mesmo editor que havia publicado seu livro “Poemas escolhidos” (1932). Jorge de Lima já era escritor conhecido não só ali, mas também nacionalmente.

A Andersen Editores havia sido fundada em 1930, através da “iniciativa de dois jornalistas alagoanos, Adolfo Aizen e Sebastião de Oliveira Hersen, os quais perceberam as inúmeras dificuldades existentes na cidade para a publicação de livros” (FREIRE, 2015, p. 153). Poucos anos depois de publicar “Menino de engenho”, a

Andersen Editores encerrou seus trabalhos em 1936, com poucos autores constando em seu catálogo de publicações.

Em 1936, entretanto, José Lins já estava publicando seu quinto romance, *Usina*, pela editora José Olympio. Mas, isso não ocorreria de uma hora para outra, pois foi necessária mediação dos amigos que já possuíam prestígio nacional no campo literário, e que viessem a preparar os caminhos para *Menino de engenho* alcançar outras regiões do país, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, onde o mercado editorial era mais promissor.

Até antes da publicação de seu primeiro romance, José Lins era conhecido como crítico literário, mas a partir de 1932 começou a inscrever-se nas páginas da história da literatura brasileira como romancista, vindo depois a ser reconhecido pela historiografia como um dos precursores do romance regionalista na chamada *Geração de 1930*. Portanto, a rede de contatos estabelecidos nos nove anos que morou em Maceió foi fundamental, pois como observa Freire, “para um livro vir à baila, é necessária toda uma rede intelectual capaz de favorecer a sua publicação” (FREIRE, 2015, p. 154).

Algum tempo depois da publicação de seu primeiro romance, José Lins viu seu texto extrapolar os limites de Alagoas e chegar às mãos de João Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras, que ficou impressionado com o livro e logo escreveu uma crítica, deixando seu autor em estado de surpresa e alegria. João Ribeiro descreve José Lins como “um homem novo, escritor desabusado, mas completo, e cheio de talento, conhecedor da sua arte” (COUTINHO, 1990, p. 228).

Na crítica, João Ribeiro destaca as passagens do livro em que as experiências sexuais de Carlos de Melo aparecem, sua vivência familiar no engenho e os diferentes aprendizados que o menino vivenciou até seus doze anos. Mas, ele também alerta, com certo tom de sarcasmo, que este não seria um livro para aqueles que preferem negar a realidade. Para aqueles de uma sensibilidade que facilmente pode ser ofendida, as memórias que o autor imprimiu em suas páginas poderiam causar uma repugnância na alma, pois, de acordo com João Ribeiro,

Este livro pungente é de uma realidade profunda. Nada há que não seja o espelho do que se passa na sociedade rural e na das cidades do Norte e do Sul. E de todo o Brasil e um pouco de todo mundo. O seu realismo pode acaso desagradar a algumas pessoas que não amam a verdade se não colorida e engalanada em eufemismos convencionais. É a vida tal como ela é; por isso mesmo, empolga a atenção e a curiosidade do leitor. (COUTINHO, 1990, p. 228)

Tais palavras foram muito importantes para o autor que acabara de se lançar romancista e já recebera tal chancela de um imortal da ABL. A emoção foi tamanha que José Lins afirmou dormir com aquelas palavras no bolso de seu pijama, de acordo com Hollanda (2022, p. 175). Daí em diante, *Menino de engenho* passa a ser aclamado pela crítica, chegando até a conquistar o Prêmio Graça Aranha.

No ano seguinte, 1933, José Lins publicou seu segundo romance, *Doidinho*, inspirado em suas memórias no internato de Itabaiana e no livro *O Ateneu* de Raul Pompeia. Dessa vez a publicação se deu pela Editora Ariel e contou com uma capa produzida por Santa Rosa. Dando continuidade à trajetória do menino de engenho Carlos de Melo, segue-se *Doidinho* (1933) e *Banguê* (1934) que retrata o retorno do rapaz ao engenho do avô.

É nesse mesmo ano que, através do amigo e político sergipano Amando Fontes, José do Rego teve seus romances apresentados ao editor José Olympio. Antes de ir para o Rio de Janeiro, José Olympio abriu sua livraria em São Paulo, em 1930. Nesse período, as oligarquias ligadas à agroindústria exportadora do café estavam lidando com a crise econômica norte-americana que começou a partir da quebra da bolsa de Nova York.

O movimento orquestrado por Getúlio Vargas, um caudilho do Rio Grande do Sul, que havia perdido as eleições presidenciais para Júlio Prestes, o candidato apoiado pelas elites paulistas, pôs o cenário político em situação delicada. Por meio de um golpe, Getúlio assume o governo no Brasil e passa a dirigir o país sem o amparo de uma constituição, contando com toda a insatisfação e revolta dos paulistas, como explica Schwarcz e Starling (2015).

E, em 1934, ano em que José Lins escrevia *Banguê*, José Olympio e sua esposa mudaram-se para o Rio de Janeiro, onde reabririam a livraria. Nessa época no Rio de Janeiro, “a vida cultural era intensa, e a nomeação de Gustavo Capanema para o Ministério da Educação, com Carlos Drummond de Andrade na chefia do gabinete, funcionou como catalisador da movimentação artística e intelectual do país” (SOARES, 2006, p. 33).

Era na casa de José Olympio, agora na rua Bulhões de Carvalho, no bairro de Copacabana, que se reuniam importantes nomes da intelectualidade brasileira daquela época, tais como, Sérgio Buarque de Holanda, Manoel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos, entre outros, que passaram a ter seus livros publicados pelo editor.

Foi muito importante para o editor recém-chegado à capital federal, dispor do apoio e os conselhos de amigos que conheciam bem a cidade. Um deles foi o já citado Amando Fontes, que conhecia as rodas literárias de Maceió e era um grande amigo de José Lins. Após três meses de sua chegada, José Olympio consegue estabelecer sua livraria na importante rua do Ouvidor, número 110, local onde, anteriormente, funcionava uma loja de objetos domésticos²⁷.

Amando Fontes empenhou-se a fim de ajudar José Olympio a encontrar seus primeiros autores para publicar no Rio de Janeiro. Como um arguto articulador, ele indicou Raquel de Queiroz e José Lins do Rego, mantendo contatos também com escritores das rodas literárias de Alagoas e outras regiões, para que confiassem no trabalho de José Olympio.

Dessa forma, por incentivo do amigo, José Olympio ligou para José Lins com uma proposta de ousadia notável. Ele ofereceu ao romancista paraibano, que ainda residia em Maceió, a reedição de “Menino de engenho” com uma tiragem de cinco mil exemplares e o lançamento de “Banguê” com o dobro de exemplares. Após a falência da Andersen Editores, os livros de José Lins passaram a ser publicados pela editora Ariel.

Diante dessa proposta de tamanha ousadia no cenário político e econômico da época, numa tiragem superior àquela pretendida por Ariel, José Lins encerrou sua parceria com Gastão Cruls, dono da editora, e respondeu a José Olympio em um telegrama, “Tomo o próximo navio” (SOARES, 2006, p. 38). A estreia de José Olympio como editor no Rio de Janeiro, bem como no campo literário brasileiro, se deu com as primeiras publicações que fez dos romances de José Lins do Rego.

Em 1935, José Lins mudou-se com a família para o Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, outros amigos fariam o mesmo, como aconteceu com Raquel de Queiroz e José Auto, que chegaram ao Rio de Janeiro em 1939. Os amigos das rodas literárias de Maceió continuaram tendo contato por muitos anos, de maneira pessoal ou por cartas, mantendo as rodas literárias em um novo endereço, a rua do Ouvidor 110, que eles carinhosamente chamavam de “a casa” (FERREIRA, 2022, p 163).

Toda essa trajetória, que acabou culminando na escrita e publicação dos primeiros romances de José Lins, foi importante para que o autor viesse a desenvolver

²⁷ Soares esclarece que a rua do Ouvidor sempre foi movimentada por casas comerciais e bancos, sendo uma das ruas favoritas dos livreiros. Lá também já tinha sido o endereço de jornais conhecidos como o Jornal do Commercio e a Gazeta de Notícias. Ver: SOARES, Lucila. Rua do Ouvidor 110: uma história da livraria José Olympio. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

uma perspectiva do passado marcada pelo tradicionalismo e pelo ideário regionalista manifesta no modo como o autor romantiza as relações sociais no interior da sociedade patriarcal e agrária. Em contra partida, essa tendência conservadora presente na narrativa divide espaço com uma mentalidade crítica que analisa esse mundo rural nos enredos construídos pelo romancista paraibano.

As experiências como panfletário político e, sobretudo, na busca por se inscrever como crítico literário, o desejo pela literatura, arriscando-se em pequenos artigos a criar enredos e personagens que remetiam às vivências cotidianas da época, são indicativos das forças maiores que habitaram a subjetividade do escritor, impulsionando-o a uma escrita que foi além do que ele mesmo intencionara a princípio. Anos mais tarde, em nota feita para responder seus críticos na primeira edição de *Usina*, o próprio autor confessou,

A história desses livros é bem simples – comecei querendo apenas escrever umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos. Seria apenas um pedaço de vida o que eu queria contar. Sucede, porém, que um romancista é muitas vezes o instrumento apenas de forças que se acham escondidas no seu interior. (REGO, 1936)²⁸

Essas concepções foram sendo maturadas na subjetividade do literato paraibano, desembocando nas páginas açucaradas e por vezes marcadas pelas contradições de suas personagens encontradas nos romances do chamado *ciclo da cana-de-açúcar*. Portanto, foi necessário cartografar a trajetória de José Lins, a fim de compreender melhor as influências e ideias pressupostas na construção das personagens, sobretudo, dos modos de ser homem, materializados em Carlos de Melo, bem como o lugar social e cultural a partir do qual ele construiu suas narrativas.

O avô de José Lins – e, na ficção, o avô de Carlos de Melo – tem papel preponderante no seu projeto de escrita, uma vez que representava as gerações de senhores de engenho em torno dos quais a sociedade patriarcal se constituiu. Resgatar, portanto, a memória dessa masculinidade representativa do passado e que contrasta com a subjetividade masculina afetada pelas transformações impostas pela modernidade, se coloca como uma estratégia de combate ao que ameaça às tradições regionais.

²⁸ Essa nota foi encontrada em REGO, José Lins do. *Usina*. 21ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. p. 29.

CAPÍTULO 2

DO MENINO AO HOMEM: A INVENÇÃO DA MASCULINIDADE NO DISCURSO LITERÁRIO DE JOSÉ LINS DO REGO

Dando continuidade à análise das questões propostas nessa pesquisa, dividimos este capítulo em três partes, começando por observar como o escritor paraibano estruturou seus primeiros romances a partir do artifício da autobiografia de personagem de ficção. Refletiremos em seguida a respeito de personagens que, eventualmente, serviram como modelos de masculinidade na trajetória do narrador, presentes nas suas descrições das experiências cotidianas. Em nossa leitura pudemos identificar alguns personagens que foram fundamentais para o desenvolvimento da sensibilidade de Carlos de Melo, são eles, o pai, o avô, o tio, o cangaceiro e, os moleques da bagaceira²⁹.

Observaremos também o lugar que as mulheres tiveram na vida do narrador, focalizando como se deram suas relações com elas. Colocamos em foco os contatos afetivos e sexuais de Carlos de Melo nos diferentes momentos narrados de sua vida, sem perder de vista como essas relações são atravessadas por sentimentos de medo, culpa, frustração, alegria e, preconceitos de raça, gênero e classe, que são o espelhamento de concepções que permeavam as visões de mundo dos antigos senhores, e que ainda permaneciam em seus descendentes, inscritas como códigos em suas práticas cotidianas.

Quem é o narrador que conduz o leitor pelas páginas de *Manino de engenho*, *Doidinho* e *Banguê*? Que retrato, por assim dizer, ele fez de si mesmo ao narrar e descrever as fases de sua vida, os cenários com os quais intimamente se ligou? Como a partir dele, o autor compreendeu o processo histórico do qual fez parte? Vamos abordar os primeiros três romances de José Lins, a partir dessas questões sobre o narrador personagem Carlos de Melo, visto que o entendemos, nessa pesquisa, como o principal elo estabelecedor da continuidade entre os livros que compõe, nas palavras de Aderaldo Castello, essa trilogia memorialista³⁰.

2.1 Carlos de Melo: autobiografia de personagem de ficção

²⁹ De acordo com Aragão (2017), bagaceira se refere a “Área em torno dos engenhos de cana, onde se espalha o bagaço da cana para secar e servir de combustível na fornalha”. E, em sentido figurado, bagaceira pode ser sugerir, “coisa quebrada, misturada e revolvida” (p. 51). Ver: ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. *A linguagem regional popular da obra de José Lins do Rego*. João Pessoa: Mídia Gráfica Editora, 2017.

³⁰ CASTELLO, José Aderaldo. Reflexões sobre Banguê. In: REGO, José Lins. *Banguê*. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011. pp. 9-12.

Carlos de Melo é o protagonista dos primeiros três romances escritos por José Lins do Rego em Maceió, *Menino de engenho*, *Doidinho* e *Banguê*. Procuramos compreender esses romances a partir de uma relação de continuidade, sem perder de vista que cada um possui uma estrutura própria, dispostas de um modo que permite a visualização de uma estrutura maior quando lidos enquanto uma trilogia.

Os dois primeiros livros possuem traços de romances de formação, visto que, seus enredos apresentam as fases de crescimento ou desenvolvimento da personagem central que, no caso da produção zeliniana é também o próprio narrador. Este narrador, imaginado pelo autor, passou a infância no engenho e, a adolescência e o começo da fase adulta no contexto urbano em razão dos estudos, retornando ao seu local de origem rural após torna-se um bacharel nas ciências jurídicas.

Há nomes que são atribuídos à personagem em cada momento de sua vida. Na infância ele era chamado de Carlinhos, já no internato em Itabaiana, os colegas passaram a chama-lo jocosamente de “Doidinho”. Mas, quando regressa ao engenho no auge dos seus vinte e quatro anos, é identificado como Carlos de Melo. O tempo em seu aspecto cronológico aparece como um dos elementos estruturantes da trilogia memorialística ficcional de José Lins por meio das menções pontuais a idade do narrador personagem.

Aos quatro anos ele perdeu a mãe e, com isso inaugurou-se o período das suas vivências no engenho Santa Rosa, para onde fora levado. No final de *Menino de engenho*, Carlinhos já está com doze anos e, é nesse momento que ele sai do engenho, pela primeira vez, para morar fora de seu convívio familiar, dando início à sua trajetória acadêmica até tornar-se um bacharel, à semelhança de muitos rapazes de famílias aristocráticas.

Quando retorna à casa-grande, Carlos de Melo conta com seus vinte e quatro anos, e já se passara dez anos desde que saíra de lá pela primeira vez. Ao final de *Banguê*, com quase trinta anos, deixa o mundo agrário para trás após sua tentativa como senhor de engenho malograr. Duas espacialidades serviram de cenários principais para a trajetória da personagem central, o engenho e o colégio interno da cidade de Itabaiana. O engenho é o ambiente priorizado nas descrições do narrador, pois está presente nos romances, nas três fases da vida de Carlos imaginadas por José Lins.

O espaço, entretanto, da casa-grande bem como do banguê são caracterizados de formas muito distintas, destacando-se na infância do narrador personagem a pujança do domínio patriarcal se expressando na alta produtividade de seus canaviais. Já na vida

adulta de Carlos destaca-se o momento da decadência da força e da voz de comando do senhor de engenho, implicando também na decadência de suas terras. Essas duas realidades – pujança e decadência – criadas pela escrita de José Lins, podem representar as percepções históricas do autor, mas também, numa dimensão mais ampla, a visão compartilhada pela sociedade de sua época.

Em nota feita pelo autor na primeira edição de *Usina* (1936) ele explicou que sua intenção com *Menino de engenho* fora escrever um livro que representasse as memórias de todos os meninos de engenho. E, escrevendo a mão em folhas simples de caderno escolar, pode-se notar que, pensou em intitular esse romance de “Memória de um menino de engenho”, mas rasurou a primeira parte do título inicial, deixando apenas “Menino de engenho”.

Evidentemente, que ele estava se referindo não a todos os meninos de engenho, mas aqueles oriundos das famílias da aristocracia. Carlinhos, nome pelo qual o narrador é identificado nesse primeiro livro, não começa tratando das circunstâncias do seu nascimento, se atendo somente aquilo que sua memória é capaz de testemunhar, sem muitas explicações a respeito das razões que o remetem ao passado. A primeira recordação narrada é a morte da mãe, motivo que explica sua infância ter se dado no engenho. A morte está presente na primeira lembrança, marcando profundamente a sua sensibilidade de menino.

O recurso literário do qual José Lins lançou mão para a composição de Carlos é conhecido como *autobiografia de personagem de ficção*. De acordo com Leonel e Segatto (2014), este procedimento narrativo é um dos mais usuais, antigos e fecundos, caracterizado pela escrita do romance em primeira pessoa pela personagem principal. Segundo os autores,

(...) é o caso de Goethe, Dostoievski e Proust até Svevo e Joyce, entre muitos outros. Entre nós, de Machado de Assis a Graciliano Ramos e Guimarães Rosa, esse método tem sido utilizado com eficiência e produzido resultados notáveis nas narrativas ficcionais. Muitos autores de romances contemporâneos, inclusive no Brasil, continuam a se valer desse recurso. Exemplo disso são os romances *Heranças*, de Silviano Santiago, de 2008, e *Eu vos abraço, Milhões*, de Moacyr Scliar, de 2010. (LEONEL; SEGATTO, 2014, p. 143)

É importante salientar a tendência naturalista no estilo do escritor paraibano, evidenciado na utilização de elementos de seu próprio contexto familiar para a

construção das personagens e cenas, bem como o teor intimista e psicológico desses romances, como pode ser observado nas palavras de Carlinhos, um tipo recluso que confessa, “De dia, porém, esperando os meus canários, amava a solidão. Era ela que deixava falar o que eu guardava por dentro – as minhas preocupações, os meus medos, os meus sonhos. O mundo de um menino solitário é todo dos seus desejos” (2016, p. 88).

Entre os quatro e os doze anos vivendo no Santa Rosa, engenho do avô materno, Carlinhos esteve aos cuidados da tia Maria, sua mãe afetiva. O narrador descreve ricamente as paisagens da casa grande, do eito, do rio Paraíba, bem como das pessoas que transitavam cotidianamente por esses espaços. É nesse ambiente bucólico que Carlinhos vivencia suas primeiras experiências de alegria e frustração amorosas, e também seus primeiros contatos sexuais com as mulheres negras que moravam no engenho. Nas suas palavras, isso teria representado a perda da inocência,

Eu não sabia nada. Levava para o colégio um corpo sacudido pelas paixões de homem feito e uma alma mais velha do que o meu corpo. Aquele Sérgio, de Raul Pompéia, entrava no internato de cabelos grandes e com uma alma de anjo cheirando à virgindade. Eu não: era sabendo de tudo, era adiantado nos anos, que ia atravessar as portas do meu colégio. Menino perdido, menino de engenho. (REGO, 1972, p. 122)³¹

Raul Pompéia e o seu personagem Sérgio do romance *O Ateneu*, foram inspiradores para o jovem escritor Zé do Rego – como era chamado pelos amigos nas rodas literárias de Maceió³² – que na época de sua estreia como romancista estava com 31 anos³³. Com Sérgio, Carlos de Melo se identifica na origem familiar, visto que, provinham da elite rural em seus respectivos contextos, bem como na introspecção de suas análises psicológicas. Além disso, essas personagens passaram um período da juventude em internatos, distantes de seus parentes.

³¹ Esta citação foi extraída da 18ª edição de *Menino de engenho*. Foi a edição mais antiga que encontramos desse romance.

³² Em nota à 18ª edição de *Menino de engenho*, publicada em 1972, Raquel de Queiroz fez referência a esse modo de referir-se a José Lins, “Aquele sua rica personalidade sobrevive à ausência e nos diz com arruído, “Com o Zé do Rego ninguém pode”” (1972, p. 27).

³³ Raul Pompeia estava nos seus 25 anos de idade quando publicou *O Ateneu* em 1888. Daqueles escritores que conviveram com José Lins do Rego, e que também foram influências importantes em sua produção romanesca, destacamos José Américo de Almeida (1887-1980) publicando *A bagaceira* em 1928, Graciliano Ramos (1892-1953) e a publicação de *Caetés* em 1933, Raquel de Queiroz (1910-2003) e a publicação de *O quinze* em 1930 – dois anos antes de *Menino de engenho* –, e Gilberto Freyre (1900-1987) com a publicação de *Casa-grande e senzala* em 1933.

Fora da ficção, assim como a mãe de José Lins – dona Amélia – a mãe de Raul Pompéia – dona Rosa – também veio de uma família de latifundiários, senhores de engenho. Esta, querendo fazer do filho um homem da corte, conduziu seu marido para o Rio de Janeiro, capital do Brasil na época. Em conferência ministrada em Buenos Aires³⁴, José Lins parece sugerir que a ambição desta mãe não permitiu que seu filho, como ele, tivesse sido um menino de engenho (REGO, 1981, p. 433).

José Lins se aproxima do estilo da escrita de Pompéia pela relação estabelecida por ambos entre imaginação e memória³⁵, bem como por produzirem *romances de formação*³⁶, em que é retratado o desenvolvimento psicológico, físico, social, moral, e entre outros aspectos, das personagens. Nas palavras do romancista paraibano,

Que é o livro de Raul Pompéia, *O Ateneu*? Ele nos afirma que é uma crônica de saudades. Uma crônica de sua vida de infância. Pompéia fazia entrar o menino na literatura brasileira. É um drama a vida deste livro. Pompéia queria que ele fosse apenas uma crônica de saudades, e é, no entanto, um livro da mais lúcida análise de caracteres. (REGO, 1981, p. 439).

O teor intimista e psicológico, bem como a tendência naturalista configuram também semelhanças que podem ser notadas no estilo desses autores, quando utilizam elementos de seu próprio contexto para a construção das personagens e cenas. De acordo com Leonel e Segatto (2014, p. 144), um dos principais recursos literários utilizados por escritores para a configuração da autobiografia de personagem de ficção relaciona a vida dos protagonistas com acontecimentos sociais e políticos do país dentro de uma representação do processo histórico em que se inserem.

Há referências, nos romances de José Lins, que remetem ao contexto pós-abolição, aludindo à permanência de determinados aspectos dos tempos de exploração, como encontramos na observação de Carlinhos das relações entre senhores e servos, “A senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pegada à casa-

³⁴ De acordo com Ivan Junqueira, José Lins apresentou três palestras em 1943 no Colégio Livre de Estudos Superiores de Buenos Aires, nas quais Raul Pompeia foi um dos autores abordados. Depois, estas palestras ficaram conhecidas e foram publicadas como *Conferências do Prata*. Ver: REGO, José Lins do. *Dias idos e vividos*. Ivan Junqueira (org.). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.

³⁵ O subtítulo de *O Ateneu* é, “Crônica de saudade”.

³⁶ No livro *O romance de formação*, o crítico literário italiano Franco Moretti, discutiu diferentes momentos do romance de formação na Europa, relacionando-os às mudanças culturais ocorridas no contexto histórico europeu. Ver: MORETTI, Franco. *O romance de formação*. São Paulo: Todavia, 2020.

grande, com as suas negras parindo, as boas amas de leite e os bons cabras do eito” (2016, p. 80).

Havia, entretanto, dentro da casa-grande uma divisão social do espaço, pois a cozinha era o lugar das mulheres negras que, embora vivendo em condições de precariedade, não se percebiam mais como escravizadas, representando uma mudança na autoconsciência dessas personagens. O outro lugar era a sala, espaço dos senhores, das sinhás.

É característico desse artifício literário a “narrativa plena e objetiva, direta e linear, predomínio da descrição, busca da verdade, amálgama de ficção e de documentário” (LEONEL; SEGATTO, 2014, p. 161). Na já citada conferência feita por José Lins em Buenos Aires, o romancista paraibano observou, entretanto, que Pompéia nada fixou, em sua literatura, das paisagens naturais de Angra dos Reis, onde passou a infância, fugindo delas. Segundo as palavras de José Lins,

Parece que a vida do escritor começa com a sua entrada no colégio, aos 12 anos. Angra dos Reis só existiu para a sua memória pelos escravos, pela recordação dos negros que ele viu desembarcarem no cais tosco para os engenhos de açúcar. O menino que se criara na cidade do porto, que fora dos campos de ouro das Minas Gerais, não deixou nada em sua literatura que falasse dessa infância. Foi um mundo que morreu para este escritor da memória. (REGO, 1981, p. 433)

Ao contrário de Raul Pompéia, José Lins construiu em *Menino de engenho* um quadro, por assim dizer, de imagens que representam as paisagens da várzea paraibana nos primeiros anos da República brasileira. Em *Doidinho*, publicado em 1933, o narrador personagem continua o relato de sua vida dessa vez como interno em Itabaiana, na escola de um homem austero, “seu” Maciel. As amizades e os conflitos, os amores, as experiências sexuais com a cozinheira do internato, as saudades da família e das paisagens, odores e sabores do engenho, são narrados na perspectiva resgatada de um adolescente entre os doze e quatorze anos.

Em *Doidinho* José Lins afirma ter feito em sua ficção uma autobiografia, um retrato de sua própria experiência nos anos em que morou em Itabaiana. Nas palavras do autor, “Carlos de Melo é um tipo de criação literária, e só se torna inteiramente o autor do livro em *Doidinho*, que assume o caráter de um livro autobiográfico” (COUTINHO, 1990, p. 55). José Lins não guardava receios em imprimir lembranças permeadas de

saudades na sua ficção, outrossim, entendia que nisso estava a qualidade de sinceridade máxima presente em seu segundo romance (COUTINHO, 1990, p. 54).

Tal como o narrador personagem de *O Ateneu*, Carlos representa seus colegas de escola a partir das peculiaridades que eleger nestes. Mais uma vez traços físicos, psicológicos, morais e sociais compõem suas descrições. O conflito em torno da figura sombria e misteriosa do pai surge no enredo, e Carlos passa a ser atormentado pelo medo que seu destino aguarde alguma semelhança com a loucura do pai. O apelido ele havia recebido dos colegas ainda no primeiro mês vivendo no internato, e explica o motivo,

O meu nervoso, a minha impaciência mórbida de não parar em um lugar, de fazer tudo às carreiras, os meus recolhimentos, os meus choros inexplicáveis, meu batizaram assim pela segunda vez. Só me chamavam de Doidinho. E a verdade é que eu não repelia o apelido. Todos tinham o seu. (REGO, 2018, p. 26)

Por essas palavras percebemos como foi angustiante as semanas iniciais de Carlinhos longe do ambiente de sua origem. Podemos perceber também um contraste com *Banguê*, romance no qual o narrador expressa o sentimento de desconforto quando retorna ao engenho do avô, uma vez que, a personagem, tendo um pouco mais de vinte anos, não parecia se reconhecer no lugar onde passara a infância de menino, e para o qual voltava nas férias de escola e faculdade.

O mundo interior do narrador foi sendo modificado a partir de suas vivências fora de casa-grande, por assim dizer. Outros papéis sociais foram se impondo na medida em que a trajetória do menino de engenho era tecida na imaginação do autor, e nas descrições do narrador. Novas personagens surgem no enredo e Carlinhos conhece outras formas de ser tratado, e isso implicou na transformação da percepção de si mesmo carregada pela personagem.

Era a primeira vez que me chamavam assim, com o nome inteiro. Em casa, era Carlinhos, ou então Carlos, para os mais estranhos. Agora, Carlos e Melo. Parecia que era outra pessoa que eu criara de repente. Ficava um homem. Assinava o meu nome, mas aquele Carlos de Melo não tinha realidade. Era como se eu me sentisse um estranho para mim mesmo. Foi uma coisa que me chocou esse primeiro contato com o mundo, esse dístico que o mundo me dava. A gente, quando se sente fora dos limites da casa paterna, que é toda a nossa sociedade, parece que uma outra personalidade se incorpora à nossa existência. O Carlos de Melo que me chamavam era bem outra coisa que o Carlinhos do

engenho, o seu Carlos da boca dos moradores, O Carlos do meu avô. (REGO, 2018, p. 19)

Os estudos, a convivência com outras pessoas, as mudanças dos cenários foram fundamentais nesse processo de formação do narrador, bem como de sua transformação do Carlinhos, menino de engenho, para Carlos de Melo, o jovem adulto bacharel em Direito, e em *Doidinho* observamos os passos dessa transformação. Após dez anos morando distante da casa grande apartado, na maior parte do tempo, do convívio com seus familiares, sobretudo, o avô, o narrador personagem volta ao mundo de sua origem, que já não é mais o mesmo, em *Banguê*.

Os moleques da bagaceira que Carlos de Melo conheceu quando criança, agora são os trabalhadores do eito³⁷, que ao reencontrarem curvam as cabeças, submetidos naquela ordem social, aos senhores de engenho e seus herdeiros. Tudo parecia estar diferente de seu mundo de infância que o deslumbrava, que lhe fora novo, inclusive o seu avô, antes uma figura imponente que o neto pensava ser o dono do mundo, agora aparece debilitado, com a voz enfraquecida espelhando a decadência de seu engenho, que já não produzia mais como outrora.

Esse olhar, afetado pelo tempo que passou na cidade, já não percebe mais o engenho com o mesmo encantamento e, voltando a si mesmo, depara-se com um sujeito que também não passou incólume às vivências fora do banguê. O narrador sabe reconhecer as implicações dos anos passados, na tessitura de sua interioridade, naquilo que se modificou e no que permaneceu nos traços de sua sensibilidade de homem adulto e formado. Os indicativos disso se fazem sentir nas palavras, quando constata,

Tornara-me homem feito entre gente estranha, nos exames, nos estudos, em casas de pensão. O mundo cresceu tanto para mim que o Santa Rosa se reduzira a um quase nada. Vinte e quatro anos, homem, senhor do meu destino, formado em direito, sem saber fazer nada. Nada de grande tinha aprendido, nenhum entusiasmo trazia dos meus anos de aprendizagem. Agora tudo estava terminado (...). E o Santa Rosa estava ali. Seria o mesmo dos meus dias de menino? Sem dúvida que a vida passara também por ele. (REGO, 2011, p. 17)

³⁷ No glossário elaborado por Ivan Cavalcanti Proença, eito se refere à “roça onde trabalhavam os escravos; limpeza, à enxada, por turmas, de uma plantação. Ver: PROENÇA, Ivan Cavalcanti. Glossário. In: REGO, José Lins. Menino de engenho. 107ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

Uma consciência de tempo perpassa essa trilogia da vida de Carlos de Melo. O narrador personagem parece compreender o tempo como uma configuração linear e progressiva, como uma sucessão de acontecimentos que acabam por moldar os indivíduos, as relações e os lugares. Diferentemente dos dois primeiros romances, *Banguê* está dividido em três partes, intituladas “O velho José Paulino”, “Maria Alice”, e “Banguê”.

O adjetivo “velho” acrescentado ao nome do avô já prenuncia a percepção do narrador a despeito da personagem central de seu encanto quando menino. Ao longo da primeira parte tal adjetivo é ampliado quando Carlos retrata José Paulino como um homem cada vez mais incapaz de conduzir suas propriedades, um homem que amarga em sua velhice a frustração de não encontrar um sucessor que, como ele no passado, estivesse preparado para comandar os trabalhadores, mantendo a produção do engenho e, dessa forma, dando continuidade à tradição legada pela família.

Carlos de Melo, por sua vez, se recente e fica imobilizado pelo sentimento de desajuste naquele mundo no qual não consegue se reintegrar. De acordo com Aderaldo Castello, o personagem não “se encontra mais em condições de sobreviver no universo das origens, embora não tenha perdido a consciência nítida de que devia ser responsável pela preservação de seus valores e tradições” (REGO, 2011, p.10). Há, portanto, uma dubiedade no narrador, uma vez que, por um lado não se reconhece enquanto senhor de engenho, e por outro, não aceita o malogro dos engenhos diante do avanço das usinas.

Essa insatisfação com a decadência do engenho, bem como com o seu próprio fracasso em administrar as terras do velho José Paulino após a morte deste, surgem na última parte do romance, quando Carlos de Melo sente-se afrontado diante da destreza de um homem negro – José Marreira – que havia trabalhado para José Paulino, e consegue bom êxito nas terras que arrendara, enquanto que ele mesmo fracassa atormentado pela inércia que o mantém deitado na rede, e pelos pensamentos paranoicos de morrer assassinado a mando de seu suposto rival.

Ao final, a rivalidade presente, por assim dizer, estava entre o engenho e a usina, entre as tradições legadas pela elite agrária escravista e os tempos modernos que já vinham se estabelecendo com seu tempo acelerado pelas recentes descobertas científicas, com suas máquinas, mas, sobretudo, com outras sensibilidades masculinas. Questionamentos e mudanças de lugares e papéis sociais para mulheres e homens estavam em curso na década de 1930, contra esse processo Carlos de Melo não poderia prevalecer.

Entre a primeira parte de Banguê – em que o narrador descreve a decadência de José Paulino – e a última parte, na qual o fracasso do engenho é apontado, encontramos a descrição do romance adúltero entre Carlos e Maria Alice. Mais uma vez o personagem elabora sua frustração afetiva e sexual, reprovando em si mesmo a ausência de coragem, e fraqueza em lidar com seus impulsos sexuais, vendo-se como um enfermo, esse é o olhar retrospectivo do narrador.

Nem toda a narrativa da relação afetiva e sexual de Carlos e Maria Alice está caracterizada pela dor, visto que descreve momentos de amor e prazer vivenciados pelos jovens amantes secretos. A relação entre os dois não pode tornar-se pública, pois Maria Alice é casada, o que caracteriza um ponto de tensão, que culminará na frustração sexual de Carlos quando sua amada vai embora. Para Castello, “a segunda parte do romance – Maria Alice – é um interregno nesse processo, agora motivando alegria e dinamismo expressos em linguagem marcada pelo lirismo sexual-amoroso” (REGO, 2011, p. 10).

O livro termina com a partida do narrador personagem após vender o Santa Rosa aos usineiros. Partia lembrando da primeira vez que tomou o trem para ganhar o mundo, na ocasião de sua ida para o internato em Itabaiana. Ele estava partindo novamente, mas dessa vez seria uma partida definitiva, no vagão do trem, olhando pela janela a paisagem que ia ficando para trás.

O narrador não declara para onde estaria partindo, somente deixa escapar o sentido que estaria dando ao momento de despedida, “Lembrei-me do retrato do velho José Paulino, de olhos bons e com a cara mais feliz deste mundo. O neto comprara uma passagem de trezentos contos para o mundo” (REGO, 2011, p. 238).

Freire (2012, p. 333) observa a menção ao trem e à morte de Nicolau como símbolos das transformações nas relações de trabalho impostas pela modernidade nos anos 1930. O trem representando o avanço da industrialização, e a morte de Nicolau – que morrera defendendo os interesses de seu senhor – o fim do paternalismo característico das relações de trabalho na sociedade banguazeira.

Enquanto as paisagens do engenho passavam pelas janelas do trem, a voz do narrador é silenciada pelo fluxo de pensamento da personagem, que planeja construir um túmulo para seu servo falecido. Isso, de acordo com Freire (2012, p. 333), aponta para a monumentalização dessas relações paternalistas entre o senhor e empregado. Os trens não transportavam somente pessoas e mercadorias, mas em seus vagões também

vinham a visão de trabalho capitalista, na qual o ser humano é despersonalizado, diluído na lógica individualista e competitiva do mercado, torna-se também capital – humano.

A existência literária de Carlos se dá não entre o seu nascimento e morte, nem mesmo a personagem chega a relatar sua velhice. Todas as recordações apresentadas pelo narrador ocorreram entre a morte da mãe e, a falência produtiva do engenho, totalmente apagado pelo maquinário usineiro. O final de sua narrativa autobiográfica está marcado por sua partida daquele mundo rural dos senhores de engenho, casas-grandes e senzalas que já não lhe despertavam encantos como na infância, nem tão pouco saudades que fossem suficientes para lhe convencer a ficar.

Carlos de Melo foi um personagem criado por José Lins para contar a história da sua terra. Como ele próprio afirma em *Homens, seres e coisas*, explicando brevemente, sua intenção ao começar a escrever, “outra coisa não pretendia do que contar a história da minha terra. Não ambicionava mais do que isso” (REGO, 1952, p. 49). Portanto, é isso o que Carlos de Melo está fazendo, ele está contando suas experiências e a partir delas narrando uma história – a história do engenho Santa Rosa.

O autor buscou em sua produção romanesca a verossimilhança, pois ele situa seu narrador personagem dentro de um processo histórico específico, qual seja, a modernização dos meios de produção açucareira no Nordeste, que levou os engenhos à falência, esmagados pelo avanço das usinas. Toda a sua inspiração vem da recordação, de um passado que ele buscou capturar através da ficção. Desse modo, ao comentar sobre o processo de composição de seus primeiros romances, José Lins afirma,

A sorte dera ao novelista estreante uma crítica animadora. E escreve ele outro romance em 1933. O fio de suas memórias começa a correr como um regato que viesse das cabeceiras de sua vida. Todo o mundo de sua infância e o mundo de sua gente entram na composição do seu processo de contar. E o que era apenas a vontade de um livro único, cresce no desejo do levantamento de todo um universo. O tempo perdido caiu nas armadilhas do caçador. (REGO, 1952, p. 50)

O narrador personagem que José Lins compôs não nos diz de onde está escrevendo, nem fala diretamente os motivos que o encorajaram ao relato de suas experiências de vida, tão pouco sabemos a idade do narrador no instante do relato. O que encontramos não é um homem que narra suas vivências na velhice ou mesmo na

morte como os narradores de Machado de Assis em *Dom Casmurro* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

É possível, entretanto, identificar que o narrador personagem se coloca diante do mundo rural patriarcal, que formou sua sensibilidade, a partir de perspectivas distintas. O seu olhar se revela moralizador ao classificar suas experiências sexuais de menino de forma negativa, a despeito de também de apontar os sentimentos que perpassaram sua subjetividade na infância. De acordo com o crítico norte americano Jonathan Culler (1999), a presença das diferentes perspectivas do narrador personagem em momentos distintos de sua trajetória ocorre porque,

Ao relatar algo que aconteceu com ele quando criança, um narrador pode focalizar o evento através da consciência da criança que ele foi restringindo o relato ao que pensou ou sentiu na época, ou pode focalizar os eventos através de seu conhecimento e compreensão na época da narração. Ou, naturalmente, pode combinar essas perspectivas, fazendo um movimento entre o que sabia ou sentiu então e o que reconhece agora. (CULLER, 1999, p. 90)

O autor, portanto, construiu a narrativa sob o olhar de Carlos de Melo em três momentos específicos da trajetória deste, quais sejam, a infância no engenho do avô, onde chegou na idade de quatro anos; os primeiros anos da adolescência no internato escola em Itabaiana; e, na vida adulta quando volta ao engenho já com vinte e quatro anos. Dessa forma, o menino e o homem estão contidos no narrador personagem constituindo-o, como faces que traduzem olhares diferentes para o mesmo mundo de relações sociais atravessadas por distinções de classe, raça e gênero.

2.2 Modelos de masculinidades: o pai, o avô e os outros

Em seu discurso literário, José Lins do Rego, inventou um sentido para as transformações impostas pela modernidade. Estas transformações atingiram e modificaram códigos de convivência na sociedade rural. Mas, na personagem Carlos de Melo, o autor pode ter construído um sentido para sua própria trajetória enquanto homem formado no mundo agrário dos engenhos e na cidade, bem como dos homens da

elite herdeira das tradições desse contexto em sua época que, em razão das origens semelhantes, se identificaram com essa literatura.

Quando tomamos os romances literários como uma fonte passiva, por assim dizer, em que determinados aspectos do passado podem ser nelas encontrados, como se ali estivessem ocultos a espera de serem descobertos, podemos inferir que os romances comunicam normas sociais praticadas em uma determinada época e lugar. Nas palavras de Culler, “Os romances são um mecanismo poderoso de internalização das normas sociais” (1999, p. 93). Esse aspecto seria, para o crítico norte americano, um dos fatores que tornam uma narrativa atraente para o leitor.

Por outro lado, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr., entende que os romances literários são mais do que repositórios dos contextos sociais de épocas e sociedades passadas, outrossim, são discursos produtores de modelos de subjetividade não para o passado, mas pensados no presente e para o presente do romancista (1999, p. 126). Por essa perspectiva, os romances são tomados como fonte ativa, na medida em que são produtores de realidades. Mas, para qual audiência esse discurso literário foi pensado?

No entender de Durval Muniz (2013), a produção romanesca de José Lins nos anos 1930 encontrava seu lugar dentro do projeto regionalista articulado por Gilberto Freyre, na medida em que foi um discurso artístico que fomentou a imagem de um homem nordestino. De acordo com o historiador paraibano,

Havia uma proposta clara, portanto, do movimento regionalista e tradicionalista de contribuir para traçar e fixar o perfil do homem da região, de dar a ele uma personalidade, uma fisionomia. Para isto incentivou que este regionalismo se explicitasse em obras de arte, tanto no campo das artes plásticas, como na literatura, visando a dar expressão ao regional. Era preciso, inclusive, educar o gosto da população, para que, em vez de admirar tudo que era estrangeiro, gostasse do que era regionalmente nosso. (ALBUQUERQUE JR, 2013, p. 145)

A escrita literária de José Lins teceu uma masculinidade condizente com o ideário do movimento regionalista do Recife, traduzindo nos enredos de seus romances os valores do patriarcado tradicionalista reacionário às mudanças sociais e culturais em curso naquele momento. Desse modo, o discurso literário do jovem romancista paraibano, não é simplesmente uma representação de um contexto histórico dado, mas,

partindo dos processos humanos em curso naquele momento, elabora um modelo de masculinidade. José Lins interpretou os códigos sociais praticados pelos homens do engenho com os quais conviveu, e criou em seu próprio discurso literário, uma imagem do masculino.

Daí observamos de suas personagens que, mesmo “Sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial” (CÂNDIDO, 1941, p. 55). Esse efeito de realidade, por assim dizer, que está encarnado nos homens imaginados por José Lins é, em grande medida, consequência da própria organização do enredo, que se desenrola pelas ações dessas personagens. Pois, como afirma o professor e crítico literário Antônio Cândido de Mello e Souza, “No fim das contas a construção estrutural é o maior responsável pela força e eficácia de um romance” (1941, p. 55). Esses romances, portanto, encontraram ressonância nas sensibilidades de seus leitores, sobretudo, os homens.

Os personagens dos romances iniciais de José Lins foram bem recebidos do ponto de vista da recepção crítica da época – composta tipicamente por homens –, sobretudo, Carlos de Melo. O projeto de emular uma masculinidade tipicamente nordestina, isto é, a invenção de uma subjetividade masculina naquele período, em que os papéis comumente atribuídos às mulheres e aos homens na sociedade do engenho estavam sendo deslocados, foi bem sucedido em razão de sua estruturação que alcançou o efeito de sentido da verossimilhança.

O próprio escritor paraibano reconhece esse sucesso ao referir-se à reação dos leitores ao seu segundo romance, *Doidinho*, publicado em 1933, “Todo o meu Doidinho está aí. Fiz a história deste menino. Muita gente tem pena do pobre Carlinhos” (COUTINHO; CASTRO, 1990, p. 54). Isso pode ter viabilizado a identificação com esse modelo de masculinidade, bem como a crença de que, de fato, o verdadeiro homem nordestino estaria inscrito nas personagens do banguê criado tanto por referências que o autor guardava na memória quanto pela sua imaginação.

O que nos leva a questionar, qual modelo de masculinidade está sendo emulado por José Lins nos romances protagonizados por Carlos de Melos, seu alter ego, isto é, seu “outro eu” literário. Como acontece a invenção dessa subjetividade na narrativa? O senhor de engenho era um ótimo motivo literário necessário naquele momento em que os regionalistas do Recife buscavam resgatar e reaver as tradições de seus avós – os coronéis representantes de uma elite latifundiária oposta aos liberais republicanos que defenderam o fim do regime monárquico e a abolição.

No enredo dos romances de José Lins, Carlos de Melo é órfão, e as imagens de sua mãe, Clarice, viva são construções feitas a partir das recordações distantes que marcaram a subjetividade do narrador. O pai, por outro lado, é o louco e assassino que provoca a morte de Clarice em um crime passionai – de acordo com as elaborações do narrador nos primeiros capítulos de *Menino de engenho*. A imagem do pai está o tempo todo associada a morte e à loucura nos enredos que o personagem protagoniza.

Para Albuquerque Jr., que analisa a própria construção do autor na imagem de Carlos de Melo, José Lins buscou dar, por meio de sua narrativa, um sentido para a morte de sua mãe que, assim como o narrador de seus romances, perdeu ainda na infância. Mas, também procurou significar a ausência de seu pai, com quem não conviveu, visto que este partiu para viver distante dos parentes maternos de José Lins.

Para o historiador, o autor escreveu a si próprio nas páginas de *Menino de engenho*, *Doidinho* e *Banguê*, mas, também queria perenizar por meio da literatura, aquele mundo idílico do engenho com suas tradições e personalidades. Como explica Albuquerque Jr. sobre as razões que levaram o romancista paraibano a escrever sobre sua própria gente, “Ele queria salvar o seu avô e a sociedade que ele representava do esquecimento, já que este era modelo de como deveria ser um homem, modelo que serviu de parâmetro para a construção de sua própria subjetividade.” (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 116)

O narrador não reserva muitos momentos de recordação das vivências com o pai, estando a maior parte dessas descrições encontradas no início de *Menino de engenho*. Um homem passional, de emoções intensas tanto nas discussões quanto nos abraços de reconciliação com a esposa; inconstante e capaz de ser levado às últimas consequências por seus acessos de fúria. É disso que o narrador consegue se lembrar, esparsamente, dos momentos que presenciou dentro da convivência com os pais na sua tenra infância. É esse quadro de homem marcado pelo destempero que a imaginação do autor criou.

Às vezes, porém, ele entrava em casa calado. Sentava-se numa cadeira ou passeava pelo corredor com as mãos para trás, e discutia muito com a minha mãe. Gritava, dizia tanta coisa, ficava com uma cara de raiva que me fazia medo. E minha mãe saía para o quarto aos soluços. Eu não sabia compreender o porquê de toda aquela discussão. Sei que, com um pouco mais, lá estava ele com a minha mãe aos beijos. E o resto da noite, até ir me deitar, era só com ela que ele estava, com os olhos vermelhos de ter chorado também. (REGO, 2016, p. 27)

Toda a história do pai foi encerrada pelo narrador em um breve capítulo, em que sua vivência com ele é descrita em termos de uma relação afetuosa e pacífica, na qual a presença paterna se fazia sentir na paciência que este tinha com seu filho ainda criança, nas brincadeiras, nos beijos e abraços. O pai, que em nenhum momento tem seu nome mencionado, revela-se destemperado na relação com a companheira, esta sim nominada pelo narrador personagem. Nada daquela paciência se pode perceber no trato com Clarice. As cenas incompreensíveis, para o garoto, do comportamento agressivo e irascível do pai permaneceram na subjetividade do narrador que, quando adulto, as reinterpretou a fim de justificá-lo.

Vim a compreender, com o tempo, porque se deixava levar ao desespero. O amor que tinha pela esposa era o amor de um louco. O seu lugar não era no presídio para onde o levaram. O meu pobre pai, dez anos depois, morria na casa de saúde, liquidado por uma paralisia geral. (REGO, 2016, p. 27)

A imagem do pai como um louco é a conclusão que elabora para o final da história que sabe sobre ele. Essa imagem, entretanto, reaparece quando Carlos está no internato Nossa Senhora do Carmo, em Itabaiana. Já se havia passado quase dez anos entre a morte da mãe vitimada nos episódios de descontrole emocional do marido, e o momento em que o menino, com cerca de 12 anos de idade, é afrontado por seus colegas com essa memória tão dolorosa que, de certo modo, lhe arremessara a existência no engenho do avô.

O pai de Doidinho matou a mãe dele. Foi o mesmo que se tivesse descoberto ali, à vista de todos, a maior das vergonhas. E de repente, como se a torrente de minhas lágrimas se desencadeasse, não pude conter um choro convulso. Nem no primeiro dia de aula, quando apanhei, nem naquela surra da velha Sinhazinha, o pranto me chegou com tal desespero, que me tapava a garganta. (REGO, 1975, p. 74)

Por ser um menino inquieto no colégio, Carlos passou a ser chamado pelos colegas de Doidinho, o que no início não lhe incomodou. Mas, a partir do instante em que um de seus colegas passou a falar sobre as condições de seus próprios parentes, Carlos, rapidamente, começou a associar o estado de loucura do pai a si mesmo. Essa postura do menino pode ser interpretada como um indicativo do quão profundamente o

episódio do assassinato da mãe e a loucura do pai marcaram a construção da sua masculinidade.

O meu pai no asilo e o meu nome Doidinho. Era uma ferida velha que se rasgava ali sem eu esperar. Para que Heitor me fizera aquelas confidências? Uma temperatura de abaixo zero caía por dentro de mim. Doido o pai, doida a madrinha. O meu pai doido, o meu nome Doidinho! O resto do recreio eu passei longe dos meninos, calado, com a roda das minhas cogitações rodando à força daquelas sombrias histórias. (REGO, 1975, p. 71)

Carlos carregou a cena de sua tragédia familiar na memória, todavia, sem uma compreensão maior do que ocorrera. A história permanecia silenciada, ninguém no engenho em momento algum conversara com o menino sobre o ocorrido. E, inesperadamente aquelas palavras, “O pai de Doidinho matou a mãe dele”, irrompem sobre os anos de silêncio, trazendo à tona suas lembranças mais doloridas, a morte da mãe. Poucas memórias na vida conseguem ser tão sofridas quanto a morte de alguém a quem se esteja tão intimamente conectado. Rememorar o ocorrido, jamais explicado, deixara-o em estado de perplexidade diante do silêncio de seus parentes, como se percebe na força das palavras empregadas pelo narrador no trecho a seguir,

Foi um choque grande para mim. Criaram-me em casa escondendo-me a tragédia de meus começos. Punham-me de longe, sem uma palavra sobre minha desgraça. Não falavam da morte de minha mãe na minha frente, não se referiam a meu pai a propósito de coisa nenhuma. Lembrava-me dele. Sentia uma pungente saudade dela. A minha memória fugia até o dia em que a vi estendida no chão e o meu pai me abraçando. Mas isto era só comigo só, na intimidade das minhas recordações. Comigo ninguém nunca trocara palavras sobre estas coisas tristes. Nunca tiveram a coragem de bulir na ferida. Zé Augusto, sem querer, metera os dedos por dentro dessas chagas. Deixou-me sangrando. (REGO, 1975, p. 74)

Foi, entretanto, numa manhã do dia de São Pedro, quando todos se preparavam para festejar o aniversário do senhor de engenho, José Paulino, que chegou a notícia da morte do pai de Carlos. Há anos não o via ou quaisquer notícias dele recebia, seu nome sequer era pronunciado na casa-grande, e mais uma vez ele foi surpreendido pela morte, dessa vez do pai. O medo de morrer toma conta dos pensamentos do menino, que a

despeito de desviar-se, sempre acaba interpelado pelo assombro que o final da vida encerra.

Mesmo quando retornou de seus estudos no Recife, esse pavor da morte e da loucura, que o perseguiu na infância, permanecia em sua sensibilidade de homem formado. Um homem atormentado pela mania de perseguição, e pela frustração amorosa de sua relação com Maria Alice, que o levava a caminhadas longas pelo engenho, com ares de um louco, desnortado. Essas imagens elaboradas por José Lins em *Banguê*, publicado em 1934, nos parecem ecos das impressões legadas pelas memórias do pai na subjetividade e nas práticas de ser homem de Carlos de Melo.

O pai de Carlos, porém, estava longe de ser o ideal masculino para os regionalistas de Pernambuco, pois esta posição pertencia, sobretudo, aos senhores de engenho. José Paulino, é a personagem que representa esse ideal de homem na trilogia de Carlos de Melo, em função de sua destreza no comando dos seus banguês. Caracterizado, entre outros aspectos, como um homem demasiadamente ligado às suas propriedades, tendo como maior ambição a anexação de terras. Pois, como explica Buriti,

Ser um coronel ou um grande fazendeiro é muito mais do que possuir dinheiro e propriedades, é saber utilizá-los estrategicamente para propagar toda uma economia de poder, um emblema de prestígio, de reconhecimento do capital simbólico. O código de honra não era apenas o sangue familiar e o sobrenome que carregava na certidão de batismo. (BURITI, 2017, p. 99)

À ausência do pai se contrapõe a presença constante do avô em toda a infância de Carlinhos, que cresceu com a imaginação encantada pelas histórias da Velha Totonha, dos trabalhadores do eito, e daquelas situações contadas pelo próprio José Paulino ao redor da mesa. Assim, o menino de engenho desenha para si mesmo o modelo que entendia ser o mais esperado de um senhor de engenho, que ele mesmo pensava um dia vir a ser naquelas terras.

O menino gostava de ouvir as histórias, e numa dessas contadas pelos trabalhadores do eito, o irmão mais novo do seu avô se tornou o herói para ele. Numa comparação entre José Paulino e o capitão Quincas Vieira, seu irmão, o narrador destaca aquilo que lhe despertava a admiração quando menino, a coragem e o jeito afrontoso como Quincas lidava com sua gente, indo até às armas em suas disputas.

Aquele irmão mais moço do meu avô passava para a galeria dos meus heróis. O velho José Paulino governava os seus engenhos com o coração. Nunca o vi com armas no quarto. Umas carabinas que guardava atrás do guarda-roupa, a gente brincava com elas, de tão imprestáveis. Eu queria um senhor de engenho que protegesse assassinos, que tivesse guarda-costas, gente no rifle. Ouvia falar do dr. Quincas do Engenho Novo, num seu Né do Cipó Branco que, com cabras armados arrombara a cadeia para tirar um protegido das grades. Estes sim, que eram senhores de engenho de verdade. Meu avô falava das eleições da monarquia, dentro das igrejas. Os senhores de engenho iam até às armas, nas disputas. (REGO, 2016, p. 92)

Um tipo de homem truculento, não muito dado à obediência das leis civis, fortemente caracterizado pela violência, fazendo valer sua vontade pelo uso de armas, e que não demonstrava medo de morrer e, menos ainda de matar. A masculinidade do senhor de engenho estaria relacionada a essas práticas de imposição da força, pois isso seria, aos olhos do menino encantado pelas histórias, uma afirmação da coragem que um homem deveria ter.

O uso do adjetivo “velho” para qualificar seu avô pode denotar uma impressão, por parte de Carlinhos, da força ultrapassada do avô nesse contexto, visto que este, “governava os seus engenhos com o coração” e “falava das eleições da monarquia, dentro das igrejas”. Em *Banguê*, esse mesmo adjetivo é utilizado em relação a José

Paulino outra vez, que estava em seus últimos meses de vida e, não dispunha mais da energia necessária para governar sobre os seus banguês. Ele morreu vendo no neto a ausência da coragem que este, quando criança, tanto admirou no capitão Quincas Vieira.

Isso, entretanto, não é suficiente para nos levar a defender uma suposta perspectiva totalmente negativa da personagem central dos romances que estamos analisando em relação ao seu avô. Não podemos nos esquecer que todo esse enredo é construído a partir do olhar de um ser fictício adulto que, enquanto revisita suas recordações de menino no engenho e no internato, também reelabora suas impressões a respeito do vivido. Há, portanto, uma distância entre o narrador e as diferentes fases da vida que ele recorda.

Ao discutir determinadas variáveis importantes para os efeitos de sentido pretendidos numa narrativa, Culler (1999, p. 87) trata de elementos imprescindíveis como a voz do narrador e, como esta voz se posiciona no texto em relação às personagens e aos eventos descritos. Quando o texto é narrado em primeira pessoa, o

narrador pode fazer parte da história de diferentes maneiras, inclusive como um mero observador, por exemplo.

A voz desse narrador está posicionada em diferentes distâncias em relação a história que conta. Podemos observar isso em *Menino de engenho*, quando o narrador adulto, descreve momentos da infância entre os quatro e doze anos; em *Doidinho* os instantes apresentados ocorreram entre os doze e os quatorze anos do narrador; já os eventos contados em *Banguê* parecem estar mais próximos do narrador em termos de tempo decorrido. A respeito da focalização temporal, Culler explica que a narração,

Pode enfocar o que o focalizador sabia ou pensava na época do acontecimento ou como viu as coisas depois, graças à visão retrospectiva. Ao relatar algo que aconteceu com ele quando criança, um narrador pode focalizar o evento através da consciência da criança que ele foi restringindo o relato ao que pensou ou sentiu na época, ou pode focalizar os eventos através de seu conhecimento e compreensão na época da narração. Ou, naturalmente, pode combinar essas perspectivas, fazendo um movimento entre o que sabia ou sentiu então e o que reconhece agora. (CULLER, 1999, p. 90)

Carlos não é um mero observador, outrossim, faz parte da história que conta, retrospectivamente, como a personagem principal, uma vez que constrói uma narração de sua própria vida. O narrador, portanto, reelabora suas memórias a partir de seu ponto de vista adulto, moldado pelos códigos sociais citadinos e religiosos da década de 1930, sem deixar de mostrar como os eventos eram compreendidos ou não por ele na infância. Como exemplo disso, ao referir-se ao pai, por exemplo, Carlos de Melo afirma,

Depois é que vim a saber muita coisa a seu respeito: que era um temperamento excitado, um nervoso, para quem a vida só tivera o seu lado amargo. A sua história, que mais tarde conheci, era a de um arrebatado pelas paixões, a de um coração sensível demais às suas mágoas. Coitado de meu pai! Parece que o vejo quando saía de casa com os soldados, no dia de seu crime. Que ar de desespero ele levava, no rosto de moço! E o abraço doloroso que me deu nessa ocasião! Vim a compreender, com o tempo, porque se deixava levar ao desespero. (REGO, 2016, p. 27)

O senhor de engenho que emerge das memórias de Carlos é uma amálgama de experiências cotidianas da infância e juventude com o avô, mas também de uma releitura feita a respeito de José Paulino por um narrador que fala da sociedade de

engenho em um tom de melancolia, como que se referindo a um mundo em franca decadência. E, é esse sujeito masculino que José Lins tece com seu discurso literário como o modelo que incorpora os códigos sociais do homem nordestino. Pois, como afirma Albuquerque Jr.,

É através das diferentes experiências sociais, em que se insere um corpo e onde emergem atitudes, gestos e falas, sejam dele próprio ou dos outros, que uma imagem de sujeito vai sendo construída. (...) Estes sujeitos do passado que são escritos pela literatura de José Lins, que são criados pelos seus enunciados e imagens, tornam-se modelos a serem subjetivados, introjetados pelos vivos. (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 118)

Através da perspectiva do narrador, José Lins deu indícios de como se dava a construção das subjetividades masculinas na sociedade do engenho. José Paulino não era um homem religioso, de viver em rezas nas igrejas, mas mantinha dentro da casa-grande um quarto dedicado aos santos da religião católica. As festas dedicadas à Nossa Senhora eram celebradas todos os anos, e somente nesses momentos eram tirados de sobre os santos os panos que encobriam de seus rostos os pecados daquela sociedade patriarcal.

O senhor de engenho fazia suas doações à igreja muito mais como uma forma de manter as boas relações com as autoridades eclesiásticas do que por devoção aos dogmas do catolicismo. Essas práticas eram como rituais sociais, um teatro de gestos praticados como parte de um comprometimento político e ético, implicando no entendimento de que, para o homem ser bom e justo não era necessário ser beato. “Era assim a religião do engenho onde me criei” (REGO, 2016, p. 63), afirma o narrador.

José Paulino recebia os moradores de seus banguês para ouvir seus pedidos e resolver as contendas e tensões entre eles. “No meu engenho nunca protegi criminoso” (2016, p. 81), era a resposta do velho para os que cometiam assassinato e vinham buscar proteção. Nos passeios que dava por suas propriedades, o patriarca da casa-grande passava pelos casebres das gentes que trabalhavam em suas plantações de cana-de-açúcar se detendo para ouvir as queixas das mulheres, muitas delas grávidas, em dias de terem seus bebês. Para Carlinhos esse gesto se configurava em máxima bondade que inscrevia em sua sensibilidade a imagem masculina do senhor de engenho.

A pobreza e escravização das gentes negras é romanceada pelo autor nas descrições de seu narrador personagem. Para Carlos de Melo as negras e negros que, a despeito da abolição, ainda serviam ao coronel José Paulino, viviam em boas condições, pois o senhor de engenho era generoso, chegando a afirmar, “Era raro o senhor de engenho de coração duro para os escravos. Os dele vestiam e comiam com fartura” (REGO, 2016, p. 109).

Essas imagens, construídas em sua memória nos passeios pelos engenhos com o avô, faziam o menino acreditar que, a servidão dos negros aos brancos no engenho era um costume dado pela determinação divina. Como descreve o narrador,

O costume de ver todo dia esta gente na sua degradação me habituava com a sua desgraça. Nunca, menino, tive pena deles. Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros, nos matos. (REGO, 2016, p. 108).

Essa era a perspectiva compartilhada pelo senhor de engenho e sua família, sendo um elemento presente na formação da subjetividade masculina do narrador personagem que, quando adulto se mantinha inerte diante dos maus-tratos praticados por sua tia à pobre menina Josefa que ela havia tomado como propriedade. Quando criança, Carlos naturalizava a servidão, e quando adulto mantinha essa mesma percepção justificando a situação a partir de dos comportamentos dos empregados, e não mais pelo viés da religião.

Em Banguê, Maria Alice, que passava uns dias descansando no engenho Santa Rosa, questionava Carlos de Melo a respeito das condições de vida e de trabalho dos homens do eito. Mas, o neto de José Paulino parecia estranhar o incômodo da moça, “Uma vez perguntei-lhe se era comunista. (...) e me respondeu que era somente humana.” (REGO, 2011, p. 90). Para Carlos aqueles questionamentos representavam uma completa subversão do mundo em que fora criado e, com o qual ainda estava ligado a despeito de sentir-se desajustado ao papel de senhor de engenho.

Os corpos negros eram comumente percebidos pela aristocracia como instrumentos para o trabalho pesado, um objeto da exploração servil. Assim a velha Generosa, cozinheira da casa-grande, emerge no discurso de Carlos, “Negra alta e com

braços de homem, tirava uma tacha de doce do fogo, sem pedir ajuda a ninguém” (REGO, 2016, p. 79). Aos olhos de José Paulino as gentes negras são boas quando trabalham, portanto, essa é a única qualidade que atribuiria valor à sua existência. No engenho imaginado por José Lins, a senzala “continuava pegada à casa-grande, com as suas negras parindo, as boas amas de leite e os bons cabras do eito” (REGO, 2016, p. 80).

A maior parte de *Banguê* se concentra no malogro de Carlos de Melo como senhor de engenho das propriedades que herdara do avô. E, diferentemente do velho, não tinha pulso para comandar os trabalhadores e a produção de suas terras. Deitado de sua rede observou a emergência de José Marreira, um homem negro que havia trabalhado muito tempo para José Paulino, e havia arrendado uma parte da terra. A coragem para o labor e a destreza para administrar os negócios que faltavam ao neto do senhor de engenho, sobravam em Marreira, que prosperou.

O desconforto de Carlos com a situação o embalava na rede onde, deitado, planejava expulsar do engenho o suposto rival. Mas, contudo, faltava-lhe a coragem necessária para tanto.

Precisava reagir, tomar coragem. Que diabo! Não era um homem? Procurasse então o Marreira e de cara a cara tirasse tudo a limpo. O meu avô nunca precisou de guarda-costas, e foi respeitado por todos. Força moral era tudo. Guardasse a dignidade da minha posição, conhecesse o meu lugar, como ele, e veria que meu nome imprimiria respeito. Força moral. (REGO, 2011, p. 162)

Há questões implicadas no desconforto demonstrado por Carlos em relação à prosperidade do servo. Ao que parece, o neto de José Paulino sentiu-se afrontado em sua masculinidade. Expulsar José Marreira era também uma demonstração de virilidade. Quiçá, Carlos se ressentisse por Marreira adequar-se mais ao papel de senhor de engenho do que ele mesmo que carregava essa posição, por assim dizer, quase como um signo que lhe fora conferido por direito de nascimento.

Carlos e seus parentes não toleravam que um servo conquistasse, ainda que por esforço próprio, uma posição de destaque na terra que arrendara, pois, “no sangue dele corria resto de escravidão” (REGO, 2011, p. 189). Era também uma questão de orgulho próprio, de defender o poder simbólico da casta que carregava sobre ombros enquanto herdeiro não somente das terras, mas, sobretudo, de uma tradição. Por outro lado, a

ascensão de um descendente de escravizados é, em si, um indicativo, na literatura de José Lins, das mudanças impostas pela abolição na sociedade rural das primeiras décadas do século XX.

O trabalho, entretanto, não era a única atribuição às pessoas negras, visto que os corpos, sobretudo das mulheres, era também objetificado como instrumento de prazer pelos patrões. Não era uma novidade na sociedade de engenho que os homens da casa-grande se servissem das filhas dos moradores de suas propriedades para satisfazer suas disposições sexuais. Carlos aprendeu isso desde muito cedo pelas histórias nas quais o avô era identificado como um “pai d’égua”, bem como em sua experiência com Zefa Cajá no engenho, e com Paula no internato.

Ao referir-se às histórias da negra Galdina sobre como foi roubada e capturada de sua família na África e trazida ainda menina para o Brasil, Carlos relata que, “Ela passou muito tempo ainda para ser comprada. Os homens que vinham queriam mais gente grande e molecas taludas” (REGO, 2016, p. 79). As meninas “taludas”, isto é, corpulentas, robustas, eram as favoritas dos compradores de escravizados tanto pela força de trabalho quando pelo que seus corpos poderiam agradar ao olhar do masculino.

Os senhores de engenho deitavam-se com as filhas dos trabalhadores do eito, se envolviam em muitos casos extraconjugais dos quais lhes nasciam filhos, que jamais seriam reconhecidos como tais na casa-grande. As esposas não podiam fazer muito para coibir a infidelidade de seus maridos, concentrando os ódios de seus ciúmes nas negras, como Carlos descreve, “Davam surras nas cabritas atrevidas e os maridos iam por trás curar as pancadas com amor. Sofriam destas, as nossas avós” (REGO, 2011, p. 127).

A violência sexual era uma constante rondando os terreiros das casas onde viviam meninas, que mal entravam na puberdade, e já tinham seus corpos transformados em objetos da cobiça dos donos das terras onde moravam com suas famílias. O narrador não se furta a descrever o caso envolvendo seu tio Juca e uma menina negra, Maria Pia. A princípio, a menina acusou Chico Pereira, “cambiteiro, moleque chibante da bagaceira, cheio de ditos e nomes obscenos” (2016, p. 64), que se defendia arduamente das acusações de tocar a menina indevidamente.

Os códigos éticos da sociedade de engenho que José Lins conheceu na juventude estão indicados pela narrativa que se segue no episódio. O senhor de engenho e sua família agem imediatamente a fim de punir com rigor o suposto agressor, que como pena, além dos castigos físicos que estava sofrendo, deveria casar-se com a moça. Ao que o acusado responde, “Eu não tapo buraco dos outros” (2016, p. 64), numa franca

declaração do desprezo que se demonstrava às meninas que experimentavam o sexo antes do casamento.

O casamento nesse caso seria uma forma de remediar, por assim dizer, o trágico ocorrido. Por fim, a menina aponta o verdadeiro culpado, tio Juca, e um silêncio condescendente cerra os lábios da casa-grande. O agressor escapa ileso, a despeito da frustração de José Paulino que finaliza o relato, “Não sei pra que servem os estudos. A gente gasta um dinheirão, e eles voltam pra fazer besteiras desta ordem” (REGO, 2016, p. 66). A instrução formal recebida pelos filhos da aristocracia rural não lhes apagava da sensibilidade a marca indelével do exemplo de seus pais e avós, praticados por séculos na colônia, no império, e na república. Os novos tempos eram atravessados por velhas práticas que se reinventavam e permaneciam incutidos no imaginário dos homens da elite.

Carlinhos acompanhou de perto o caso, e ficou ao pé do moleque Chico Pereira, ouvindo suas histórias e seus apelos para que o menino intercedesse à tia Maria por sua compaixão. Mas, fica evidenciado que os códigos éticos na sociedade de engenho não se aplicavam da mesma maneira a senhores e servos, brancos e negros. Há uma diferença entre homens e mulheres, bem como entre homens e homens, definidas pela origem familiar, posição social e econômica desses indivíduos. Se inscreve, então, na subjetividade de Carlinhos a percepção de que, os corpos de seus empregados também são propriedade da casa-grande, assim como “os bois, os burros e os matos” (2016, p. 108).

Em todo o episódio Carlinhos tem sua atenção cativada pela situação de Chico Pereira, compadecendo-se de seu sofrimento, chegando a pensar que uma injustiça estivesse sendo cometida com o moleque da bagaceira. Para Albuquerque Jr. o neto de José Paulino parecia não tomar o sexo como um aspecto central de sua vida. Naquela sociedade patriarcal na qual se formou, as práticas sexuais ainda não constituíam um elemento definidor das identidades individuais. De acordo com o historiador,

Sexo que parece ainda selvagem, não domado pelos códigos disciplinares do mundo moderno. Mas que, na verdade, obedecem a outros códigos, que polícia apenas de forma rigorosa o sexo das “mulheres de família”, as brancas, que devem ser educadas para serem boas donas de casa, aprendendo a dar ordens no espaço da casa e, acima de tudo, a obedecerem a seus maridos, os patriarcas, dando-lhes muitos descendentes, ajudando-os na criação de todos os parentes e aderentes, fechando os olhos para as inúmeras aventuras que estes possam ter fora de casa ou na senzala. Mulheres servis, mulheres

sagradas, mulheres solitárias, mulheres resignadas com um papel que lhe é prescrito desde cedo pela família. (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 120)

Sexo é uma preocupação do narrador personagem, que descreve os eventos a partir de um momento histórico diferente daquele apresentado por seu discurso. Na medida em que descreve os eventos, ele também apresenta juízos de valor a respeito da postura das suas personagens, bem como dele mesmo. A masculinidade que José Lins imaginou emergiu nesses romances a partir um contexto histórico, social e cultural que lhe serviram como referência, solo fértil de onde foram criados os seus personagens e enredos.

Assim, ao passo em que o autor cria sujeitos por meio de sua escrita, caracteriza-os com as práticas e códigos de masculinidade que conheceu. No entanto, de acordo com Antônio Cândido, esse conhecimento que o autor possui a respeito de outras pessoas e situações não é completo em si mesmo. Por isso, experiência de criar um ser fictício a partir de uma compreensão fragmentada de um ser vivo, “é estabelecida e racionalmente dirigida pelo escritor, que delimita e encerra, numa estrutura elaborada, a aventura sem fim que é, na vida, o conhecimento do outro” (CÂNDIDO, 1941, p. 58).

O romancista, portanto, é o criador dos tipos masculinos que apresenta estabelecendo, “uma linha de coerência fixada para sempre, delimitando a curva da sua existência e a natureza do seu modo de ser” (CÂNDIDO, 1941, p. 59). Todavia, José Lins nunca escondeu que seus romances, embora fruto da sua imaginação, também provinham de suas relações interpessoais. Carlos de Melo incorpora a interioridade de seu autor, bem como José Paulino é a transposição do avô, também criado a partir do que o escritor gostaria que ele tivesse sido.

Em entrevista concedida a Clóvis de Gusmão, o romancista paraibano emociona-se ao observar a casa-grande do engenho onde passou sua infância, e deixa escapar uma curiosa constatação pessoal acerca de sua produção literária, “A terra é que manda nos meus romances. O Engenho Corredor foi a minha grande fonte literária. Aí está um pedaço da velha casa do meu avô José Lins Cavalcanti de Albuquerque, ou o velho José Paulino dos meus romances” (COUTINHO; CASTRO, 1990, p. 53).

Na ficção, a figura imponente do avô era o principal motivo de ostentação de Carlos também fora dos limites do mundo rural. No internato de Itabaiana, o menino se orgulhava, diante de seus colegas, da riqueza e influência social do velho. Esperava com

certa expectativa por sua visita, “O meu avô não estava em Itabaiana para negociar, para vender nem trocar. Viera me ver. Tinha ele um neto no colégio para visitar. Isto valia para mim mais do que não sei o quê” (REGO, 2018, p. 37). O velho era conhecido por todos onde chegava, e o neto atento, percebendo como todos tratavam com deferência o dono de nove engenhos, com quem “Falava-se de negócios, do preço do gado e do algodão” (2018, p. 37).

Diante de conversas sobre política, Carlos observava o silêncio do avô e, quicá com certa dose de ingenuidade de menino deslumbrado em face da imagem do homem imponente que enxergava em José Paulino, julgou seu silêncio como prova do seu desinteresse pela política. Para Carlos, o avô somente importava-se com as colheitas e em manter seus banguês distantes de confusões com as autoridades policiais. E, com admiração construía sua imagem, “Um santo, este meu avô, e ali com ele, na mesa do hotel, eu lhe media o tamanho, a superioridade sobre os outros” (REGO, 2018, p. 38).

Gilberto Freyre, um dos mais conhecidos representantes do regionalismo pernambucano, definiu o senhor de engenho como, “o tipo mais puro de aristocrata brasileiro” (2004, p. 121). Mas, no entendimento do sociólogo, outros modelos que povoavam o mundo agrário governado por estes homens, constituem também o que ele denominou de “O homem do povo do Nordeste”. De acordo com Freyre, são eles,

figuras, hoje quase desconhecidas na sua pureza, do antigo sistema agrário e patriarcal: o cabra de engenho, o moleque da bagaceira, o capanga (de ordinário caboclo ou mulato), o mulato vadio caçador de passarinho, o malungo, o pajem, o branco pobre, o “amarelo” livre, a mãe preta, a mucama, o negro velho, o curandeiro, o caboclo conhecedor da mata e dos seus bichos, a ama-de-leite tapuia ou negra, a “cabra-mulher”. (FREYRE, 2004, p. 121)

O narrador personagem menciona várias dessas figuras em sua escrita, como pessoas com as quais conviveu e, que tem importância na sua formação enquanto homem, e focalizou o imaginário sexual por trás das experiências dessas personagens. Fora da casa grande Carlos cresceu brincando com os moleques da bagaceira e, com estes aprendeu sobre sexo observando o coito dos animais. Ouvia as conversas dos homens do eito sobre suas relações com as negras dos engenhos, e em suas brincadeiras os gestos que simulavam os membros em riste no ato sexual. A respeito disso, Albuquerque Jr. observa que,

Não dispondo de uma literatura voltada para explicar os mistérios do sexo, nesta sociedade do engenho, se aprende a ser homem e mulher fundamentalmente através das práticas e das narrativas que são feitas pelos “experientes”. Tanto os moleques da bagaceira, como os senhorzinhos das casas-grandes, cresciam brincando pelos matos, onde inicialmente viam os animais no descaramento, aprendendo com eles o ato sexual. (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 121)

A moral religiosa do catolicismo não imperava sobre as práticas cotidianas dos moradores do engenho. Na infância, a imaginação de Carlinhos foi povoada principalmente pelas figuras folclóricas dos contos populares, que conforme o narrador explica, “Muitas coisas dele, porém, ficou por dentro da minha formação de homem” (REGO, 2016, p. 70). Certa permissividade determinava as compreensões sexuais dos sujeitos, e práticas como zoofilia, violência sexual, infidelidade conjugal eram permitidas e acobertadas. Entretanto, para as mulheres brancas da casa-grande sexo era um assunto jamais tolerado, estas deveriam casar-se virgens e tudo aprender com seus maridos.

Enquanto tio Juca escondia em seu quarto revistas de nudez feminina, tia Maria era o modelo de moça pudica, associada indiretamente à virgem Maria, uma vez que os moradores recorriam à intercessão da jovem sempre que se viam diante dos castigos do senhor de engenho. Assim como o pai, ela caminhava pelo engenho visitando as mulheres e suas crianças, ouvindo as queixas e necessidades das moradoras. Maria menina, como a chamavam, é a figura do que se esperava das filhas dos senhores de engenho. Perceber essas nuances na narrativa nos leva a indagar qual o lugar das figuras femininas na produção da masculinidade de Carlos? Como José Lins imaginou o seu protagonista em relação às mulheres, negras e brancas, no engenho e na cidade?

2.3 As mulheres na construção da masculinidade de Carlos de Melo

A morte da mãe é a cena que o narrador selecionou para introduzir o leitor em suas memórias. Foi um divisor de águas, por assim dizer, pois a partir daquele momento de partida da figura materna, o narrador personagem saiu do Recife, onde morava com os pais, passando a viver no ambiente rural, na sociedade do engenho, duas espacialidades absolutamente distintas. Este sujeito homem se construiu e foi sendo constituído pela ausência de Clarisse, bem como pela necessidade de encontrar um

sentido que lhe fosse, existencialmente suficiente, para explicar o trágico que encerrou a vida dela.

A morte de minha mãe me encheu a vida inteira de uma melancolia desesperada. Por que teria sido com ela tão injusto o destino, injusto com uma criatura em que tudo era tão puro? Esta força arbitrária do destino ia fazer de mim um menino meio cético, meio atormentado de visões ruins. (REGO, 2016, p. 28)

Essa observação do narrador indicia as tendências à solidão da personagem ainda na infância, que também se mostrarão nos tempos do internato em Itabaiana, e permanecem caracterizando as perspectivas e ações da personagem na fase adulta. A melancolia é um sentimento constante em Carlos de Melo por toda a sua trajetória e, este mesmo sentimento pode ser notado na maneira como o narrador constrói uma imagem decadente do engenho em *Banguê*.

Em sua busca por preencher a saudade, esse espaço da ausência, o narrador personagem manifesta em diferentes momentos de sua trilogia, uma idealização quase angelical da mãe, que a contrapõe a todas as personagens que transitam o mundo que ele experimentou. Ele a recorda e a imagina a partir das posturas que a sociedade patriarcal determinava adequadas ao ser feminino, sobretudo da elite. Uma mulher comedida, que sempre está “pronta a esquecer todas as intemperanças verbais do seu marido”, e amada por seus criados, pois, “os tratava com uma bondade que não conhecia mau humor” (REGO, 2016, p. 28).

Clarisse fora criada em internato de freiras, onde, certamente, aprendera os códigos sociais que validavam e conferiam dignidade às mulheres naquela sociedade patriarcal. Analisando com cuidado a descrição feita pelo autor, percebemos que, a mais notável qualidade que dignificava uma mulher, naquele contexto histórico e cultural, era a capacidade de se portar em silêncio.

Clarisse também perdera a mãe na infância, “quando ela ainda não falava”, e o internato disciplinara sua voz a fim de que, a filha de José Paulino, a voz de comando do engenho Santa Rosa, se parecesse “uma dama nascida para a reclusão” (REGO, 2016, p. 28). Ao contrário da mãe, Carlos foi criado solto no engenho do avô, tomando banho no rio Paraíba, correndo com os moleques da bagaceira pelo eito onde os trabalhadores cortavam a cana, observando a linha de produção do açúcar e da cachaça, bem como a hierarquia de funções desempenhada pelos homens nesse processo.

Desse modo, observamos que meninos e meninas recebiam tratamentos muito distintos de acordo com os papéis que estariam destinados a performar na sociedade de engenho. Entretanto, a modernidade estava subvertendo esses padrões, como aponta o comentário de Albuquerque Jr, quando na infância, Carlos fora “surpreendido pela sem-cerimônia de sua prima cidadina, que lhe mostra as partes pudendas completamente nuas e lhe beija e abraça, lhe fazendo fugir e se sentir culpado” (ALBUQUERQUE JR, 1999, 121).

O narrador cresceu ouvindo seus parentes e os/as criados/as descreveram Clarisse também a partir do tom que sua voz aprendera no internato, “um tom de voz de quem pedisse um favor, mansa e terna”. Isso é um indicativo do quanto a disciplina dos lábios, por assim dizer, era estimada e esperada em uma mulher. E, da experiência com a mãe o narrador destaca, “a surdina daquela voz” que o fazia tranquilamente adormecer (2016, p. 28). Uma mulher demasiadamente idealizada pelo imaginário masculino do narrador adulto, como ele próprio confessa,

Horas inteiras eu fico a pintar o retrato dessa mãe angélica, com as cores que tiro da imaginação, e vejo-a assim, ainda tomando conta de mim, dando-me banhos e me vestindo. A minha memória ainda guarda detalhes bem vivos que o tempo não conseguiu destruir. (REGO, 2016, p. 28)

O narrador personagem consolava-se da ausência materna – e, por que não dizer, paterna também – nessa amálgama de recordação e imaginação, separadas por uma linha esfumada e tênue. Outros silêncios, no entanto, faziam parte da formação de uma menina filha de senhor de engenho. Às filhas, netas e sobrinhas da casa-grande não eram permitidas as palavras do sexo e do prazer. Desse modo, era fomentado todo um desconhecimento das mulheres em relação a seus próprios corpos. E, “quando sabem de alguma coisa é através do cochicho de suas amigas, das negras da cozinha ou dos conselhos pré-nupciais de suas mães” (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 121).

No contexto citadino, a ciência preocupava-se sensivelmente com as relações sexuais e, sobretudo, com o prazer feminino ditando, em seus manuais, as normas necessárias para a assepsia do coito, a preservação da saúde, e a reprodução. O prazer feminino deveria ser controlado pelos maridos e por elas próprias, pois não era honroso que uma mulher se entregasse ao orgasmo. A prática sexual entre maridos e esposas, deveria objetivar a produção de filhos pelo casal, e não a intimidade e o prazer.

A historiadora Mary Del Priore explica que a partir de meados do século XIX médicos franceses estudando os processos da ovulação feminina concluíram que o orgasmo nas mulheres não era necessário para a reprodução, ao passo que nos homens, a ejaculação era imprescindível. Com isso, a ciência descartou o prazer feminino no ato sexual e, desse modo, “Por décadas, os homens puderam esquecer as reações de suas parceiras. A necessidade de prazer lhes era oficialmente negada” (DEL PRIORE, 2014, p. 81).

A medicina era responsável por explicar as orientações necessárias a produção de filhos saudáveis, “porque em épocas de darwinismo social e higienismo, o terror inspirado pela degenerência da prole era imenso” (2014, p. 82). Todo esse postulado científico voltado ao sexo e a reprodução, iniciado nos centros acadêmicos das cidades europeias, encontrou espaço também no Brasil nas faculdades de medicina no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Somando-se ao discurso da ciência, encontramos o discurso religioso da igreja, que transformou o sexo e o prazer em uma questão moral de primeira necessidade, sobretudo para as mulheres, que deveriam manterem-se pudicas e virgens até o casamento. Mas, a castidade precisava também ser buscada no casamento numa vida sexual módica e disciplinada entre o casal. Dessa forma, como explica Del Priore, “O culto da pureza que idealizava as mulheres reforçava a distância entre os casais. Assim sendo, os homens não procuravam ter prazer com a mãe dos próprios filhos” (2014, p. 82).

O sexo a partir das núpcias em diante tornava-se para as mulheres um ato sacrificial em favor da criação de sua família e perpetuação da descendência patrilinear. Submetidas a todas essas restrições, as mulheres aprendiam a jamais falar sobre sexo, e até desejar-lo poderia ser visto como um pecado mortal, sendo também totalmente desencorajadas a conhecerem seus próprios corpos. A masturbação era proibida aos homens pelos discursos da ciência e da fé católica, bem como a homossexualidade. Para as mulheres tais práticas eram ainda mais impensáveis. De acordo com Mary Del Priore,

A tradição religiosa acentuava a divisão de papéis. Para a Igreja, o marido tinha necessidades sexuais e a mulher tinha que se submeter ao papel de reprodutora. Ideais eram os casais que se inspirassem em Maria e José, vivendo na maior castidade. Uma vez realizada a concepção, a continência mútua era desejável. É muito provável que as mulheres não tivessem nenhuma educação sexual, educação que era

substituída pela exortação à castidade, à piedade e à autorrepressão. (DEL PRIORE, 2014, p. 83)

Essa visão religiosa moralizante parece estar implicada na escrita do narrador personagem na medida em que ele constrói seu próprio discurso sobre as experiências sexuais que vivenciou, bem como das práticas dos homens e mulheres no engenho. Os meninos aprendiam sobre sexo livremente, e a masturbação não era um pecado que maculasse as consciências masculinas naquele contexto de normais sexuais tão frouxas se comparadas às restrições impostas pela ciência e pela Igreja.

É somente quando está diante de símbolos religiosos como crucifixos ou retratos de santos da Igreja, que Carlos se sente incomodado, como que praticando uma impureza aos olhos sagrados de Deus. No internato, quando começou a conhecer melhor as doutrinas do catolicismo, o menino passa a conviver com seus desejos e pensamentos como um culpado. Em seu tempo de interno em Itabaiana, Carlos e seus colegas eram levados à missas semanalmente, e assistiam encenações da vida e morte de Jesus.

A jovem consciência do menino saído do mundo do engenho, onde vivera com tanta liberdade as suas experiências sexuais, agora encontrava o impeditivo da culpa, passando a ver sob uma ótica negativa todos esses desfrutes do corpo. E, desse modo, a subjetividade masculina de Carlos absorvia os códigos morais citadinos, e o que antes, para o garoto, era obra da natureza, agora passava a ser visto como obra do diabo e do pecado, incidindo e sacudindo sua carne juvenil, roubando-lhes as forças. É com essa perspectiva negativa que o narrador descreve a sua condição no momento em que deixava o engenho para ir ao internato,

Eu não sabia de nada. Levava para o colégio um corpo sacudido pelas paixões de homem feito e uma alma mais velha do que o meu corpo. Aquele Sérgio, de Raul Pompeia, entrava no internato de cabelos grandes e com uma alma de anjo cheirando a virgindade. Eu não: era sabendo de tudo, era adiantado nos anos, que ia atravessar as portas do meu colégio. Menino perdido, menino de engenho. (REGO, 2016, p. 141)

Na sociedade de engenho Carlos aprendeu que o sexo com uma mulher era o rito de passagem da condição existencial de menino para homem, o que ocorreu com ele nos braços de Zefa Cajá, uma mulher negra que vivia nas terras do seu avô. O menino contraiu doença venérea, vindo a se tornar rapidamente uma notícia no engenho,

despertando a reprovação de uns e sendo motivo de chocarrice entre os homens do eito. A família acreditava que indo para o colégio o menino seria amansado, e o narrador adulto e cidadão, sob uma percepção negativa, descreve o dia em que fora levado ao internato.

Em mim havia muita coisa precisando de freios e de chibata. As negras diziam que eu tinha o mal dentro. A tia Sinhazinha falava dos meus atrasos. Os homens riam-se das intemperanças dos meus 12 anos. – Menino safado, menino atrasado, menino vadio! (...) E nada sabia de Deus por dentro de mim. Era indiferente aos castigos do céu. Os lobisomens faziam-me mais medo. A minha religião não conhecia os pecados e as penitências. O pavor do inferno, eu confundia com os castigos dos contos de Trancoso. Tudo entrava por uma perna de pinto e saía por uma perna de pato. Ia para a cama sem um pelo-sinal e acordava se, uma ave-maria. O meu são Luíz Gonzaga devia olhar com nojo para o seu irmão afundado na lama. Agora o colégio iria me consertar o dismantelo desta alma descida demais para a terra. Iam podar os galhos de uma árvore, para que os seus brotos crescessem para cima. (REGO, 2016, p. 138)

Esse momento de sua vida foi marcante para o narrador não somente em razão de suas condições enquanto um menino que perdera a virgindade e contraíra uma doença, mas também porque foi por essa época, quando completara doze anos que se sentira outra vez o amargo de ser órfão de mãe. Pois, tia Maria casou-se indo morar nas propriedades do marido. Ela se colocou na vida de Carlinhos como uma segunda mãe, afetuosa e disposta a cuidar dele. Quando sentia medo ou nas noites agoniadas sufocado pelo puxado, tia Maria era o seu alento.

A primeira lição que lhe ensinara, todavia, foi um marcador importante de como as subjetividades masculinas eram formadas naquele contexto. Em suas primeiras horas no engenho, ainda abalado com a morte da mãe e com a mudança de lar, o menino de apenas quatro anos estava em prantos. Ouvia por toda parte as criadas e familiares o identificarem com os aspectos físicos da sua mãe, tocando a ferida da ausência materna. Ao choro convulso do garoto, tia Maria buscava consolá-lo, “Agora vou ser sua mãe. Você vai gostar de mim. Vamos, não chore. Seja homem” (REGO, 2016, p. 31).

Oito anos mais tarde, tia Maria se casa e poucos dias depois Carlos vai morar em Itabaiana. O narrador parece ter feito das perdas e partidas da infância, marcadores estruturais da sua escrita em *Menino de engenho*, pois todos os relatos de sua infância, nas terras do avô, que escolheu descrever ocorrem entre a morte da mãe seguida da

partida para o engenho, e o casamento de tia Maria e a partida para o internato onde outras situações incidiram na sua formação.

É no internato que Carlos conhece Maria Luísa e Paula, duas meninas personagens retratadas de maneiras muito diferentes. A primeira foi o objeto do encantamento apaixonado e romântico de Carlos, que nunca a tocara e a idealizava em descrições angelicais. Há uma comparação que é feita pelo narrador personagem entre a relação do menino com Maria Clara – sua primeira paixão na época do engenho – e Maria Luzia,

Maria Clara, ainda a beijara debaixo dos cajueiros cheirosos do engenho. Um beijo só, que me deixou o coração batendo. Conversava com ela nos nossos passeios, sentia que havia carne morena na minha prima. Com Maria Luísa tudo era bem diferente. Nunca lhe dissera uma palavra, nunca a ouvira chamar pelo meu nome. Amor de anjo, se os anjos amassem. (REGO, 2018, p. 59).

O linguajar religioso é usado pelo narrador para designar virtudes à Maria Luísa, como numa idealização de sua virgindade, pois a pureza dela repousa sobre o fato de não ter sido tocada. Mas, esse amor angelical ainda conheceria os ódios do ciúme de Carlos, e às disputas com os colegas pela atenção da amada. Mas, foi nos braços de Paula, uma jovem negra que trabalhava na cozinha do internato, que o neto de José Paulino, sucumbiu aos desejos de seu corpo.

A imagem do fogo do inferno que aprendera a temer nos sermões do padre, e ainda a experiência constrangedora de confessar seus atos diante do vigário, que descreve como “a maior vergonha da minha vida, quando os seus olhos claros, tão puros, me olharam, ali coberto de chagas” (REGO, 2018, p. 73), foram suficientes para convencer o menino a resistir a voz de Paula à porta do banheiro, “Abra, Carlos. Sou eu, abra” (2018, p. 91).

A cena com Paula é mais uma vez significada em termos de uma compreensão religiosa castradora dos desejos sexuais, que já perpassava a sensibilidade do rapaz. Para Carlos, “o diabo me visitou ali em carne e osso” (2018, p. 91). A culpa vinha à consciência quando Carlos imaginava os olhos divinos como expectadores de seus encontros fortuitos com Paula no banheiro durante os dias em que o calendário das liturgias da Igreja denominava Semana Santa. A despeito disso, sentia-se cada vez mais homem, como aprendera no engenho, “E o amor ficava me ensinando a crescer, a ficar

homem de verdade” (2018, p. 91). Da perspectiva do narrador, essas vivências afetivas e sexuais experienciadas no internato eram como forças do mal a dominá-lo naquela época.

A negra Paula tinha o mal dentro. Uma, duas, três vezes, e levava para fora deste mundo, nos arrancos de sua vigorosa animalidade. Depois eu pegava a pensar que diria Deus de tanto pecado. Luísa, Zefa Cajá, negra Paula, o diabo deu a vocês três uns poderes a que eu não sabia resistir. O mundo aonde vocês me levavam era um canto bem diferente da terra das minhas mágoas e dos meus desconsolos. Mas é que essas viagens perigosas deixavam-me o corpo mole, como se tivesse andado caminhada de léguas. Um corpo lasso de velho e as mãos tremendo. E ainda afundado na minha melancolia. Negras que me ensinaram a amar, bem cedo vocês me instruíram no que havia de precário e de amargo no amor. (REGO, 2018, p. 92)

Esse é o único momento da narrativa em que o narrador se dirige diretamente às mulheres como leitoras do seu relato. É um fluxo de pensamento interrompendo a descrição, em que ele imagina, diante de si, essas mulheres que lhe marcaram permanentemente a sensibilidade. Ao que parece, no imaginário masculino do narrador, os homens são vitimados pela sedução feminina, da qual não conseguem escapar, e desse modo, justifica suas práticas sexuais responsabilizando as mulheres. Assim, alivia-se os desejos, mas também a consciência culposa.

Na medida em que o narrador escreve a mulher como símbolo do poder do diabo, portadora do mal, escreve a si mesmo como um agente passivo, um refém do outro e de si mesmo, que a ação disciplinadora da Igreja e da escola falharam em consertar. Essa visão do feminino está presente na literatura mítica e, a partir desta, no imaginário masculino, desde tempos anteriores à Era Comum, quando os homens começaram a explicar a origem do mal no mundo a partir da ação feminina. A esse respeito a historiadora da filosofia Marilena Chauí, observa que,

A identificação entre a mulher e o mal levou a Igreja dos primeiros tempos a identificar mulher e sexo, palavra usada apenas para se referir ao feminino. As mulheres, sem exceção, são mal maléfico por serem naturalmente crédulas, faladeiras, coléricas, vingativas, de vontade e memória fracas, lascivas e insaciáveis, capazes de todas as torpezas sexuais. (CHAUÍ, 2020, p. 12).

No cristianismo o apelo à castidade, sobretudo das mulheres remonta às cartas apostólicas de Paulo, que serviram de esteio para toda uma produção por parte dos seus discípulos a respeito do sexo e do casamento. O historiador Ronaldo Vainfas (1986) explica que o desejo masculino era pouco discutido nos textos dos religiosos cristãos, no entanto, a virgindade das mulheres era um tema recorrente, chegando-se mesmo a pensar o casamento como um recurso para aquelas que não conseguiam manter-se em estado de celibato. Mas, em geral seguiam a tendência de minimizar o desejo feminino.

A partir dessas práticas discursivas elaboradas principalmente a partir do século II da Era Comum, uma imagem do ser feminino foi sendo tecida pela perspectiva masculina, em textos que eram dirigidos tanto a homens como a mulheres. Entre os séculos IV e VI finalmente o desejo masculino passou a ocupar os tratados teológicos dos pais da igreja, escritos inicialmente em grego e depois traduzidos para o latim. Esses textos tiveram importância basilar no movimento monástico no cristianismo oriental e ocidental.

Neles, os homens eram incentivados às peregrinações solitárias em desertos para escaparem aos desejos sexuais. De acordo com Vainfas (1986), pouco se falava sobre casamento nesses escritos, outrossim, destacavam como eram imensas as dificuldades em controlar o apetite sexual dos homens. Nessa empreitada pela busca da castidade eles se submetiam a uma vida acética e solitária, na qual as mulheres eram tidas como o instrumento do diabo para a corrupção dos homens no mundo. A experiência de abstinência e reclusão foi muitas vezes descrita por esses homens, conhecidos na história do cristianismo como pais do deserto³⁸. Vainfas recupera alguns desses exemplos e explica,

Um monge grita, numa crise descontrolada, que somente dez mulheres satisfariam os seus desejos. Outro solitário não parava de se lembrar de uma jovem etíope que vira na juventude. Há textos que falam de viúvos ou homens que deixaram suas esposas, uns e outros não conseguindo afastar a lembrança de suas mulheres. Na vida de Antônio, essa multidão de rostos e corpos femininos, que assaltava a imaginação dos monges, é associada ao demônio. Era outra a imagem da mulher emergente desses escritos: a diabolizada, carnal, que devia ser execrada do espírito. A única imagem que reabilitava a mulher era, como vimos, a da virgem, a da mulher sem sexo. Mas esta não interessava a esses relatos, empenhados em pintar a mulher

³⁸ Sobre os pais do deserto na tradição cristã cf. BARBOSA, Ricardo. O lugar do deserto na conversão do coração. In: BARBOSA, Ricardo. O caminho do coração: o sentido da espiritualidade cristã. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2017. Cf. também GONZÁLES, Justo. História ilustrada do cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados. Vol.1. São Paulo: Vida Nova, 2011.

ameaçadora, máscara demoníaca. Recordações a perturbar as orações diárias, sonhos a despertar o repouso noturno, tudo isto pontilhava a narrativa solitária. (VAINFAS, 1986. p. 16)

A partir daí percebemos que a associação da mulher à figura do mal não é uma ideia criada por Carlos de Melo, mas faz parte de um imaginário construído pela igreja ao longo de séculos em sua tradição histórica com implicações culturais. E, que foi sendo introjetado na subjetividade no narrador personagem no período em que este viveu no internato Nossa Senhora do Carmo em Itabaiana. Na infância vivida no engenho, o personagem desconhecia esses códigos sexuais rígidos, mas no colégio os assimilou. Em Banguê, entretanto, o narrador deixa claro que não acredita mais na religião de seus avós, e reproduz as práticas comuns aos senhores de engenho que conheceu quando menino.

O narrador personagem começa seu relato no último romance que constitui sua trilogia autobiográfica, estabelecendo distâncias entre ele e o mundo do engenho. Carlos não é mais o mesmo, e aquela espacialidade rural também não. O avô estava mais velho e fraco, e a casa-grande mais vazia, e a esperança do senhor de engenho era que seu neto viesse a administrar os banguês em seu lugar. Entretanto, Carlos esteve distante daquelas paragens por dez anos. Saíra menino e voltara um homem feito. Foi o que buscamos analisar nesse capítulo, a trajetória de formação da subjetividade masculina do narrador personagem, bem como as mudanças pelas quais esse sujeito transitou no seu percurso de menino a homem.

CAPÍTULO 3

A ESCRITA DO TEMPO E A ESCRITA DA MEMÓRIA: JOSÉ LINS E A INVENÇÃO DE UM PASSADO

A escrita de um romance carrega consigo uma teia de influências e experiências que são mobilizadas pela criatividade e técnica do seu autor. Como vimos até aqui, os romances produzidos por José Lins do Rego comunicam, através de seus elementos estruturantes, a mentalidade e visão de mundo comum a uma gama de indivíduos que, a despeito de suas particularidades, compartilhavam os mesmos espaços sociais e a mesma época, o cenário nordestino da década de 1930.

Transformações vinham em curso desde a segunda metade do século XIX no Brasil, em razão da influência de ideias políticas e econômicas trazidas ao país por uma elite letrada em contato com as ideologias modernizantes do velho continente. Assim, sob ideais legados pela Revolução Francesa (1779) e pela Revolução Norte Americana (1776), o Brasil foi se inserindo no espírito da Belle Époque. Mas, não apenas por isso, pois havia também, por parte de diferentes grupos no país, o anseio por mudanças na ordem social.

Dessa forma, em meio a diversas tensões e disputas entre liberais e conservadores, o Brasil se tornou republicano e, finalmente, também aboliu a escravidão, o que contribuiu para a aceleração da urbanização das principais cidades do país, assim como, da industrialização no meio urbano e rural. Entretanto, essas mudanças não se restringiram aos aspectos econômicos e políticos unicamente, a produção cultural vivenciou os efeitos desse cenário, e exprimiu em suas formas e conteúdos as perspectivas dos indivíduos.

Os anos 1920 representaram um marco na influência dos novos tempos na classe artística brasileira, com a Semana da Arte Moderna promovida pela elite paulista, inaugurando no país as tendências artísticas vanguardistas oriundas da Europa. Anatol Rosenfeld, estudioso alemão radicado no Brasil no período da Segunda Guerra, argumenta que, “Em cada fase histórica existe certo *Zeitgeist*, um espírito unificador que se comunica a todas as manifestações de culturas em contato, naturalmente com variações nacionais” (1996, p. 75)³⁹.

³⁹ Quando se refere à cultura, Anatol tem em mente o mundo ocidental, e apesar de considerar que existem muitas especificidades entre as diferentes nações que estão debaixo desse conceito guarda-chuva, ele compreende que há tendências que estão presentes em todas as manifestações culturais, produzindo

O *Zeitgeist* da modernidade já vinha alcançando as produções artísticas no Brasil, e afetado as discussões acaloradas a respeito da identidade cultural brasileira. Enquanto os modernistas de São Paulo defendiam as novas invenções como caminho para o progresso nacional, o movimento regionalista encabeçado por Gilberto Freyre se voltava ao apego às tradições e a valorização das regiões como meio para a unificação e fortalecimento da identidade nacional. Como aponta Chaguri, “Freyre elege o passado como o elemento autenticamente brasileiro, convertendo, por essa via, o passado em um presente contínuo” (2009, p. 41).

O Regionalismo nordestino, portanto, se opunha ao governo republicano e minimizava os efeitos da abolição na conjuntura nacional, defendendo as tradições legadas pela velha estrutura de mando patriarcal baseada na propriedade agrária monocultora e no trabalho escravo. Nesse sentido, este movimento assume um ideário político partidário da Monarquia e, uma defesa dos interesses econômicos dos senhores de engenho do Nordeste. Mas, se destacou muito mais como um movimento cultural, que consolidou na produção romanesca dos anos 1930 sua defesa da região e da tradição.

Conforme D’Andrea, “A única maneira de evitar a morte do mundo patriarcal é redescobri-lo e desdobrá-lo em narrativas reiteráveis” (2010, p. 89). É por uma escrita literária memorialística que o Regionalismo nordestino realiza, no campo das letras, o seu ideário. E, um dos literatos que mais imprimiu o tradicionalismo concebido por Freyre em seus romances foi José Lins do Rego. O escritor paraibano chegou a afirmar que, a partir de sua amizade com Freyre, “Começava assim para mim o mundo das ideias, o mundo das artes” (REGO, 1941, p. 10).

É nesse mesmo texto de Lins, um prefácio elaborado para o livro *Região e Tradição* – em que Freyre defende as principais ideias sobre o regionalismo e as tradições nordestinas – que o escritor também afirma, quase em tom de confissão, “Posso dizer sem medo que a ele devo os meus romances” (1941, p. 18). O título do tal prefácio é “Notas sobre Gilberto Freyre”, e nele podemos notar, pela ênfase dada, que um dos aspectos das produções do amigo que mais encantava José Lins era, “Todo o seu esforço de compreender e de sentir a sua gente e a sua terra. Uma prosa que era ao

certa unidade entre campos autônomos entre si, como a filosofia, as artes e as ciências. É a essa unidade que impregna essas áreas, em cada período histórico, que o autor denomina *espírito* de uma época. Cf. ROSENFELD, Anatol. *Reflexões sobre o romance moderno*. In: ROSENFELD, Anatol. *Texto/Contexto I*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

mesmo tempo do falar natural e simples e de uma força lírica de grande poema” (1941, p. 9).

Fora na convivência entre eles, dois netos de senhores de engenhos, que o regionalismo tradicionalista começou para Lins como uma experiência dos sentidos antes mesmo de se tornar um projeto literário. Assim ele mesmo descreve, “Fomos juntos a Igarassu numa bela manhã, com os cajueiros da estrada cheirando (...). Fui vendo que havia o Brasil, que havia uma grandeza brasileira, com raízes sólidas, plantada pelo lusitano que tanto se desprezava” (1941, pp. 10,11). O autor descreve essas vivências de contatos e trocas de ideias com Freyre com um linguajar que nos recorda seus próprios romances.

A linguagem simples e ao mesmo tempo poética para se aproximar do povo da sua terra, também foi empregada por José Lins em seus romances, como parte de uma estratégia discursiva que objetivava a difusão de uma mentalidade regionalista, que pressupunha a possibilidade de exprimir com exatidão uma “realidade” passada, um tempo vivido, mas que já estava morto. O regionalismo produziu na literatura dos anos 1930 uma nova forma de realismo literário, conforme explica Bueno (2006, p. 155), e que José Lins desenvolveu no modo como mobilizou os elementos constitutivos dos seus romances – em destaque especial para a trilogia de Carlos de Melo, que analisamos.

De acordo com Bueno (2006, pp. 155-157)⁴⁰, José Lins substituiu o tom de uma descrição meramente de observação distante de uma paisagem, comum no realismo empregado pelos romancistas do século XVIII e XIX, pela elaboração de uma voz narrativa em primeira pessoa. Carlos de Melo foi criado para ser um narrador personagem, fazendo a descrição passar da mera observação para uma narrativa semelhante a um depoimento, visto que Carlos narra suas experiências de vida. O narrador, nesse caso, não apenas viu os acontecimentos, como também participou ativamente do passado narrado por ele.

Assim, uma outra forma de realismo é inaugurada pela *Geração de 30*, que **não** reproduz na arte literária o *Zeitgeist* moderno que, de acordo com Rosenfeld (1996, p. 84), se manifestou nos romances a partir dos séculos XIX, pela ênfase exacerbada no mundo interior das personagens, deformando as formas de tempo e espaço, que

⁴⁰ Bueno também destaca outros aspectos do realismo reinventado pela Geração de 30 como, o uso de uma linguagem culta, mas que se aproxima da fala; o narrador que se mistura às personagens pobres; e, o foco na memória na estruturação narrativa. Cf. BUENO, Luís. Uma história do romance de 30. São Paulo: Edusp/ Editora Unicamp, 2006.

passaram a ser denunciadas como percepções subjetivas. Nessa forma de romance, o tempo cronológico deu lugar à concepção de tempo psicológico, e as personagens passaram a ser apresentadas na narrativa a partir da focalização de aspectos de sua personalidade fictícia, perdendo-se, desse modo, a perspectiva do todo pela fragmentação das partes.

José Lins fez a partir da elaboração de Carlos de Melo como narrador personagem, romances intimistas, psicológicos, lançando mão do recurso estilístico conhecido como fluxo de consciência, em que a voz do narrador é interrompida, momentaneamente, pelo pensamento da personagem. Mas, ainda assim, a voz narrativa de Carlos de Melo se concentra no mundo exterior do engenho, a partir da qual o leitor encontra um depoimento do espaço agrário, bem como dos modos como se travavam as relações sociais. De acordo com Olívio Montenegro, escritor e amigo de José Lins,

Em quase todos os romances de José Lins do Rego, é a vida física o que mais atrai. Do homem e da natureza. É o que no homem está mais à flor dos seus sentidos e o que na natureza está mais à flor da terra. A sua introspecção não vai além de uma curiosidade mais ardente das formas menos impalpáveis e obscuras da consciência. (MONTENEGRO, 1953, p. 27)

O tempo era contado cronologicamente a partir dos períodos da vida do narrador, e pelo contraste entre os fatos passados e o presente da escrita desses fatos. Dessa forma, José Lins trabalhou a relação passado e presente na trilogia de Carlos de Melo por meio da posição do seu narrador dentro do enredo. Carlinhos, Doidinho e Carlos de Melo são o mesmo *ser fictício*, mas em estágios diferentes da vida, e que expressam perspectivas distintas do mundo. O narrador procura equacionar a visão do Carlinhos que pensava que a degradação em que viviam os trabalhadores do engenho era uma determinação divina, com a percepção que Carlos de Melo – narrador – tem no presente, como momentos que compuseram sua formação.

Por meio dessa elaboração da estrutura narrativa, em que a visão do menino no passado é distinta da visão do narrador no presente, que José Lins estabelece a distância temporal entre passado e presente e, insere a memória na estrutura desses romances, como um fio que conecta e estabelece a continuidade dessa personagem, impedindo a fragmentação da sua personalidade ao longo dos três romances que ele protagoniza. Pois, como explica Rosenfeld,

Sabemos que o homem não vive apenas “no” tempo, mas que é tempo, tempo não-cronológico. A nossa consciência não passa por uma sucessão de momentos neutros, como o ponteiro de um relógio, mas cada momento contém todos os momentos anteriores. Em cada instante, a nossa consciência é uma totalidade que engloba, como atualidade presente, o passado e, além disso, o futuro, como um horizonte de possibilidades e expectativas. (ROSENFELD, 1996, p. 82)

Uma relação de causalidade, portanto, está pressuposta na maneira como o autor dispôs os eventos da vida de Carlos de Melo, e na capacidade deste de rememorar o passado enquanto narra. E, é esta capacidade de se lembrar do que aconteceu e, descrever, sob determinada perspectiva, encadeando uma gama de situações a partir de um determinado sentido⁴¹, que confere verossimilhança a este *ser fictício*.

É importante evitar confundir os diferentes estágios da vida dessa personagem, bem como confundir autor e narrador, criador e criatura. Muito embora, a crítica já tenha, enfaticamente, apontado aspectos de aproximação entre Carlos de Melo e José Lins do Rego⁴², “a aceitação da verdade da personagem por parte do leitor”, depende dos traços de sua composição, como explica Antônio Cândido,

A personagem é um ser fictício, - expressão que soa como paradoxo. De fato, como pode uma ficção *ser*? Como pode existir o que não existe? No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste. (CÂNDIDO, 1941, p. 55)

Além da evidente relação autor e criação literária, em que mais estaria a relação entre José Lins e Carlos de Melo? A partir do que já foi apontado nessa pesquisa, entendemos que, na composição dos elementos da trilogia de Carlos de Melo, José Lins

⁴¹ De acordo com Walter Benjamin (1985, p. 198), “narrar é a faculdade de intercambiar experiências”. Cf. BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*, v. 1. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁴² Olívio Montenegro, amigo de José Lins, comentou a relação entre o paraibano e seus romances, “Dos seis romances de José Lins do Rego até agora publicados, os mais intensos são os de sentido biográfico, aqueles romances em que o autor parece refletir-se no personagem principal que é Carlos de Melo”. REGO, José Lins. *Banguê*. [4ª edição]. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

teria exprimido uma ordem fictícia ao processo histórico que levou à derrocada da estrutura de mando patriarcal dos engenhos nordestinos. Dito de outra maneira, a ideia de que a unidade e valorização da região são alcançadas pela manutenção de suas tradições, é comunicada pelo autor nos traços que organizam esses romances.

Dessa forma, o autor, a partir das questões e ideias regionalistas do seu presente, os anos iniciais da década de 1930, conferiu um sentido para o passado. José Lins, assim como outros escritores da Geração de 30⁴³, trabalharam a partir do realismo, a fim de decalcar em seus romances o passado, um processo histórico, a história de sua terra e de sua gente. No livro *Poesia e Vida*, publicado em 1945, o escritor paraibano afirmou,

Entrego à Editora Universal um livro de ensaios que chamei de “Poesia e Vida”. Mais uma vez ponho, com base e núcleo de todas as minhas cogitações de ordem estética e de ordem moral as substâncias que se concentram na vida de todos os dias. Nada me arreda de ligar a arte à realidade, e de arrancar das entranhas da terra a seiva de meus romances ou de minhas ideias. Gosto que me chamem de telúrico e muito me alegra que descubram em todas as minhas atividades literárias forças que dizem de puro instinto. A única poesia é a que se finca assim na terra, que se alimenta de nossa própria carne e do nosso próprio sangue. Esta poesia é eterna. A outra pode estar no metro, no rigor da forma, mas será devorada pelo tempo como matéria que se decompõe. (REGO, 1945, p. 5)

Era para contar o passado que José Lins começou a compor seus romances. Portanto, seguindo em nossa análise das práticas de ser homem na sociedade de engenho nos primeiros anos do século XX, buscaremos observar a masculinidade de Carlos de Melo na perspectiva de um passado decadente, tal como o autor fixou nas páginas do livro que encerrou esse conjunto de romances, produzidos entre 1932 e 1934, que estamos denominando *trilogia de Carlos de Melo*. Trata-se de verificar como o autor articulou conceitos de tempo, memória e masculinidade na elaboração de um passado que se coadunasse com o ideário regionalista e tradicionalista em vigor no momento de sua escrita.

3.1 Entre Carlos e o avô: uma questão de continuidade

⁴³ Jorge Amado escreveu a seguinte nota sobre seu romance *Cacau*, publicado em 1934, “Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia.” Cf. AMADO, Jorge. *Cacau*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ariel, 1934.

Quando Carlos de Melo deixou o engenho pela primeira vez – experiência narrada ao final de *Menino de engenho* – o mundo que ficou para trás era muito diferente deste que ele reencontrou ao voltar dos anos de estudo no Recife. Ele também não era mais o mesmo menino que olhava deslumbrado para as terras do avô, aquele mundo bucólico de matas, de plantações de cana-de-açúcar acamando pela várzea, do rio Paraíba, e de moradores felizes e satisfeitos a despeito de uma condição de vida mergulhada na miséria do empobrecimento.

Ele encontrou um engenho que já estava ameaçado havia tempos pelo crescimento das usinas, e por novas configurações nas relações de trabalho que em muito diferiam daquela ainda praticada nas terras do seu avô, bem como de outros senhores de engenho da região. O autor do texto também não está exatamente igual como o conhecemos em suas estratégias estilísticas no seu primeiro livro, *Menino de engenho*. Entre 1932 e 1934 poucos anos se passaram, mas o cenário da vida de José Lins havia mudado. Após o grande sucesso de seus primeiros romances, ele se tornou um escritor conhecido fora do Nordeste, chegando a trocar de editora.

Foi a partir da primeira edição de Banguê que José Lins passou a ter seus escritos publicados pela recente editora José Olympio, que se lançou, inicialmente, no mercado editorial da década de 1930, com a publicação dos romances do escritor paraibano. Quando lemos Banguê identificamos, rapidamente, que o livro foi escrito numa sequência narrativa dividida em três partes, o que, para Bueno (2006), já é um indicativo das influências editoriais que o autor vinha recebendo em seus contatos com José Olympio e, com os críticos que liam seus livros.

Há um refinamento também quanto à maneira como o narrador exprime as condições em que viviam os homens, mulheres e crianças que não pertenciam à casa-grande. Carlos de Melo está adulto, formado em Direito, viveu um período no ambiente agitado da capital pernambucana. Conheceu outros senhores mais poderosos que o seu avô, e outras mulheres que não aquelas meninas negras, filhas e netas da última geração de pessoas escravizadas no Brasil.

Meninas que o tornaram homem pelo sexo, o ritual de passagem da infância para a vida adulta, conforme a mentalidade masculina desde a época colonial. Carlos viveu como outros meninos da casa-grande que iniciavam, “sua vida sexual em tenra idade, fazendo dela sua passagem ao mundo adulto. Assim, o menino passava a homem”. (SCHNOOR, 2013, p. 85).

O ambiente citadino teve um papel relevante na formação da sua subjetividade, como ele mesmo começou afirmando, “Tornara-me homem feito entre gente estranha” (1956, p. 11). De modo que, ao retornar, parecia não estar mais acostumado aquela vida interiorana e, tal qual um estranho em terra alheia, “Precisava olhar o Santa Rosa, entrar na intimidade do meu antigo mundo” (1956, p. 11). Havia a necessidade de reconectar sua sensibilidade para sentir-se pertencente à terra novamente.

De imediato, Carlos notou diferenças também no avô, “Ouvia o velho José Paulino tossindo. Já andava mais curvo, o seu grito de mando não ia tão longe” (1956, p. 11). Fragilizado, o senhor de engenho não se movia, e apesar do silêncio da casa-grande, a propriedade continuava a produzir suas safras, comunicando a imagem de que nada havia alterado a força do engenho, mas, este precisava de uma nova voz de autoridade que mantivesse a ordem das coisas. No final das contas, o que mantinha a ordem na sociedade de engenho era a figura sólida do seu déspota.

Com a chegada de Carlos e o envelhecimento de José Paulino coincidindo, a temática de abertura de *Banguê* é a questão da sucessão. Havia uma expectativa sobre o rapaz, “Vamos ver para que dá o senhor”, dizia o velho. Era uma questão de dar continuidade à tradição que sustentava aquela sociedade, e de apegar-se a uma existência em que, o trabalho de comandar as terras, que eram suas, ocupasse todo o seu tempo. Assim, na descrição do narrador, vai despontando a ideia de que, a fissura capaz de fazer o engenho ruir estaria concentrada menos nas tensões e contradições daquela sociedade, que na crise sucessória.

De acordo com Priore, “A partir do século XVII, a masculinidade passava mais claramente pelo exercício do mando: aprendia-se desde cedo a se fazer obedecer e a exercê-lo sobre os escravos e cabras” (2013, p. 86). Nos passeios que fez com o avô na infância, Carlos testemunhava a autoridade do avô sendo exercida na prática. A imagem do senhor de engenho percorrendo suas propriedades, descompondo-se em gritos com os trabalhadores do eito, ouvindo as queixas e pedidos dos seus moradores, é recorrente na memória do rapaz.

E, dessas cenas na recordação de Carlos, o autor incute na narrativa a função do senhor de engenho como sustentáculo de uma estrutura social, de uma tradição que remonta ao Brasil colonial, de um tempo morto. Pois, “Tudo no engenho dependia dele. Sabia encontrar jeito para as dificuldades. Era o chefe no grande sentido” (1956, p. 15), e, em outra parte diz, “Não fora o engenho que fizeram grande o meu avô. Ele é que fizera o engenho grande” (1956, p. 24).

Como dito anteriormente, para o movimento regionalista há uma relação entre região e tradição, visto que é a tradição que garante a unidade da região. A postura apática da personagem, que mantendo-se no seu quarto, se nega a ocupar a posição de senhorio naquela ordem, demonstrava um evidente descompasso dele com a tradição de seus antepassados, que ele próprio tanto admirava, como o narrador mesmo evidencia, “Viam-se esses homens toscos como verdadeiros aristocratas, comendo com facas de prata e andando de carruagem. A tradição dessa vida me enchia de orgulho de ter saído de tal gente” (1956, p. 12).

Fora da ficção o *espírito* da modernidade ameaçava os valores tradicionais, como Freyre e José Lins concebiam, e nesse contexto, Carlos foi constituído pelo autor como um homem inseguro, temeroso, que assistiu inerte a decadência de seu avô, e em seguida o malogro do engenho como um fracasso pessoal, consequência de sua incapacidade de ser um continuador. A decadência, portanto, é o elemento organizador das partes e do todo da narrativa construída em Banguê.

Eis, então, o primeiro fracasso do homem Carlos de Melo, que nos é sugerido pelo autor na primeira parte do seu romance, falta-lhe um verdadeiro apego às tradições patriarcais. De acordo com Chaguri,

A decadência inscrita na experiência social das oligarquias rurais da zona canavieira nordestina pode ser tomada como o traço que organiza as práticas; as relações e as normas sociais no período que se inicia no final do século XIX e se estende até meados dos anos 1930. Trata-se de um princípio organizador sugerido na composição do todo e das partes, no modo como o romancista organiza a matéria narrada a fim de torná-la inteligível. (CHAGURI, 2009, p.89)

O narrador está fora do engenho enquanto descreve a si mesmo naquele lugar paradoxalmente familiar e estranho para ele. Desde o começo do romance o seu final está determinado, a partida definitiva de Carlos era somente uma questão de tempo, uma vez que, os momentos narrados se passam dentro de um intervalo de cinco anos, aproximadamente. Assim, José Lins elabora uma interpretação do passado oferecendo um sentido à situação da região nordeste no início dos anos 1930, quando já perdera sua preponderância econômica, no contexto nacional, para o sudeste.

Conforme a tese de Albuquerque Jr, o Nordeste é, antes de tudo, uma construção discursiva elaborada pelos regionalistas e seu principal defensor, Gilberto Freyre, habilidoso em criar imagens. O historiador buscou analisar esse conceito desde as suas

origens arqueológicas no discurso de políticos, intelectuais de diversas áreas, instituições, nas manifestações artísticas, destacando-se esse discurso nas produções dos romancistas, entre os quais José Lins se inscreve nos anos 1930. De acordo com Albuquerque Jr., os modernistas de São Paulo não desprezavam as tradições brasileiras, mas as entendiam sob uma perspectiva diversa daquela pressuposta por Freyre e José Lins, como explica,

Freyre acusa os modernistas de abandonarem a pesquisa histórica, sociológica e antropológica, de não se preocuparem com a caracterização histórico-social do país. Isso, evidentemente, não corresponde à verdade, porque, longe de terem “desprezado as tradições brasileiras”, de “terem desprezo pelas coisas do passado brasileiro, como a arte colonial”, como fala Freyre, os modernistas estiveram sempre preocupados com a questão da tradição, mas percebendo-a de forma diversa, como uma tradição ainda por ser sistematizada, uma tradição primitivista a ser reelaborada com o dado moderno e não apenas preservada como dado museológico e folclórico como queria o sociólogo pernambucano. O pensamento freyreano radica a nacionalidade na tradição e, por isso, considera o movimento modernista desnacionalizador, à medida que este não se radicaria na “tradição nacional”. (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 103)

Região e tradição, portanto, são conceitos basilares nos romances de José Lins, que nunca escondeu a influência de Freyre em sua maneira de conceber o mundo por meio da arte. Mas, assim como o modernismo pensou uma forma própria de abordar os elementos culturais tradicionais, o Regionalismo de José Lins pensou um modernismo à sua maneira, como explica Chaguri, “A modernidade nordestina não estaria em elementos como a urbanização e a industrialização, mas sim na plasticidade de suas tradições e de seus valores” (2009, p. 57).

O contraste é notório entre o neto e o avô, Carlos vendeu o engenho porque não conseguia geri-lo, enquanto que José Paulino, dispensava qualquer luxo material para a casa-grande com fito de tudo investir na acumulação de mais terras. E, nos tempos anteriores à abolição, aumentar pela compra, o contingente de escravizados sob o seu poder. Esse era o luxo dos senhores de engenho, “comprar negro, enchendo a senzala de bom material humano. O que o açúcar e o algodão lhe davam, ele empregava em estender os seus domínios”. (1956, p. 17).

Havia uma expectativa também por parte do povo que morava no engenho Santa Rosa a respeito do sucessor do velho José Paulino. No momento mais apropriado para o herdeiro confirmar o seu poder, visto que, “os ioiôs tinham que ganhar a confiança dos seus” (PRIORE, 2013, p. 93), Carlos se portava às avessas daquilo que o costume patriarcal exigia de um homem na sua posição. E, assim,

Encolhido na minha rede, deixava que o tempo corresse. Tomavam-me como um doente. Só podia ser mesmo doença aquele recolhimento de dias inteiros. Quando botava a cabeça de fora, notava que o povo baixo do engenho me olhava com surpresa. E as tardes tristonhas do Santa Rosa faziam-me doer a sensibilidade. Aquele esquisito, o mundo se fechando em escuridão e nem um ente humano em que encontrasse um pouco de simpatia e que tivesse para mim uma palavra ao menos, tudo aquilo me fazia mal. (REGO, 1956, p. 19)

A solidão permeava os sentimentos do rapaz no engenho, e uma melancolia profunda é inserida pelo autor na estrutura narrativa, indicando que o tipo de homem que Carlos havia se tornado tinha menos do rural que do urbano. Nos olhos do ioiô chegado há um ano, o passado tinha cheiro de morte, o engenho com toda a sua organização havia se tornado um ermo. E, a menção ao tempo cronológico ainda nos primeiros capítulos do livro trazem a sensação de um correr monótono da vida da personagem.

O solitário rapaz, certamente, sentia falta das noites boemias do Recife, dos anos de estudante que viveu “entre extravagâncias, mulheres insignificantes, e com este sonho de grandeza na cabeça” (1956, p. 13). Não havia nele qualquer disposição para a lida, o que denotava à sua masculinidade, naquele contexto agrário, uma imagem de fraqueza. A esse respeito, Priore explica que, “No exercício de sua masculinidade, o jovem senhor tinha de falar, transitar e impor suas ordens a todos os grupos da sociedade” (PRIORE, 2013, p. 98).

A surpresa e a estranheza dos trabalhadores ao assistirem seu senhor enredado aos cochilos sob as páginas cinzentas do jornal da Paraíba, eram esperadas. Esta cena que, ao longo do primeiro ano dele no engenho, se tornara diária aos olhos dos trabalhadores do eito e das negras que trabalhavam na cozinha, não condizia com o papel social de um patriarca, um homem destinado, pelo poder da sua origem aristocrática, a mandar, mas também a proteger. Pois, de acordo com Chaguri,

Trata-se de um universo no qual o patrão é também, e principalmente, protetor e provedor, cujas ações são realizadas sob a forma de favores sempre concedidos de modo individual e específico e cuja contrapartida básica é a gratidão. (CHAGURI, 2009, p. 146)

Assim, o foco do texto vai recaindo sobre uma descrição cotidiana da personalidade de Carlos e de suas práticas, que se relacionarão, ao final do romance, com a derrocada repentina do Santa Rosa. Ficando evidenciado em todas as partes do livro, através da apresentação de aspectos negativos constituintes da subjetividade da personagem, a decadência daquele mundo em razão do fracasso pessoal.

Conforme o sentido que José Lins deu ao passado, o desmoronamento da estrutura de mando que sustentava a sociedade de engenho, foi causada pela inaptidão dos indivíduos que não souberam preservar e continuar os valores tradicionais legados por seus antepassados. Desse modo, como aponta Chaguri, “este processo tem como efeito a perpetuação (ou a intenção de perpetuação) da ideia de uma sociedade sem conflitos ruptores” (2009, p. 17).

Tanto para Chaguri (2009) quanto para Bueno (2009), em seus respectivos trabalhos, os romances zelinianos não propõem uma representação da sociedade nordestina em suas tensões e conflitos. Ao contrário disso, para estes autores, há na obra do romancista uma tentativa de equacionar os aspectos degradantes daquela ordem social, por meio do uso de uma linguagem popular que sugere uma aproximação entre senhores e trabalhadores.

Outros aspectos que corroboram a ideia da ausência de conflitos na representação do autor sobre aquela sociedade, está na minimização do ultraje da escravidão, e pela descrição dos empobrecidos como uma massa de gente conformada, e até mesmo grata aos senhores de engenho. Outro fator seria a fixação desta ordem social no passado, quando o narrador se coloca na posição de alguém que descreve como os indivíduos da casa grande pensavam nesse período remoto. Assim, Bueno argumenta,

O que o adulto vê, no presente, e caracteriza sem subterfúgios como uma vida degradada, o menino não via. Ora, isso isenta o menino – já que fazer algo sem saber que se trata de pecado não é pecar -, e isenta com ele todo o passado. Não há, portanto, motivos para escamotear esses aspectos degradantes: fazendo parte da ordem natural das coisas, eles perdem qualquer carga negativa e conferem ao discurso do narrador uma sinceridade e uma abertura que lhe garantem a simpatia do leitor. Noutras palavras, admitem-se os problemas, mostram-se as

compensações para os prejudicados, não se toca nas estruturas sociais e foge-se do conflito. (BUENO, 2006, p. 148)

Carlos recebera cartas, primeiro de um amigo, Mário Santos, que reclama do neto de senhor de engenhos que após voltar ao regalo dos seus nunca mais havia dado notícias. Na carta fica evidenciado a impressão que os moços da cidade tinham do universo rural, “grande vida senhorial dos velhos tempos: homens dignos, mulheres recolhidas e santas e a vassalagem cheirando a escravidão” (1956, p. 35). Uma imagem que conferia ares portentosos ao cotidiano dos engenhos, em que a subalternidade da população negra era símbolo da dominação e superioridade da casa grande.

A vida de Carlos no Recife, era de um descendente dessa gente branca e superior, e nisto estaria o seu privilégio de acordo com o amigo, “Você, Carlos, é um homem de sorte. Pode olhar para trás e ver avós brancos, os homens que fizeram a grandeza da sua família a cavar a terra, a mandar em negros” (1956, p. 35).

É o deslumbramento com a tradição da aristocracia escravista, mas a despeito disso, os efeitos da mentalidade moderna citadina emergem na reprovação do amigo ao rumor de um possível envolvimento de Carlos com Josefa, “Outro dia foi a história de uma negra deflorada por você. Que diabo! Para que daria o fino Carlos de Melo das leituras de Wild?” (1956, p. 34). E, outra vez, “Mande-me contar a história da negra. Não acreditei. Logo você, que vivia falando em pureza de raça” (1956, p. 36).

A outra carta recebida veio de Laura, mulher de pensão como quem Carlos se envolvera em suas noites boêmias. Assim como Mário, ela reclama da ausência sem notícias de do jovem metido a escritor, e apresenta uma questão interessante, “Queria saber o que eu estava fazendo naquele buraco” (1956, p. 49). José Lins coloca na boca de Laura uma expressão sobre o engenho oposta aquela idealização deslumbrada de Mário. Para ela o engenho era um buraco, revelando, assim, um visível desdém pela vida no campo.

A imagem criada pelo autor na escrita dessa personagem pode estar exprimindo certa oposição entre urbano e rural fomentada pelos tempos modernos com suas invenções tecnológicas. A associação do mundo agrário com o atraso, com o antigo, com o ultrapassado, e a superioridade do urbano em relação ao rural. De um lado a idealização da oligarquia escravista e do outro a oposição entre cidade e campo, duas imagens que podem se complementar indicando o imaginário dos herdeiros dessa elite

senhorial nos anos 1930. E, o sentimento de Carlos é de saudades do ambiente que em muito participou da formação de sua sensibilidade,

Tive então saudades de Laura e de toda a minha vida de Recife, dos cinco anos de colegas, mulheres e jornais. Por que não dava o fora do Santa Rosa e não pegava outra vez o fio daquela existência fácil, divertida? Tomei chá nesta noite pensando em abandonar os meus, em romper definitivamente com tudo aquilo. (REGO, 1956, p. 49)

A despeito desse pensamento, o neto queria agradar o seu avô, sabia que este se encheria de orgulho se pudesse esperar de Carlos um continuador de seu trabalho, para quem ele deixaria o seu bastão de comando. Em certa ocasião, no ímpeto de assumir o seu papel de senhor, o rapaz saiu a cavalo para ver os cortadores de cana na sua labuta. Mas, não soube lhes dar qualquer ordem, voltando para casa em silêncio, somente observou. No encontro com o velho José Paulino, a constatação da sua inabilidade,

Senti uma espécie de vergonha de estar ali fingindo de senhor. Demorei-me um bocado, mas o meu olho de chefe não alcançava o que devia alcançar. Na volta disse ao meu avô que estivera no eito. – Quantos homens tinham lá? Não havia contado. Riu-se para mim. E como se me desse uma resposta fulminante: – O moleque já trouxe os jornais do correio. (REGO, 1956, p. 21).

Nas aparições da velha Sinhazinha, sua tia, bem como na figura do Tio Juca – filho de José Paulino – o autor criou espaços para exprimir na estrutura narrativa personagens que tipificavam as intrigas no interior das famílias oligárquicas. As tensões e conflitos pela herança, os cochavos feitos aos cochichos pelos cantos da casa grande, e pelas costas do patriarca moribundo, que já não possuía mais a sagacidade para perceber o que os parentes mancomunavam.

O autor, então, elabora a ocasião para uma crítica à representação idealizada daquela aristocracia moralmente decadente, “A literatura me contava aos ouvidos a vida larga dos engenhos, o austero regime patriarcal, a grandeza moral das famílias, todo um mundo de dignidade e nobreza; e o que eu estava vendo não era nada disto” (1956, p. 23). A velha sinhazinha tipificou no enredo, sobretudo, na primeira parte do livro, uma faceta amarga do tratamento dado pela família do patriarca às pessoas negras no

engenho. Aqui, o autor se distancia da tentativa de conciliar harmoniosamente a convivência entre negros e brancos naquela ordem social.

José Lins expressa um outro aspecto da relação entre negros e brancos na composição de Josefa, e no lugar que esta personagem ocupa na estrutura do enredo. Josefa é uma criança negra, franzina, e colocada pelo autor numa posição de completa vulnerabilidade. Objetificada na narrativa, ela surge como uma propriedade pertencente à velha Sinhazinha, o que nos remete, imediatamente, às condições da escravidão. Essas relações aviltantes não haviam sido de todo superadas, sendo ainda aceitas pela elite.

Nesse sentido, poderíamos notar um ponto de tensão no romance zeliniano, porque, se por um lado ele equaliza as contradições da ordem social na qual viveram seus antepassados, em outros momentos ele parece escancarar a hipocrisia dessa sociedade. Mas, ainda assim, essas contradições indiciadas pelo autor, não serão apontadas no enredo como fissuras que incidiriam um processo ruinoso daquela ordem social, como argumenta Chaguri (2009) e Bueno (2006). Assim também, não há em nenhuma parte desses romances iniciais de José Lins, qualquer personagem em situação de subalternidade, que tenha tomado consciência de sua própria condição, e se rebelado contra a estrutura de mando patriarcal.

A situação dolorosa de Josefa nas mãos da velha Sinhazinha, se tornará outro motivo no qual o autor elaborou a personalidade fraca de Carlos de Melo, portanto avessa ao papel de um verdadeiro senhor de engenho. Pois, a despeito do sofrimento da criança, o neto de José Paulino não tinha coragem de proteger Josefa, como o narrador descreve nas seguintes palavras,

Tinha o corpo com manchas de peia da dona. – O que foi isso Josefa? – Foi dona Sinhazinha que me deu. Mas não havia um sinal mínimo de revolta naquela sua resposta. Dizia-se isto com a mesma fala assustada com que tocava em outras coisas: “Mãe me deu aqui porque estava morrendo de fome”. A bichinha apanhava por tudo. Os cachorros da velha eram mais bem tratados. A sua vida miserável começava a me tocar, sentindo por ela uma simpatia misturada de pena. (...) Ali, onde pretendia fundar qualquer coisa de grande, me via pequeno demais. Nem àquela negrinha desgraçada podia dar a vida que merecia. Que miseráveis vinte e quatro anos! (REGO, 1956, pp. 24, 25)

Do mesmo modo como todos os outros homens e mulheres que trabalhavam no engenho, Josefa não demonstra revolta diante dos maus tratos sofridos pelas mãos da

sinhá, e mais uma vez a imagem do escravizado dócil é reforçada pelo autor. Assim também se reforça a inadequação de Carlos para a posição de senhor de engenho, o que será, de fato, apontado como a causa da decadência do Santa Rosa ao longo da narrativa, mas, principalmente, na terceira parte, quando o engenho ocupará um lugar mais preponderante na narrativa.

Em *Menino de engenho* Carlinhos exprime o absurdo das condições de sobrevivência dos moradores do engenho em termos da vontade divina, e isso justifica sem problemas na mente do garoto a degradação dessas pessoas. Em *Banguê*, apesar de reconhecer seu distanciamento da fé cristã, a perspectiva de Carlos permanece a mesma, Deus haveria de ter colocado Josefa – e toda a gente negra do engenho que ela representava – naquela subserviência infeliz e aviltante.

Agora, porém, tal situação não é mais percebida pelo narrador com a mesma aceitação e passividade como o menino a recebera. Entretanto, tanto no passado quanto no presente o que permanece é a isenção completa das ações dos senhores e sinhás da casa grande como os mantenedores daquela ordem. A velha Sinhazinha é malvada, mas, Deus seria muito mais por não colocar termo no sofrimento de Josefa e, isso justificaria, inclusive, à descrença na divindade cristã. O narrador, então, se desobriga também de qualquer responsabilidade no caso, apaziguando sua consciência, como expressam seus pensamentos ao travesseiro,

E chorou convulsivamente, abafando o pranto, quando lhe perguntei se ia embora: - Ela me leva. Com que voz consternada me falou, deixando-me a impressão de que ia partir para uma masmorra, para suplícios medonhos. Sentou-se no chão, brincando de boneca como dantes. Comeu os biscoitos que lhe dei, com uma alegria inocente, como um pássaro que estivesse no mato gozando uns restinhos de liberdade. Agora, devia estar noutro engenho, lembrando-se de mim, de corpo moído, até que um dia Deus se lembrasse dela e matasse a pobrezinha. Até aqui vinha sofrendo somente para satisfazer a não sei que desígnios. A Providência adotava instrumentos cruéis e processos assim para tratar os seus anjos. (REGO, 1954, p. 52)

O sentimento da saudade não é o único que caracterizaria a memória nostálgica do autor. A condescendência também se expressa no tratamento que José Lins dispensou ao passado das oligarquias nordestinas. Não podemos esquecer que, ao falar de senhores de engenho, plantações de cana-de-açúcar, senzalas e casas grandes, o

escritor paraibano está mobilizando uma gama de elementos permeados de afetos familiares, visto que fizeram parte de sua própria origem quando menino.

No último capítulo da primeira parte do livro, José Lins construiu uma narrativa que se passa por dentro dos pensamentos de Carlos. É a voz narrativa que conduz o/a leitor/a pelas preocupações que se inter cruzam na mente do rapaz, fazendo-o revirar-se na rede. Da partida temporária de Josefa com sua dona à morte como castigo divino – uma conotação que jamais havia dado a este assunto que sempre lhe assombrou. Sentindo-se letárgico, Carlos reafirma a ideia de que a masculinidade se fazia pelos caminhos do sexo,

No íntimo me via pequeno demais, menor que todo mundo. Pedia que aparecesse uma mulher que me arrastasse aonde não quisesse ir. Uma em que eu pensasse noite e dia, uma mulher cuja carne cheirasse até longe. E me desse noites em claro e coragem viril de sacrifícios e loucuras. Mulheres como aquelas de romances, que fossem capazes de torcer o destino, de inflamar, de estontear. (REGO, 1956, p. 53)

O tossido do avô, no entanto, logo desviara sua atenção para a iminência da morte do velho, e a sensação de fraqueza domina o homem que se percebe aquém das expectativas do patriarca, “Aquilo que mais lhe repugnava vivia comigo deitado na rede: a preguiça”. Carlos punha em questão sua masculinidade ao comparar-se com a índole determinada do avô, para quem, “Um homem podia ter todos os defeitos, mas se se matasse de manhã à noite, no trabalho, seria para ele digno de algum respeito” (REGO, 1956, p. 21).

Ao final do capítulo, vemos a possibilidade de Carlos de Melo ser um continuador dos valores tradicionais, que garantiam a manutenção daquele mundo dos senhores de engenhos, das casas grandes e das senzalas, se diluindo nas lágrimas desses dois homens, que tipificam, nesse romance, duas gerações, duas temporalidades – uma que se despede, e outra que emerge.

3.2 Os ventos da mudança: a chegada de Maria Alice no Santa Rosa

Até aqui pensamos Carlos de Melo em relação ao avô com suas perspectivas de sucessão sendo aluídas pela incapacidade do neto de se reinserir no mundo patriarcal;

analisamos essas personagens dentro da estrutura narrativa elaborada pelo autor e, como através da voz narrativa, José Lins fixou sua interpretação do passado senhorial. De acordo com Bueno (2006, p. 160), em 1934 o romance proletário estava em seu auge no contexto da Geração de 30. Os escritores da roda literária de Maceió faziam a crítica social refletir-se em suas produções, visto que, numa conjuntura política fortemente polarizada, esperava-se dos romancistas uma literatura imiscuída nas demandas da época.

Pensadores ligados ao comunismo também estavam metidos entre os literatos, e defendiam a ideia de que o romance burguês havia perdido lugar para uma forma literária que representasse as lutas trabalhistas das massas urbanas (Bueno, 2006, p. 161). O escritor baiano, Jorge Amado, já estava propondo a elaboração de romances a partir do protagonismo das massas, dos de baixo; sem enredo e pondo de lado a figura de um herói individual no texto. De acordo com Bueno,

Ao propor um romance esvaziado dessas categorias narrativas, ele faz um tipo de programa estético que prega o rompimento com o elemento definidor do romance burguês, ou seja, o conflito entre o sujeito, o protagonista, e os valores da coletividade. Se os problemas da sociedade contemporânea são derivados da luta de classes, portanto coletivos, não faria mais sentido pensar em como o indivíduo lida com as estruturas sociais, é preciso antes ver como as massas são exploradas pela burguesia e como elas lutam para fazer cessar essa exploração. (BRUENO, 2006, p. 165)

Banguê ainda não iria exprimir essas novas astúcias da enunciação propostas por Jorge Amado. É somente a partir de 1935, com a publicação de *O moleque Ricardo* que José Lins escreverá o seu primeiro romance operário, deslocando-se completamente do mundo rural para o urbano, apresentando, nesse romance, um narrador em terceira pessoa, numa história contada a partir de um protagonista saído da bagaceira do engenho para as lutas travadas pela classe operária do Recife na década de 1930. Deixando o/a leitor/a sem saber o destino de Carlos de Melo após este partir, definitivamente, do Santa Rosa.

Na segunda parte de *Banguê* o enredo, marcado pela letargia de José Paulino, e pela preguiça melancólica de Carlos de Melo, será sacodido com a chegada de Maria Alice, que rompe o silêncio na casa grande, para o gozo do rapaz, mas também confrontando-o em sua mentalidade conformadora dos absurdos da sociedade de

engenho. À luz de Maria Alice, José Lins faz emergir em Carlos de Melo uma faceta reacionária e combativa dos valores modernos.

Maria Alice é uma jovem mulher casada com um primo de José Paulino. Ela morou um período no Rio de Janeiro onde estudo música num conservatório. Enquanto morou na capital do país, Maria Alice teve uma vida agitada, saindo com as amigas para concertos contrariando sua mãe que, apesar de não aprovar essas saídas, não negava nada à filha. Casou-se por insistência da família, cumprindo aquilo que se entendia ser o destino de todas as mulheres decentes, a dedicação à vida doméstica.

Ao tratar sobre as transformações nos papéis de gênero na sociedade brasileira indicadas pela industrialização e urbanização do país nas primeiras décadas do século XX, Albuquerque Jr., destaca o papel da educação das jovens. Numa sociedade que se pretendia moderna, as mulheres foram sendo incluídas no espaço da educação formal, pois não era mais aceitável, sobretudo entre as famílias da elite, que as moças fossem ignorantes e desatualizadas. No entanto, essa educação não poderia desviá-las de seu desígnio supremos, como explica o historiador,

As mulheres deveriam saber fazer mais do que orações à Virgem Maria e ao santo casamenteiro Santo Antônio e quitutes para os maridos. Elas não seriam mais sem ideal, ignorantes e supersticiosas, seriam progressistas sem esquecer que cozinhar o jantar do marido é uma de suas obrigações. Embora modernas e educadas elas não deveriam esquecer-se dos afazeres do lar, podendo ser a mais extremosa das mães, a mais carinhosa das irmãs e esposa mais dedicada do mundo. A mulher deveria ter uma boa educação para o seu trabalho que era o doméstico. (ALBUQUERQUE JR, 2013, p. 123)

Na criação dos aspectos dessa personagem, José Lins combina essas características esperadas da mulher moderna, pois Maria Alice era culta, lia muitos romances em inglês, tocava piano, “conhecia a vida inteira de Beethoven e se exaltava na conversa quando se referia a estas elevações da natureza humana” (REGO, 1956, p. 66). O marido à trouxera para passar algumas semanas no engenho, pois andava abatida pelos cantos da casa, e os médicos a diagnosticaram com histeria. Mas, a jovem confessa para Carlos, “Não tenho mais coisa nenhuma. Os médicos que me faziam doente e o pior é que o meu marido acreditava” (REGO, 1956, p. 63).

Após a morte do pai, ela casou-se e foi morar na Paraíba distante das amigas e dos eventos culturais que costumava frequentar no Rio de Janeiro. Mas, a vivacidade de

Maria Alice logo se fez notar no seu entusiasmo pelo engenho, pois, conforme ela mesmo contara, “nunca estivera em fazenda. Conhecia pelos romances”, mas, para o narrador estes romances não retratavam a vida no engenho em sua realidade (1956, p. 68). Isso pode soar como uma crítica de José Lins aos escritores que já haviam escrito sobre a vida nos engenhos anos antes da Geração de 30 emergir com seu realismo, em que se propunham a transpor para a ficção a realidade do cotidiano.

Ao caráter vivaz e ao interesse pela leitura de Maria Alice, bem como à sua sensibilidade de moça educada em conservatório, a jovem é descrita pelo narrador como uma mulher preocupada com a casa, e em cuidar do velho José Paulino. Não demorou muito para que Carlos de apaixonasse pela linda Maria Alice que, a despeito de seu refinamento intelectual, nunca perdia a docilidade e ternura no tom da voz. É uma figura criada pelo autor para tipificar um paradigma de mulher moderna nos moldes aprovados pelo regionalismo, uma vez que, embora seja culta também é submissa e voltada ao lar.

Carlos, que desejava uma mulher que o fizesse sentir-se homem novamente, na presença de Maria Alice, “Sentia também que a sua beleza era grande demais para mim e que a sua inteligência era mais forte e que ela tinha mais gosto do que eu” (REGO, 1956, p. 68). Naquela sociedade, como dito anteriormente, era fundamental que os senhores de engenho e seus herdeiros, demonstrassem sua macheza pela imposição da autoridade, pelo grito de mando sobre os seus trabalhadores. Esse modelo de masculinidade estava mudando na era da industrialização e urbanização, como explica Albuquerque Jr.,

A industrialização e as modificações que representa nas relações de trabalho acentuam a sensação da inadequação do modelo dominante de masculinidade, aquele em que o homem sabia dar ordens, mandar fazer, mas que dependia completamente da destreza e do saber de outras pessoas, não sabendo praticamente nada fazer, modelo que começava a ser contestado. (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 122)

Em Carlos de Melo, o autor tipificou um tipo de masculinidade em transição, visto que, por um lado não se adequava ao modelo de homem esperado para governar o engenho, não tendo qualquer interesse pela terra que herdaria, mas, por outro lado, ainda reproduzindo velhas práticas que aprenderam com os homens da casa grande e do eito na infância. Percebemos isso, no caso que Carlos mantém às escondidas com Maria Chica, uma mulher negra que trabalhava como lavadeira na casa grande.

Quando sentiu a ausência de sexo, o neto de José Paulino lançou-se sobre a lavadeira no instante breve em que esta viera recolher as roupas sujas do senhor. Com a presença de Maria Alice na casa, o rapaz andava receoso de ser pego na rede com Maria Chica, “Se me visse assim, com aquela cabocla do engenho, me emporcalhando?” (REGO, 1956, p. 66). Na sensibilidade moderna esse tipo de relação era inaceitável para um homem da aristocracia. “Se Maria Alice viesse a saber que o Dr. Carlos, como ela me chamava, mantinha uma amante de pés no chão, com a boca fedendo a cachimbo (...). E se ela tivesse visto Maria Chica espichada na rede, no cio?” (REGO, 1956, pp. 66,67)

Dessa forma, José Lins escancara a hipocrisia dessas elites e seus bacharéis que, defendiam a pureza racial nos espaços acadêmicos, mas na privacidade de suas alcovas metiam-se nas redes com as criadas. Uma dissonância flagrante entre o que se fazia em público e as práticas da vida privada. Em outros momentos da narrativa, o autor deflagra, nas descrições do narrador, a intimidade dessa aristocracia rural, desconstruindo a imagem idealizada dessa elite que a literatura havia erigido.

Basta que observemos o contexto da chegada de Maria Alice no Santa Rosa. A moça não soube, mas o velho José Paulino e o próprio Carlos, inicialmente, não gostaram de saber que hospedariam uma mulher por alguns dias, “Ficaria sem liberdade com uma estranha dentro de casa” (REGO, 1956, p. 59). Noutra ocasião, o narrador descreve a visita de Juca, que vinha ao Santa Rosa espreitar a morte do pai, para requerer o direito à sua parte nos bens que o velho acumulou durante a vida. Assim, o narrador descreve a visita do parente,

Um dia tio Juca chegou ao Santa Rosa. Viu-me tomando conta das coisas, perguntou-me pela promotoria, andou comigo pela casa de purgar contando os pães de açúcar, vendo o mel dos tanques, a destilação de fogo aceso. Bateu nas pipas cheias de cachaça, abriu os caixões de açúcar branco, falando de preços. Esteve com o pai, mas a conversa dele não venceu a apatia do velho. Quis saber da doença. Se tivera muita febre, se não tinham chamado o doutor Maciel. E foi-se embora de tarde. Ainda não era tempo de tomar conta da chave da gaveta. Maria Alice achou-o um bom tipo de senhor de engenho. Depois que lhe falei dos intuitos da visita dele mudou de ideia. Tio Juca viera saber somente se o enterro do meu avô estava para breve e inventariar o que havia em espécie. Era um urubu que queria saber, um por um, dos pedaços de sua carniça. (REGO, 1956, p. 87)

Uma faceta mesquinha e cruel dessa gente da aristocracia rural, que se ufanava de seus altos valores tradicionais. Com o passar dos dias, a forma de tratamento cerimonioso entre Carlos e Maria Alice foram abandonados na medida em que a doença do avô os aproximava. Os dois começaram os passeios a cavalo pelo engenho, a jovem senhora conseguia tirar o neto de José Paulino da rede, e daquela vida melancólica e preguiçosa. E passou a enxergar o mundo pelos olhos deslumbrados da moça, outro engenho parece despontar diante da visão de Carlos nesses passeios com ela.

As belezas naturais daquele mundo bucólico não eram a única paisagem que o olhar perspicaz de Maria Alice conseguia capturar. A moça observava com estranhamento e indignação às condições de vida precárias em que viviam as mulheres, os homens e suas famílias no engenho. “Não pensava Maria Alice que a vida da gente pobre do engenho fosse assim. Eles não tinham nada. Não comiam nada. Perguntara-me o preço dos salários” (REGO, 1956, p. 71).

Nesses diálogos descritos pela voz narrativa, José Lins expõe a feiura da exploração do trabalho dos empobrecidos no Santa Rosa, e a imagem paternalista e romantizada do avô defendida o tempo todo pelo autor, abre espaço para a crítica social. O lucro e os confortos da casa grande vinham de uma relação de trabalho que não havia superado o ranço da escravidão. A moça se indigna ao saber do salário ínfimo que os moradores do Santa Rosa recebiam por doze horas de trabalho pesado. José Lins denuncia as contradições do poderio de sua própria gente,

Concordava, vendo em tudo uma espoliação, como se não fosse a minha gente que viesse há anos vivendo daquele regime monstruoso, como se eu não tivesse sido criado com o suor daqueles pobres diabos, e os nove engenhos do meu avô, a sua riqueza, não proviesse daqueles braços e da fome de todos eles. (REGO, 1956, p. 71)

A distância entre ficção e não-ficção é mitigada nesse comentário de Carlos de Melo, o autor parece estar mesmo falando pela boca do seu narrador. De acordo com Olívio Montenegro, o avô de José Lins realmente teve nove engenhos,

E é verdade. Nove engenhos que abarcavam zonas fertilíssimas, de grandes várzeas, que se estendiam a perder de vista pelo vale do Paraíba. O seu primeiro contato na vida foi pois com uma natureza extraordinariamente rica, e os homens que conheceu no meio dessa natureza foram homens simples, a gente quase patriarcal da sua

família, e a gente inteiramente rústica dos seus campos. (MONTENEGRO, 1953, p. 5)

O caráter conformador e condescendente de Carlos, entretanto, se manifestará na narrativa logo em seguida, como quem buscar amenizar a situação. E esse será o recurso usado pelo autor para aprofundar sua crítica social, falando, dessa vez, pelos lábios da bela moça citadina. O narrador descreve a justificativa de Carlos para as condições miseráveis dos/as trabalhadores/as, os modos de vida destes são moralmente criticados rapaz, descrevendo o povo como uma gente de comportamentos grosseiros e violentos, como gente de índole desonesta que, em tudo buscavam tirar proveito da bondade do senhor de engenho.

Argumentou que, mesmo dentro daquelas condições, haviam homens entre os moradores, que trabalhavam muito e conseguiam acumular recursos, chegando eles mesmos a terem outros às suas ordens. “Alguns tinham até subido de condição. José Marreira vivia ali com muitas cabeças de gado, com carros de boi, com cavalo de sela e dinheiro na caixa. Eram poucos, mas havia servos que chegavam a ter servos também” (REGO, 1946, p. 84)

O neto de José Paulino segue em sua argumentação dirigindo suas críticas a essa gente que ascendia socialmente no engenho, se tornavam mais opressores do que seus próprios patrões. “Ninguém queria trabalhar para Zé Marreira. O bicho ficava olhando os trabalhadores no serviço. Não deixava nem levantar a cabeça para ver o tempo” (REGO, 1956, p. 85). Tudo isso para convencer Maria Alice de algum equilíbrio naquelas relações entre os patrões e seus empregados no Santa Rosa, pois se os senhores de engenho sabiam explorar aquele povo, estes também não eram tão diferentes assim.

Dizia todas essas coisas a Maria Alice. Ela, porém, não se arredava da opinião: a de que nós explorávamos estes homens. E me perguntava que moral eu queria de uma gente que não comia, que não tinha remédio, que viera da escravidão dos negros para aquela outra, que se iludia com três dias de folga para fazer o que quisesse. Uma vez perguntei-lhe se era comunista. Deu uma risada das suas e me respondeu que era somente humana. Então porque achava que os parentes do doutor Carlos de Melo pagavam uma miséria aos seus homens, queria subverter o mundo? (REGO, 1956, p. 85)

E, nesses diálogos, pela boca de Maria Alice, o autor se distancia da visão romantizada daquela sociedade dominada pela aristocracia canavieira, para realizar sua

própria crítica, expondo também a resistência sutil de Carlos à visão da amada, seu estranhamento aquele cenário de injustiças e contradições. Mas, apesar disso, os dois já se enamoraram, nessa altura da narrativa, e viviam a passeios pelo engenho como senhores daquelas terras e daquela gente. “De manhã, passeio pelos recantos agradáveis do engenho; à tarde passeio, conversas, e à noite, amor” (REGO, 1956, p. 85).

Carlos observava o interesse da moça pelas safras do Santa Rosa, e a partir desse convívio com ela o rapaz passou a exercer suas funções, dando ordens aos trabalhadores, julgando suas causas, e Maria Alice o ajudava. O adultério entra em cena como um elemento que contradiz a velha moral daquele mundo agrário em que, “Honra era sinônimo de castidade; para a casada, ela se apresentava revestida da fidelidade ao marido, presa às normas sexuais impostas à esposa pelo matrimônio” (ALGRANTI, 1993, p. 111).

A infidelidade conjugal da casa grande, nunca antes abordada nos enredos da *trilogia de Carlos de Melo* pelo lado das mulheres, é elaborada na narrativa de *Banguê*. Mas, se Maria Alice levanta-se das noites de amor com o rapaz atormentada pela culpa, ele sente-se realizado, evitando pensar que a qualquer momento aquela frágil e subversiva felicidade O anti-herói: Carlos e o engenho Santa Rosa se dissiparia com a chegada do marido.

“Era minha aquela mulher que sabia mais coisas do que eu, que era mais culta, que era tudo mais que todas as outras mulheres do mundo” (REGO, 1956, p. 82). Carlos afirmava sua masculinidade pela posse sexual daquela mulher que em tudo parecia superá-lo, expressando a mentalidade falocentrada do mundo do engenho, em que sexo e poder estão, intimamente, relacionados.

3.3 O anti-herói: Carlos e o engenho Santa Rosa

Com a chegada do marido, Maria Alice despediu-se do Santa Rosa e, os jovens amantes se separaram, chegamos à terceira parte de *Banguê*. A ausência da amada acrescenta um novo elemento à caracterização que o autor atribuiu a Carlos de Melo, a mágoa. Toda aquela adjetivação de encantamento do moço apaixonado deu lugar às indecorosas expressões, “O que podia sentir pela miséria alheia, aquela mulher que só pensava na cama, que tudo dava pelos homens, pelo que os homens possuíam de mais gostoso para ela?” (REGO, 1956, pp. 129-130).

O único momento em que o herdeiro do Santa Rosa foi tomado de coragem, tendo olhos para a propriedade do avô ocorreu durante a estadia de Maria Alice. Após isso, Carlos voltou à melancolia e à preguiça, o senhorzinho mergulhou numa derrocada pessoal que se espelhou na própria decadência do engenho. O autor caracterizou este personagem com elementos contrários ao que era esperado de um homem na sua posição. Somente no que havia de negativo, o rapaz se aproximava de seus parentes.

Quando procurado por Maria Chica que, estava grávida e acredita que o filho era do senhor de engenho, Carlos revoltou-se, “Era só o que me faltava: um filho com uma cabocla”. Andava nos mesmos passos que os pai d’égua, satisfazendo-se nas criadas, “usando dos seus escravos até para isto” (REGO, 1956, p. 88), mulheres pobres que lhes serviam na casa grande apenas por um prato de comida e um corte de pano.

O autor segue, dessa maneira, abrindo brechas para que seus leitores soubessem das práticas cotidianas dos homens das oligarquias, que usavam do poder que detinham para executar todo tipo de violência. “Queria dinheiro e dei-lhe tudo o que pediu, mas que não abrisse o bico senão mandava quebra-la no pau. Não me disse nada e saiu de cabeça baixa, com a trouxa de roupa suja” (REGO, 1956, p. 88). E, em contrapartida, observamos mais uma cena em que, a gente negra subalternizada dentro daquela estrutura social, foi caracteriza, pelo autor, através da docilidade subserviente.

Em outra cena, em seus ímpetos de desejo, lançara-se sobre a esposa de um dos trabalhadores do eito. A sociedade de engenho não era, definitivamente, um espaço seguro para as mulheres, sobretudo as negras, que tiveram seus corpos sexualizados, aviltados pelo desejo masculino, “Mulher só como Maria Chica, para a gente despejar e sair” (REGO, 1956, p. 146). Nem mesmo grávidas as mulheres, a serviço da casa grande, estariam isentas de serem atacadas, “A barriga de Maria Chica era enorme. E eu não tivera pena, machucara-lhe o ventre como selvagem” (REGO, 1956, p. 107).

A violência sexual era amplamente aceita, jamais contestada na sociedade de mando patriarcal, onde a gente negra ainda era vista como escrava, como parte da propriedade. Quando recebeu o Santa Rosa, após a morte do avô, Carlos de Melo também herdou os moradores da propriedade. Os homens do eito eram seus, as negras que trabalhavam na cozinha eram suas. Tudo propriedade do senhor de engenho e de sua prole.

Este senhor de engenho, entretanto, era preguiçoso e desatento à manutenção das máquinas e ferramentas necessárias à produção do açúcar. Os trabalhadores se queixavam, mas Carlos passava o tempo a maldizê-los, e os culpabilizava pelas

dificuldades que a propriedade canavieira vinha sofrendo. Mas, o homem gastava os dias dentro de sua rede, por mais que quisesse imitar o avô – que já havia falecido –, acordando cedo para supervisionar os trabalhadores no eito, não conseguia fazê-lo por mais de dois dias. Entregando-se ao sono, “Quase sempre acordava com o sol alto. O feitor que desse conta de tudo” (REGO, 1956, p. 145).

Assim, José Lins caracterizou Carlos de tal modo avesso aos valores tradicionais, um tipo de homem tão diferente de um José Paulino, de um tio Lourenço do Gameleira. Maria Alice e Mário Santos insistiram para que ele usasse de seu conhecimento, das fontes vivas que dispunha, para escrever um livro sobre aquelas paragens, e relatar as condições desgraçadas daquela gente. Um retrato daquele mundo com o qual ele se deparava cotidianamente. Mas, Carlos argumenta a favor da sua própria condescendência,

O que ele ensejava era que eu mentisse como os outros vinham fazendo, na sua exaltação da vida rural; que falasse de fidalgos, de uma casta de potentados, de famílias que se gabavam de brasões. Não via isto. Maria Alice me aconselhava a tratar dos homens de eito, da vida dos servos. Sentia a miséria deles, mas, me criara bem junto dos pobres para ter força bastante para me revoltar. Me acostumara com os João Rouco, os Zé Passarinho, as Maria Pitu. Não faria livro nenhum. Puro pedantismo pensar nessas coisas. O que eu devia pensar a todo ponto em fazer, era me aproximar dos meus, ver se dava para o que minha gente vinha dando, deixar de andar com pena de trabalhadores, e abandonar está vida de sibarita, de banhos de rio, de safadezas com Adelaide. (REGO, 1956, p. 130)

Parece que nossa personagem está cindida. Se há uma fissura, ela não está na sociedade do engenho, que se mantém fechada com suas relações harmonizadas a seu próprio modo, sem revoltas, sem autorreflexão. Mas, Carlos está cindido, a modernidade já afetara a subjetividade deste indivíduo, fissurando-o. A morte do avô, entretanto, o afetara profundamente, e pela memória do velho, ficaria no engenho e lutaria para que este se mantivesse, como era a vontade do falecido. A revelia do desejo de abandonar sua gente.

Duas visões sobre o engenho são contrastadas pelo autor a partir de Maria Alice e Mário Santos. O amigo tem em mente um quadro glorioso daquele mundo e seus agentes. Maria Alice, por outro lado, possui a experiência de ter conhecido o Santa Rosa e os engenhos dos parentes de Carlos, onde a realidade da condição cruenta dos pobres

suplantava a idealização da elite citadina, transformando a romantização em um capricho ridículo dos mais ricos. Mário Santos quer enaltecer certa visão sobre aquele mundo dos senhores e sinhás. Maria Alice quer exprimi-lo.

E, nesse jogo polissêmico criado pelo autor, em que dois discursos elaboram o mesmo passado de maneiras muito diferentes, José Lins busca se aproximar ao máximo do cotidiano dos engenhos que ele conheceu, fixando na caracterização do Santa Rosa suas memórias do engenho Corredor. Embora, o próprio escritor paraibano, mostra-se ao longo do enredo, dividido entre uma apresentação conformadora, e uma descrição crítica das relações travadas no interior daquela sociedade.

José Lins não olhou para fora do engenho, para todas as transformações que vinham se evidenciando no Brasil a partir da República e da Abolição. Para ele, a abolição não trouxe grandes efeitos para a vida da gente negra do engenho, visto que estes permaneciam satisfeitos com seus senhores, preferindo os míseros trocados que recebiam de seus patrões pelas doze horas de labuta no eito, aos 3 mil contos de réis oferecidos pela usina.

A fraqueza de José Paulino era a causa do Santa Rosa não ter a mesma força de tempos passados. Carlos de Melo não conseguira salvar o engenho de sua decadência porque em sua subjetividade se amalgamavam traços de sua origem rural, mas, muito mais dos tempos em que viveu no contexto citadino, em meio às mudanças trazidas pela urbanização e industrialização. Carlos, portanto, é uma espécie de “anti-herói” no enredo de *Banguê*, visto que, sob o seu comando concretiza-se a decadência do engenho.

O autor exprimiu uma leitura do passado em que aponta, nas práticas individuais dos sujeitos masculinos, a causa maior da derrocada do mundo agrário sob a ordem patriarcal. Carlos de Melo rompe com as tradições que constituíam um verdadeiro senhor de engenho naquele contexto. Era um homem distante da religião católica, tão importante na formação dos códigos morais daquela sociedade. Ao contrário do avô que mantinha boas relações com os representantes eclesiásticos, Carlos sequer dispendia algum recurso financeiro às obras da igreja.

Casar-se e constituir uma família era fundamental à manutenção daquela ordem social, bem como à perpetuação do modelo patriarcal. Apesar da insistência dos parentes para que ele procurasse uma moça de família influente, Carlos planejava manter-se solteiro, entendendo que a família lhe seria onerosa, e que restringiria sua

liberdade. Ao contrário disso, o rapaz se apegou a uma mulher casada, e teve um filho com a lavadeira da casa grande.

É interessante observar o contraste entre Carlos e os seus parentes do engenho Gameleira. Tio Lourenço era homem que não se envolvia com as negras do seu engenho, austero para com seus trabalhadores, e político influente em dois municípios. A esposa, tia Maroca, administrava o engenho, que sob as suas leis prosperava. É caracterizada como uma mulher que gostava de viver cercada de livros, e que não mantinha uma relação próxima com as mulheres negras que trabalhavam em sua cozinha.

Dava remédio aos moradores, mas não passava o dia na cozinha como as primas da Várzea. Nunca lhe vi negra catando piolho ou em conversa, contando enredadas. Só ia à cozinha dar ordens. Podia ser muito severa com as negras, mas pagava aluguel, tendo-as como empregadas a tanto por mês. O regime servil não deixara remanescência na casa grande do Gameleira. No Santa Rosa as negras foram ficando a trabalhar pelo que comiam e vestiam, como antes de 88. Comiam bem. Os filhos se criavam na fartura e era tudo para elas. A velha Maroca corrigia este abuso. Os seus serviçais faziam ordenado. Tempo do cativo tinha passado. A velha achava isto honroso. A negra Josefina que engomava no Gameleira tinha dinheiro na caixa. (REGO, 1956, p. 125)

Apesar do destaque que deu à liderança que tia Maroca exercia no engenho, o narrador não deixa de pontuar que Lourenço é quem realmente governava a casa grande. No entanto, nessa descrição da organização dos papéis de gênero dentro do Gameleira, o autor pode estar sugerindo, a partir do modo como Freyre relacionava a modernidade em seu regionalismo, certa acomodação de traços dos novos tempos no contexto da sociedade rural, sem que esta rompesse com sua estrutura tradicional. Por outro lado, para Albuquerque Jr., a modernidade estaria mudando radicalmente as feições da ordem patriarcal, conforme explica,

O patriarcalismo, sociedade de poder masculino, do império dos pais, assentada em relações paternalistas, de filhotismo e apadrinhamento, sociedade das parentelas, ia sendo modificado por um processo que é visto como de desvirilização, de declínio de um dado modelo de masculinidade, período de confusão entre as fronteiras de gênero, em que as mulheres pareciam assumir lugares antes reservados aos homens. (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 130)

Isso pode ser percebido também na maneira como o narrador descreve a relação entre Carlos e Maria Alice, em que a mulher foi retratada assumindo posições que naquela estrutura de mando patriarcal eram esperadas do senhor do homem. Outra personagem interessante e que realça a inabilidade de Carlos e as consequências disso para o Santa Rosa, é o negro José Marreira.

José Marreira, anteriormente escravizado, foi vendedor de cachaça nos engenhos, e lavrador. De acordo com o narrador, ele enriquecera ao longo dos anos a partir de seu trabalho constante e, de sua capacidade administrativa notável. A despeito das dificuldades, “Ali, junto da propriedade do meu avô, aprendera com ele. Comprou gado, fez planta de cana. E há anos vendia o seu açúcar em Itabaiana. Se existissem três assim, no Santa Rosa, não precisaria de senhor de engenho” (REGO, 1956, p. 147). Marreira arrendou uma parte das terras de Carlos, e prosperou, como narrador observa,

A condição de lavrador trazia ótimas vantagens à fazenda. Plantavam tudo à custa deles, não nos pediam um tostão adiantado e na moagem davam a metade do que produziam ao senhor de engenho. A terra era minha e a máquina. Despendia somente com o braço para o fabrico. E dos trezentos pães que fazia o lavrador, cento e cinquenta ficam de imposto. Mesmo assim, Zé Marreira enricara. Possuía cercados, carro de bois para os seus serviços, dispunha de moradores. Era uma quase nação dentro dos meus domínios. Agora estava se aborrecendo com os atrasos da moagem, pois tinha perdido muita cana no campo, com a parada do engenho. (REGO, 1956, p. 148)

A parada no campo a qual o narrador se refere ocorreu porque uma parte do maquinário do engenho estava danificada e, Carlos não havia se importado em agilizar a sua manutenção. Em função desse descuido do senhor de engenho, a produtividade das plantações caíra pela metade. Na medida em que Marreira prospera, Carlos vai fazendo dele, em seus pensamentos, um rival. Os parentes do Gameleira também não aceitam que um negro que viera da escravidão, chegasse à posição semelhante de um senhor de engenho.

Marreira, por sua vez, trabalhava o dia inteiro, e com o que arrecadara, conseguira construir uma bela casa para sua família, e punha as filhas nos estudos. A cada dia o engenho Santa Rosa se enfraquecia ainda mais, e Carlos se envolvia em dívidas, pedindo dinheiro emprestado até para o usineiro. O contraste é evidente, enquanto Marreira se esforçava para fazer as terras que estavam aos seus comandos produzirem, Carlos permanecia naquela mesma rotina preguiçosa da rede, com medo de

emboscadas, vendo o tempo passar e nada fazendo a não ser imaginar o dia em que conseguiria quitar seus empréstimos com o usineiro.

Sentindo-se cada vez mais afrontado pelo progresso do suposto rival, obriga Marreira a devolver as terras. Depois de negociações, e com muito cuidado em seus diálogos com o senhor de engenho, o lavrador consegue comprar as terras de um pequeno engenho falido que, depois de algum tempo, Marreira conseguiu restabelecer, para o desconforto de Carlos.

Desse modo, o autor associa, mais uma vez, a decadência do Santa Rosa às posturas individuais do seu senhor. “Esta noção, ao pretender descrever o passado, o faz em contraponto ao presente em relação ao qual o autor quer se posicionar” (ALBUQUERQUE JR., 2013, p. 131). Assim, José Lins inventou um passado em que, explica a derrocada da estrutura patriarcal não em função das mudanças que a industrialização vinha impondo à cidade e ao campo, mas, pela incapacidade das novas gerações em dar continuidade aos valores tradicionais legados por seus avós.

Ao final de tudo, Carlos não consegue salvar o legado do avô, e vende o Santa Rosa a tio Juca, que já vinha em negociações com a usina. Carlos parte, definitivamente, do engenho, deixando no passado, aquela vida de senhor e tudo o que ela teria significado para ele um dia. “O trem corria, tudo ficava para trás. Um túmulo bonito para Nicolau” (REGO, 1956, p. 242).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua última ficção, publicada em 1953, José Lins do Rego, retomou a temática da infância no engenho, que fora o mote do seu primeiro volume e, no livro dedicado às memórias, reavaliou mais uma vez esse período de sua vida. O autor gostava do exercício de “se lembrar”, assumindo com este passado uma relação de afeto e saudade, em que a melancolia surge somente quando o escritor retrata as transformações que, para ele, representaram o seu final.

Na produção de *Meus verdes anos* ele afirmou a ligação que manteve a vida inteira com este tempo morto, a partir da saudade do engenho, da saudade da família e, sobretudo, pela saudade de si mesmo. E, essa relação do autor com esse tempo fugidio, que lhe escapou entre as palavras, estabelece uma ponte entre os romances que chamamos de *trilogia de Carlos de Melo* e o livro da sua autobiografia. O escritor parecia sentir que já sabia “olhar o rio por onde a vida passa”.

A morte, uma experiência demasiado dolorosa e temida, está presente como uma sina em seu ato de escrever, presente no contexto imediato da produção de *Meus verdes anos* (1956) e, compondo os enredos narrados por Carlos de Melo. Um mesmo homem, em momentos distintos de sua existência, o José Lins na fase dos verdes anos de sua escrita romanesca, e décadas depois, o homem já perto da morte, o escritor consagrado às vésperas de ser imortalizado pela Academia Brasileira de Letras.

Os romances desse autor, sobretudo aqueles analisados nesta pesquisa, foram produzidos também a partir da influência de outros atores históricos, escritores que participavam das rodas literárias de Maceió, com os quais José Lins mantinha intenso diálogo. Além destes intelectuais, José Lins manteve contatos com Gilberto Freyre, seu amigo mais íntimo, que conhecera no início da década de 1920, no Recife, onde Freyre permaneceu após retornar de seus estudos acadêmicos no exterior.

A rodas literárias de Maceió se constituíam de uma diversa confluência de indivíduos que se reuniam em torno do mesmo eixo, a produção literária. Foi nessa mesma capital, dez anos após a Semana de Arte Moderna de 1922, e na esteira dos debates entre o modernismo paulista e o movimento regionalista defendido por Gilberto Freyre no Recife, que os romances analisados nesta pesquisa foram produzidos. Entre 1932 e 1939 José Lins passou a produzir um romance por ano, ao lado de uma prolífera produção ficcional de seus amigos das rodas literárias, em sua maioria homens.

Nesse momento, entre as duas Grandes Guerras mundiais, a polarização política se refletiu no âmbito literário na forma da exigência de que os escritores deveriam assumir uma causa e se posicionar em um dos lados do espectro político da época. Os romancistas não poderiam permanecer isolados em seus gabinetes, precisariam produzir uma literatura ficcional social e politicamente engajada, que refletisse seus posicionamentos ideológicos dentro daquele cenário.

Além de tocar em questões próprias das contradições da sociedade canavieira nordestina – o que inscreveu sua produção literária na ordem dos romances sociais –, José Lins do Rego, no início da década de 1930, iniciou sua carreira como romancista com uma ficção marcada pelo intimismo psicológico, dando voz a um narrador personagem – Carlos de Melo – que conta a própria vida desde menino, criado em engenho, até seu retorno ao lugar de origem após concluir os estudos.

A partir das experiências da personagem, o narrador desvela todo um mundo rural em suas absurdas contradições, mas, que não deixa de tentar isentar. Carlos de Melo ocupa o lugar central nos três primeiros romances do escritor paraibano, identificados, pela crítica, como romances psicológicos, que expõem a derrocada daquela sociedade agrária do modo como são vistas pela perspectiva autor – ele mesmo um neto de senhor de engenho.

Assim, ele incluiu, na estrutura de seus romances, a figura do “outro” que, seriam as personagens à margem naquela estrutura social e econômica, num flagrante alienamento de qualquer direito político. A partir da caracterização de Carlos em suas relações com a terra, com as outras personagens que participam do enredo e, consigo mesmo, analisamos a mentalidade daquela sociedade de engenho do final do século XIX e, primeiras décadas do século XX, como o autor a percebia.

O narrador personagem foi um tipo criado para exprimir os códigos de sociabilidade desse contexto agrário nordestino, marcado pelo trabalho análogo à escravidão e pela dominação masculina. Esses romances estão relacionados com o processo histórico em curso na década de 1930, do qual fizeram parte de maneira inequívoca e explícita. O escritor denunciou, por meio das ações e discursos com os quais constituiu suas personagens, a mentalidade patriarcal que fora sustentáculo cultural das relações humanas travadas no interior dos engenhos.

Nesse período, com o advento da modernização dos meios de produção agrária e com o surgimento das usinas, bem como outros processos de mudança de perspectiva nas artes, na economia e na política em contextos urbanos, vivia-se um período de

transição dentro do processo histórico nacional. Dentro desse contexto de mudanças e de aceleração da compreensão do tempo, as sensibilidades dos homens das elites dos engenhos também estavam experimentando transformações, na medida em que outras visões de mundo confrontavam às antigas concepções.

Estava em curso uma transição geracional, e José Lins teria logrado abordá-la na alteridade entre Carlos de Melo e o seu avô, José Paulino. O jovem rapaz, inventado pelo romancista, teria tipificado os filhos e netos dos senhores de engenho que eram enviados por suas famílias às Faculdades de Direito e Medicina nas principais capitais do Brasil ou da Europa.

A incapacidade de Carlos de Melo de se readaptar ao mundo rural, de onde viera, foi elaborada por José Lins, na narrativa, como o principal motivo que levou o Santa Rosa a colapsar repentinamente. Desse modo, o autor lançou mão de uma interpretação dos fatos históricos que ignora os fatores externos relacionados às mudanças políticas e econômicas que afetaram diretamente as estruturas sociais, promovendo rupturas na ordem dessa sociedade, que vinha sendo mantida no Brasil desde o período colonial.

Carregamos o passado em nosso corpo, nas entranhas da nossa subjetividade e sensibilidade. Os vestígios das épocas e períodos históricos, atravessados, estão amalgamados nas subjetividades dos homens, compondo-os, constituindo-os. José Lins construiu um narrador personagem imprimindo nele marcas do passado, mas também do tempo da escrita.

O passado e o presente estavam conjugados nas sensibilidades de Carlos de Melo, por isso o analisamos, nos apropriando dele como uma chave de compreensão de uma época, de um modo de sociabilidade, de uma mentalidade, que traduz o impacto do encontro entre, o *Zeitgeist* da modernidade e a realidade cultural vivida no interior dos engenhos nordestinos.

REFERÊNCIAS

FONTES – JOSÉ LINS DO REGO

REGO, José Lins. *Dias idos e vividos [antologia]*. Organização: Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Frontera, 1981.

REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 107ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

REGO, José Lins do. *Doidinho*. 50ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

REGO, José Lins do. *Banguê*. 23ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

REGO, José Lins do. *O moleque Ricardo*. 24ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

REGO, José Lins do. *Usina*. 21ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

REGO, José Lins do. *Fogo Morto*. 76ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

REGO, José Lins do. *Meus verdes anos*. 9ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

REGO, José Lins do. *Ligeiros traços: escritos da juventude*. Org. César Braga-Pinto. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

REGO, José Lins do. *Poesia e Vida*. Rio de Janeiro: Editora Universal, 1945.

Correspondência passiva de José Lins do Rego. Arquivo do Museu José Lins do Rego. João Pessoa – PB, Espaço Cultural José Lins do Rego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2ª edição. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Edipro, 2021.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. José Lins do Rego: “literato da cabeça aos pés”. In: *As cidades de Zé Lins: um passeio crítico pela geografia sentimental do autor*. João Pessoa: Editora A União, 2022.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BUENO, Luís. *A história do Romance de 30*. São Paulo: Edusp/ Editora Unicamp, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. *A personagem do romance*. In: *A personagem da ficção*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo*. São Paulo: EDART, 1961.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 21ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

CHAGURI, Mariana. *O romancista e o engenho: José Lins do rego e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930*. São Paulo: Aderaldo&Rothschild/ ANPOCS, 2009.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Gilda e Clarice: a dignidade do feminino*. Revista Ideação, N. 42, julho/dezembro, 2020.

COUTINHO, Eduardo F.; CASTRO, Ângela B. (Orgs.). *Fortuna crítica: José Lins do Rego*. Rio de Janeiro/João Pessoa: Civilização Brasileira/Funes, 1991.

D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta: o pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e literárias nordestinas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

DÓRIA, Naná Garcez de Castro. *As cidades de José Lins: um passeio crítico pela geografia sentimental do autor*. João Pessoa, PB: Editora A União, 2022.

FERNANDES, Telma Dias. História, cotidianidade e literatura. *SAECULUM – Revista de História* [27]; João Pessoa, jul./dez. 2012.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida. (Orgs.). *O Brasil Republicano I: o tempo do liberalismo oligárquico – da Proclamação da República à Revolução de 1930 (Primeira República, 1889-1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

FREIRE, Diego José Fernandes. *Contanto o passado, tecendo a saudade: a construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943)*. João Pessoa, PB: Ideias, 2015.

FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

FREYRE, Gilberto. *Vida, forma e cor*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

FREYRE, Gilberto. *Recordações de uma amizade*. Correio do Povo: Porto Alegre, 1948.

FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

LEONEL, Maria Célia; SEGATTO, José Antônio. *Ficção e ensaio: literatura e história no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MARTINS, Eduardo. *José Lins do rego: o homem e a obra*. João Pessoa, PB: Editora A União, 1980.

MONTENEGRO, Olívio. *O romance brasileiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2014.

PESAVENTO, Sandra J. *História e Literatura: uma velha-nova história*. Nuevo mundo mundos nuevos. Open Edition Journals, 2006. Acesso em: 20/07/2021. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560> >

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.

PRIORE, Mary Del. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2012.

PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. (org). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

Revista Ciência e Trópico. Recife, 10(2), jul/dez, 1982.

ROSENFELD, Anatol. *Texto/Contexto I*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOARES, Lucila. *Rua do Ouvidor 110: uma história da livraria José Olympio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

SOARES, Mariana. *Paraíba nomes do século* [Série história]: José Lins do Rego. João Pessoa/PB: A União Editora, 2000.

TRIGO, Luciano. *Engenho e memória: o Nordeste do açúcar na ficção de José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: Top Books, 2002.